

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**A REPRESENTAÇÃO DAS MINISTRAS E DOS  
MINISTROS NEGROS NA MÍDIA (2003- 2010)**

**JULIANA LIMA MAIA**

**BRASÍLIA**  
**2012**

**JULIANA LIMA MAIA**

**A REPRESENTAÇÃO DAS MINISTRAS E DOS  
MINISTROS NEGROS NA MÍDIA (2003- 2010)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Professora Dra. Flávia Biroli

**BRASÍLIA**  
**2012**

**JULIANA LIMA MAIA**

**A REPRESENTAÇÃO DAS MINISTRAS E DOS  
MINISTROS NEGROS NA MÍDIA (2003- 2010)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência  
Política da Universidade de Brasília, como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Ciência Política.

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Flávia Millena Biroli Tokarski  
(orientadora)

---

Professor Dr. Luis Felipe Miguel

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Heloiza Helena Matos e Nobre

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Rebecca Neaera Abers  
(suplente)

**BRASÍLIA**  
**Outubro, 2012**

*Para mamãe, in memoriam.*

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Flávia Biroli, por sua excelência acadêmica na condução dessa pesquisa, com comentários e discussões instigantes, fruto do seu comprometimento e seriedade como pesquisadora e professora. Agradeço-a por suas cobranças sempre acertadas para que eu seguisse adiante e por acreditar que poderíamos chegar até o fim, mesmo diante de ausências e momentos difíceis ao longo dessa escrita. A ela a minha admiração, respeito e estima.

Ao professor Luis Felipe Miguel por seus comentários ao projeto inicial dessa pesquisa, por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa dessa dissertação e contribuído com comentários enriquecedores e, além disso, por ter me dado a oportunidade, juntamente com a professora Flávia, de trabalhar como editora assistente da *Revista Brasileira de Ciência Política*, o que enriqueceu de modo especial o meu universo acadêmico.

À professora Heloiza Matos por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa dessa dissertação, por sua leitura atenta e comentários enriquecedores à pesquisa.

À professora Dione Moura por seus comentários ao projeto inicial dessa pesquisa.

Às professoras Marisa von Bülow e Rebecca Abers pelo incentivo ao gosto pela pesquisa, ao aprimoramento acadêmico e à publicação científica.

À professora Marilde Loiola de Menezes, diretora do Instituto de Ciência Política, por seu trabalho, dedicação e apoio aos estudantes na participação de congressos acadêmicos, onde pude aprofundar as discussões dessa pesquisa e apresentar alguns resultados a ela relacionados.

Aos (às) funcionários (as) do Instituto de Ciência Política que sempre me atenderam prontamente, são eles (as): Dina, Fábio, Samuel, Mardely, Tattiane, Alessa, Nena, Kelly, Cícero e Marcos.

As minhas amigas, colegas de mestrado e integrantes do Grupo Democracia e Desigualdades (Demodê) com as quais eu compartilhei disciplinas e também produtivos comentários e discussões, em especial, Fernanda Mota, Karina Duailibe, Denise Mantovani, Andrea Azevedo, Luanda Schramm e Daniela Ramos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual fui bolsista no primeiro ano de mestrado.

Às (aos) ex-colegas de trabalho na Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) que compartilharam parte da

produção dessa pesquisa. Agradeço em especial às amigas e amigo que lá eu fiz, conscientes das discussões aqui levantadas, e que sempre me incentivaram nesta realização: Ana Carolina Querino, Danielle Valverde, Cleiton Lima, Isabel Clavelin e Mara Silva.

Aos meus amigos, amigas e familiares que, mesmo sem entenderem as exigências acadêmicas, souberam ser pacientes e respeitaram as minhas escolhas e ausências.

Aos meus pais, Gilberto e Raimunda, por sempre terem me apoiado em tudo e não terem medido esforços em razão de minha educação, em especial, a minha mãe, minha fonte de inspiração e que ao longo deste trabalho subitamente nos deixou. Com ela aprendi que sempre devemos buscar forças para seguir em frente e superar as adversidades. Agradeço ao meu irmão Arthur que também me apoiou nesta realização.

Ao meu amado Zé, comprometido e consciente das questões aqui discutidas, compartilhou comigo todos os momentos de angústia, incertezas, conquistas e alegrias e que com sua serenidade e sabedoria esteve ao meu lado para que eu sempre buscasse o melhor.

Ao Bom Deus.

## RESUMO

A pesquisa analisa a cobertura midiática de ministros(as) negros(as) durante o período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, e como as representações presentes na mídia podem reforçar, mesmo no âmbito da própria mídia, estigmas e estereótipos. A hipótese central da pesquisa é que a mídia, como uma instância representativa, atuaria no processo de formação e/ou reforço de estereótipos acerca dos atores políticos. Neste sentido, o estudo indica alguns padrões na reprodução de estereótipos, principalmente raciais, em contextos nos quais as relações entre mídia e política são o âmbito em que a imagem pública dos indivíduos se define.

**Palavras-chave:** mídia, representação, opressão, imagem pública, estereótipos, raça

## ABSTRACT

The research analyzes the media coverage of black ministers during the government of Luiz Inacio Lula da Silva, from 2003 to 2010, and how the representations in the media can reinforce, even within the media itself, stigmas and stereotypes. The central hypothesis of the research is that the media, as a representative instance, act in the formation process and / or reinforcement of stereotypes concerning the political actors. In this sense, the study indicates some patterns in the reproduction of stereotypes, especially racial ones, in contexts in which the relations between media and politics are the sphere in which the public image of individuals is defined.

**Keywords:** media, representation, oppression, public image, stereotypes, race

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1: ministros(as) negros(as)</b> .....              | 65 |
| <b>Quadro 2: ministros(as) brancos(as)</b> .....             | 65 |
| <b>Quadro 3: número de matérias por revista</b> .....        | 65 |
| <b>Quadro 4: voz das personagens</b> .....                   | 66 |
| <b>Quadro 5: número de matérias por categoria</b> .....      | 68 |
| <b>Quadro 6: ministros(as) negros(as) e temáticas</b> .....  | 69 |
| <b>Quadro 7: ministros(as) brancos(as) e temáticas</b> ..... | 69 |



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>8</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - Mídia, representação e opressão.....</b>                                   | <b>13</b> |
| 1.1. A teoria da justiça e as críticas à imparcialidade e ao individualismo abstrato ..... | 13        |
| 1.2. Grupos sociais, distribuição e reconhecimento.....                                    | 22        |
| 1.3. A opressão e suas faces.....  | 25        |
| <b>CAPÍTULO 2 - Mídia, imagem pública e estereótipos .....</b>                             | <b>34</b> |
| 2.1. Mídia: conceitos e funcionamento .....  | 34        |
| 2.2. Os impactos da mídia no contexto deste estudo .....                                   | 41        |
| 2.3. A imagem pública .....  | 46        |
| 2.4. Os estereótipos e a mídia .....   | 51        |
| <b>CAPÍTULO 3 - Raça, mídia e política.....</b>  | <b>55</b> |
| 3.1. Um panorama sobre as pesquisas em raça/gênero, mídia e política.....                  | 55        |
| 3.2. Representações na cobertura midiática.....  | 63        |
| 3.3. O caso dos ministros(as) negros(as) .....   | 71        |
| 3.4. Um olhar sobre os estereótipos de gênero .....  | 79        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>  | <b>88</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>  | <b>91</b> |

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a cobertura midiática de ministros(as) negros(as) durante o período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, e como as representações presentes na mídia podem reforçar, mesmo no âmbito da própria mídia, estigmas e estereótipos. Nestes governos houve um maior foco em políticas voltadas para a população negra, a começar pela indicação de pessoas negras em cargos de primeiro escalão. A hipótese central dessa pesquisa é que a mídia, como uma instância representativa, atuaria no processo de formação e/ou reforço de estereótipos acerca dos atores políticos. Neste sentido, o estudo indica alguns padrões na reprodução de estereótipos, principalmente raciais, em contextos nos quais as relações entre mídia e política são o âmbito em que a imagem pública dos indivíduos se define.

Um ponto de partida para essa discussão é ter como premissa que os estigmas e estereótipos estão ligados a categorias mais amplas de construção do pensamento social. Neste sentido, é necessário situá-los com relação às narrativas que moldam o entendimento racial e sobre o negro num país historicamente peculiar como o Brasil.

Florestan Fernandes é um pensador que inaugura a sociologia crítica no Brasil, ou seja, um estilo de reflexão que questiona a realidade e o pensamento (Ianni, 1986, p. 15). Na década de 70, a novidade da crítica de Florestan, principalmente feita ao mito da democracia racial, foi amadurecida entre os intelectuais e militantes do movimento (Guimarães, 2002, p. 157). Por ter esse bojo crítico da realidade, ele propõe novas reflexões sobre como pensar o Brasil e como entender as relações sociais com base nos referenciais de seu tempo. A análise de Florestan parte da escravidão para explicar a forma com o negro foi socializado. Tomando uma análise crítica da história, o autor vê que a miscigenação funcionou como um mecanismo eficaz usado pela raça dominante para manter o equilíbrio e a dominação raciais (Fernandes, 2007, p. 44). Nisto é possível enxergar como Florestan lida com a socialização do negro feita de maneira apaziguadora e eficiente.

A socialização do negro faz parte do que Fernandes denomina de acomodação passiva (2007, p. 69). Isso significa que mesmo com a inserção do negro em espaços sociais, ainda sim, havia uma diferenciação nos tipos de lugares ocupados por ele em oposição ao branco. Uma consequência dessa acomodação, como vista ao longo da história no país, foi que o negro ocupou espaços sociais diferenciados, principalmente quanto a serem lugares, de fato, não-privilegiados de acordo com os padrões dominantes.

O autor considera que o negro esteve em meio a um mundo social no qual os segmentos foram organizados em privilégio da classe dominante (Fernandes, 2007, p. 33). Desse modo, a situação do negro pode ser compreendida porque certos grupos dominantes agem de determinada maneira que propicia a geração de dados tipos de relações de poder. Nesse caso, percebe-se que ao longo da história do país o negro esteve fora dessa geração de poder, tornando-se um agente assimilador de certas práticas. Um exemplo é a forma como foi colocada a sua participação no início do século passado, em que o negro teve que se identificar com o branqueamento (Fernandes, 2007, p. 33), naturalizando certas práticas.

Florestan dialoga com o imaginário predominante da época e questiona algumas abordagens centrais para discussão de raça no Brasil, como Gilberto Freyre. Este autor trabalhou com uma ideia de fusão, isto é, a ênfase estava na cultura para entender os processos sociais na relação entre as raças, mais precisamente, em sua obra *Casa Grande & Senzala* (2000), lida com relação entre o branco e o negro. Um conceito fundamental que Freyre usa é o de mestiçagem, ou seja, sua principal hipótese estava na formação brasileira imbricada pela miscigenação (Freyre, 2000). Portanto, a relação entre as raças, particularmente entre o branco e o negro no ambiente da casa grande, mostrava como havia um tom relativamente harmonioso entre essas duas raças.

Partindo dessa ideia, formou-se nas décadas de 1930 a 1950 uma forte crença que o Brasil era um país amistoso em suas relações, onde todas as raças seriam um conjunto pacífico em sua formação. Contudo, a partir de estudos sobre esse conjunto harmonioso é que vão surgir as principais questões sobre a condição do negro no Brasil. O que é interessante notar neste ponto é como as grandes narrativas constituíram o pensamento social brasileiro. Assim, as grandes interpretações formam os elementos que se inserem em lugares comuns. Tais interpretações orientariam o estado da identidade nacional, e a partir disso, produziriam um tipo de argumentação mítica (Bresciani, 2001). Esta seria uma fonte de sentido para explicar as nossas origens, bem como, a maneira que se dão os processos socializadores. Exemplo claro de tal argumentação é o ideário de uma convivência racial harmoniosa desenvolvido no país no século XX e ainda presente nas representações sociais atuais, inclusive na mídia, como será analisado ao final deste trabalho.

A ideia da democracia racial passou a ser um recurso ideológico para o não enfrentamento aos problemas que surgiram após a abolição, pois envolve uma realidade de desigualdade e de exclusão sócio-econômica de vastas parcelas da população brasileira, que se inseriram numa estrutura social desfavorável. Segundo Fábio Wanderley Reis, “esse legado tem também como componente uma perversa dimensão de psicologia coletiva,

consubstanciada no fato de que até mesmo certo sentimento básico de auto-estima tende a ser negado à população negra brasileira” (Reis, 1997, p. 221). O componente psicológico a que se refere Reis é um mecanismo eficaz para garantir que grandes narrativas de cunho democrático sirvam para formular e moldar categorias de entendimento acerca da questão racial no país. Isso porque esse entendimento produz os estereótipos acerca da população negra, que se valendo da convivência harmônica das raças torna-se uma questão superada a respeito da inclusão dessa população nos diferentes espaços de poder e, portanto, consenso.

Segundo Fernandes, esse tipo de narrativa aponta para três possíveis caminhos: 1) a dificuldade de lidar com a realidade, visto que a ideologia e os valores oficiais pouco explicam a situação concreta, ainda que seja importante para compreender os limites do pensamento conservador. O privilégio é tido pelas camadas dominantes como justo e as formas de desigualdade são tidas como naturais ou até democráticas; 2) a ideologia e a utopia oficiais são muito perigosas porque fazem parte de um ritual sagrado, ou seja, se um indivíduo ou um grupo se opuser a elas, corre o risco de sofrer punições; 3) a exposição duradoura a ideologias e utopias oficiais, sob o controle social, podem criar uma socialização profunda e distorções de percepção e explicação da realidade (Fernandes, 2007, p. 294).

O dilema racial brasileiro centra-se na presença de normas ideais de democracia e comportamentos reais que tendem à subordinação da população negra. De acordo com Bastide e Van den Bergue, “por um lado, encontramos uma larga aderência às normas democráticas, e, por outro, um grau de estereotipagem, uma grande segregação no nível da intimidade pessoal, e uma endogamia praticamente absoluta.” (Bastide e Van den Bergue apud Fernandes, 2007, p. 288). A importância em resgatar esse dilema é central para a análise proposta de personagens negros na mídia e sua relação com a estereotipia, visto que esse dilema constitui um mecanismo sociológico essencialmente político. O pensamento brasileiro de que existe uma democracia racial funciona como uma institucionalização de um sistema que orienta a ação, com vistas a estabelecer práticas, valores e sentidos ligados ao senso comum. De acordo com Fernandes a sua existência é possível devido a certas estruturas de poder, que o tornam inevitável e necessário, e a sua continuidade é resultado da capacidade de grupos, classes ou raças dominantes manterem essas estruturas de poder e a incapacidade dos grupos, classes ou raças subordinadas de reverter a situação.

Partindo desta concepção de que há diferentes formas de resistência aos padrões, ideias e valores culturalmente aceitos, podemos considerar ainda que há um “ciclo cumulativo de desvantagens”, ou seja, o ponto de partida dos negros é desvantajoso – a herança do passado – e em cada estágio da competição social, nos diferentes espaços, somam-se novas

discriminações que aumentam tal desvantagem (Hasenbalg e Silva apud Guimarães, 2002, p. 67). Neste sentido, podemos pensar em que medida a coexistência de grupos e indivíduos que apresentam características raciais diferenciadas ocasiona em restrições ao envolvimento igualitário nas transações diversas, inclusive as do mercado econômico convencional, ou outro mais significativo no âmbito da psicologia coletiva, em que há trocas de natureza pessoal (Reis, 1997, p. 223).

Para ilustrar essas restrições apontadas por Reis no mercado econômico convencional, um dos indicadores é o rendimento auferido pelo trabalho, como observado nos dados do *Retrato das desigualdades de gênero e raça* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da ONU Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Em 2009, à mulher branca correspondia 55% da renda média dos homens brancos; para os homens negros, o percentual foi de 53%. No entanto, as mulheres negras, em que pesem o aumento da renda e redução da desigualdade, permanecem bem isoladas na base da hierarquia social (sua renda média equivalia a 18% dos rendimentos percebidos pelos homens brancos, em 1995, e chega a 30,5% em 2009) (Ipea et al, 2011).

Partindo diretamente para um dos campos centrais a esta pesquisa, o campo político, se observamos a ocupação de homens e mulheres negros(as) em postos formais de poder, os dados levantados pelo Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais (LAESER) em Paixão e Carvano (2008, p. 149-150) dão uma visão geral da participação de homens e mulheres negros/as eleitos/as em 2006 para a Câmara dos Deputados, em que dos 513 deputados federais eleitos, 11 eram de cor preta, sendo 10 homens e uma mulher. Foram identificados 35 pardos, sendo 33 homens e duas mulheres. Se observarmos os dados das mulheres para a Câmara, este número é ainda menor. No total, as pretas e pardas corresponderam a 0,6% das deputadas federais eleitas (três em todo o Brasil), enquanto na população brasileira o peso das pretas e pardas era de 24,8% no mesmo ano. Já para o Senado Federal no começo de 2007, dos 81 senadores, 76 (93,8%) eram brancos, enquanto somente 4 eram pardos e um preto. E das 10 senadoras eleitas (12,3%) todas eram brancas. O foco desta pesquisa está na análise de cargos políticos não-eletivos, do alto escalão do poder Executivo. Para este caso, se tomarmos os dados das 16 ministras que o Brasil já teve em sua história, três eram pretas (Biroli, 2011b).

Com esses dados, podemos ir além da baixa constatação numérica de políticas/as negros/as e entender que o posicionamento nesse campo político é atrelado também ao papel da mídia, fazendo com que a visibilidade nos meios de comunicação seja um dos

componentes cruciais para estruturação de posições e carreiras dos atores políticos (Miguel, 2003b). Portanto, é necessário considerar no estudo de carreiras políticas o papel da mídia ao tratar de políticos(as) negros(as) e como ela atua no processo de reafirmação de ideias e valores concebidos na sociedade, constituindo as expectativas normativas que se tem em relação a esses(as) políticos(as) na formação de uma representação estereotipada.

O primeiro capítulo constrói o embasamento teórico desta pesquisa com base no deslizamento da categoria de indivíduo para grupo social. Além disso, discute o processo de formação opressiva que molda o entendimento da inserção desses grupos na sociedade e lhes confere uma caracterização específica.

O segundo capítulo discute a teoria de mídia e aborda os meios de comunicação de massa como uma instância representativa para a compreensão das marcas estereotípicas que se remetem aos(as) políticos(as) estudadas, tanto na mídia como na política. Além disso, avança no entendimento de imagem pública e sua relação com as representações sociais marcadas pelas diferenças de raça e gênero e que formam os estereótipos.

O terceiro capítulo insere essa pesquisa num espectro maior dos estudos que vem sendo desenvolvidos nas áreas afins, trazendo um panorama de pesquisas que contribuem para as reflexões levantadas por este estudo, bem como apontando o seu ineditismo ao discutir a inter-relação dos temas de raça, mídia e política. Nele é feita a análise da cobertura da mídia, apontando padrões nas representações contidas nesse material. Depois disso, uma breve conclusão retoma as discussões realizadas.

## CAPÍTULO 1 - Mídia, representação e opressão

O principal objetivo deste capítulo é discutir o deslizamento da categoria indivíduo para a categoria grupo social. A partir do entendimento do posicionamento de certos grupos nos espaços sociais, e antecipando ser esta uma inserção marginalizada na estrutura social, busca-se inclusive a compreensão dos processos de opressão que subsidiam as injustiças a que estão submetidos. Essa é a base teórica para que seja discutida a relação entre representação e opressão na mídia e na política.

O acesso ao campo da mídia é “condicionado pelas percepções dos agentes do campo jornalístico sobre o *que é* notícia e *quem* está dotado de autoridade para falar sobre determinadas questões” (Miguel e Biroli, 2008, p. 4). Analisar a cobertura midiática de políticos(as) negros(as) na mídia, passa, sobretudo, por discussões profundas acerca das suposições, valores e padrões socialmente ativos, do lugar em que negros(as) estão situados na estrutura social (e que explicam essa autoridade de uns em detrimento de outros) e a dinâmica de injustiça a que estão subjugados quando se mobiliza as categorias de gênero e raça e as representações empreendidas pela mídia.

### *1.1. A teoria da justiça e as críticas à imparcialidade e ao individualismo abstrato*

Como ponto de partida dentro da teoria da justiça, os princípios da crença no individualismo e numa igualdade de direitos, pautados sobretudo pelo liberalismo, sustentaram várias críticas. Segundo Iris Marion Young:

a teoria da justiça comumente deriva princípios fundamentais de justiça que se aplicam a todas ou à maioria das sociedades, independente de suas configurações concretas ou relações sociais, a partir de poucas premissas gerais a respeito da natureza dos seres humanos, da natureza das sociedades e da natureza da razão. (1990, p. 3)

Essa posição corresponde a uma crítica à imparcialidade e ao individualismo abstrato. De acordo com Young a ética moderna estabelece a imparcialidade como a marca da razão moral (1990, p. 99). A razão imparcial tende a adotar um ponto de vista fora da situação concreta, sendo uma espécie de visão transcendental que não procede de lugar algum, assumindo perspectivas, atributos, características e interesses de modo não específico (Young, 1990, p. 100). A crítica da autora com relação a essa posição, que reprime a diferença, divide-se em três aspectos principais.

Em primeiro lugar essa noção da razão imparcial nega as particularidades das situações e reduz as regras a um princípio universal. Além disso, ela elimina a heterogeneidade, pois assume um ponto de vista imparcial, que abstrai a situação concreta e particular de cada um. Segundo a autora isso requer abstrair de uma particularidade corporal, com suas necessidades e inclinações e dos sentimentos que associam a experiência vivenciada pelas coisas e eventos (Young, 1990, p. 100). Por fim, o ideal de imparcialidade reduz a pluralidade dos sujeitos morais a uma única subjetividade, isto é, um ponto de vista que qualquer sujeito racional teria na medida em que se abstrai as particularidades que o individualiza (Young, 1990, p. 100). Além disso, há um tratamento das pessoas da mesma forma, de acordo com os mesmos princípios e aplicados de forma imparcial (Young, 1990, p. 100-101).

Young defende o questionamento da imparcialidade, pois além de ser um ideal impossível de se alcançar – por causa das particularidades do contexto que não podem ser reduzidas a uma razão moral rawlsoniana – ela funciona com propósitos ideológicos (1990, p. 97). Estes propósitos ficam claros no uso da categoria indivíduo pelos teóricos liberais, visto que com a defesa da imparcialidade, ela disfarça a perspectiva do grupo dominante e reforça as estruturas hierárquicas. A posição imparcial não pode existir porque os valores comuns são os valores da visão dominante que esconde a heterogeneidade e se coloca como universal.

Assim, isso significa assumir uma construção da teoria da justiça a partir de um contexto específico, pois não há “justiça” concebida de maneira abstrata. No campo teórico, a posição de Young corresponde a uma importante crítica das teorias de justiça que não possuem espaço para a concepção de grupos sociais, a ser explorada mais adiante. Já no campo da prática política, os movimentos sociais mobilizados por suas experiências de diferenciações sociais desiguais baseadas no gênero, raça, religião, classe, orientação sexual e de outros modos, têm expressado uma crítica justamente às acomodações entre direitos universalizados e desigualdades.

Os movimentos sociais ressurgem com base no desencantamento de uma política universal de direitos. A crítica baseia-se, sobretudo, na ausência de direitos universais efetivos, isto é, eles não são suficientes para promover a igualdade. O universalismo no caso brasileiro está baseado, sobretudo, numa política da elite em que é forte a preferência por políticas sociais universalistas para o combate à pobreza e à desigualdade (Reis, 2000; Guimarães, 2002). Contudo, o universalismo é insuficiente para lidar com as diferenças marcadas pela exclusão de raça e gênero pois na pretensão de atingir o todo faz supor uma neutralidade, incapaz de enfrentar as desigualdades.



Na visão de Phillips, “Demandas contemporâneas por presença política têm emergido frequentemente da política de novos movimentos sociais, e todas elas refletem outras desigualdades que não a de classe social” (2001, p. 274). Segundo Phillips, as demandas anteriores viam a classe social como a principal desigualdade entre os grupos, sendo que os argumentos centrais estavam ligados à posição liberal, que deixava de lado a diferença, já que devemos ser iguais sem considerar a diferença; e ligados à posição socialista que buscava eliminar a classe, já que não há igualdade até que a classe tenha desaparecido (2001, p. 275). A existência de grupos, sobretudo com suas perspectivas específicas, passa pela desigualdade de classe social mas também pela de raça e gênero. A visão colocada por Phillips não deve ser pensada de maneira que a classe ou desigualdades materiais não são mais causas da desigualdade enfrentada por grupos. As desigualdades materiais são parte de como se definem outras formas de desigualdade, sendo que a raça e o gênero não são apenas seus subprodutos.

Há abordagens baseadas num universalismo cego às diferenças e da ideia de que a distribuição mais justa dá conta de outras formas de desigualdade. Um importante teórico dessa vertente da teoria da justiça é John Rawls. Em *Uma Teoria da Justiça* (1981) coloca que “numa sociedade justa, as liberdades entre os cidadãos são iguais à tomada como estabelecida; os direitos, sustentados pela justiça, não estão sujeitos a barganhas políticas ou cálculos de interesses sociais” (Rawls, 1981, p. 27-28). Rawls entende que um cálculo utilitário levaria a uma violação de direitos que são invioláveis (Rawls apud Marques, 2007, p. 37). Desse modo, o autor coloca uma alternativa ao ideal normativo do utilitarismo, que propõe uma ação voltada para proporcionar uma maior satisfação para um maior número de pessoas (Marques, 2007, p. 37).

Além disso, Rawls conceitua a sociedade como uma associação auto-suficiente de indivíduos que conhecem regras de conduta e que agem na maioria das vezes em conformidade com elas. Assim, apesar de a sociedade funcionar no sentido da cooperação, ela possui conflitos e interesses individualizados e esses conflitos surgem quando “as pessoas deixam de ser indiferentes à maneira pela qual o aumento de produtividade resultante de sua colaboração vier a ser distribuído, pois, para se atingir seus próprios objetivos, cada um dará preferência a partes maiores da partilha” (1981, p. 28). E para que haja uma escolha entre as várias opções é preciso que se estabeleçam os princípios de justiça social.

Para Rawls, uma sociedade bem ordenada é aquela regulada por um princípio público de justiça social e é por meio dele que os indivíduos sabem e aceitam os mesmos princípios de justiça e que as instituições básicas os atendam e sejam conhecidas como tal. Para que esses princípios existam os homens deverão encontrar os “termos básicos de sua associação”

(Rawls, 1981, p. 29). E nisso consiste a posição original, “um *status quo* inicial apropriado, que garanta que o acordo, nele encontrado, seja equitativo. Esse fato leva o nome de ‘justiça como equidade’” (Rawls, 1981, p. 37). A posição original seria, portanto, uma alegoria baseada na noção contratualista de um pacto entre os indivíduos, tendo a justiça como estrutura básica da vida social. Essa posição seria equivalente ao estado da natureza e os indivíduos estariam cobertos com um “véu da ignorância” (Rawls, 1981, p. 10-12).

Nesse *status* original, o indivíduo seria totalmente ignorante tanto com relação a si mesmo como com relação às características da sociedade em que estaria inserido, feito sob uma condição em que ele estaria despido de suas preferências pessoais e não saberia o seu lugar na sociedade e, livre dessas amarras, ele escolheria o que é melhor socialmente, guiado por uma “razão humana universal” (Rawls, 1981, p. 10-12). Sua concepção de “justiça como equidade”, enuncia a prioridade dos princípios liberais clássicos e age em conjunto com os “elementos constitucionais essenciais”, oferecendo um quadro para o exercício da “razão pública livre” (Mouffe, 2005, p. 13-14). Além disso, Rawls está ligado uma abordagem fundada na racionalidade normativa. Ao admitir que existiria uma razão que guiaria o indivíduo e controlaria sua parcialidade, visto que ela seria universal e inerente, o autor funda a autoridade e legitimidade numa razão pública e numa crença compartilhada em uma forma de racionalidade instrumental, bem como normativa (Mouffe, 2005, p. 13).

Contudo, ao colocar uma ignorância do indivíduo com relação a si e seu lugar na sociedade é admitir o não pertencimento a uma identidade específica, de tal modo que não existiriam diferenças sociais. Guiado por um indivíduo livre de particularidades e interesses, Rawls é alvo de diversas críticas, dentre elas a de que pressupor o indivíduo como uma unidade desagregada e desinteressada, seria uma abstração inconcebível na formação do próprio indivíduo, visto que sua constituição está ligada ao seu posicionamento e trajetória de vida, marcada por diferenças culturais e sociais, e principalmente pelo pertencimento a grupos sociais.

Em *Justice and the Politics of Difference* (1990), Iris Marion Young faz uma profunda análise da existência de grupos sociais e desloca o entendimento de uma formação social justa baseada em um indivíduo desinteressado e sem posicionamento e a coloca na importância de trajetórias sociais baseadas na relação com o outro e de formação identitária. Segundo ela, “Embora os grupos não existam fora dos indivíduos, eles são socialmente anteriores aos indivíduos, visto que as identidades das pessoas são em parte constituídas pelas suas afinidades de grupo” (1990, p. 9). Desse modo, parte da crítica de Young a Rawls reside no fato de autor não considerar a existência da própria sociedade com base na diversidade

cultural e social, imanente à própria constituição do indivíduo e na sua formação de interesses e particularidades. Além disso, Rawls se abstém de sua ligação com as sociedades de capitalismo avançado e dessa maneira propõe uma teoria demasiadamente abstrata que não propõe uma ligação com situações, instituições e práticas sociais particulares.

Outra crítica a Rawls é o seu postulado de uma racionalidade única e universal, o que naturaliza uma posição social como sendo total e inerente a todos os indivíduos. Ao colocar um véu da ignorância, não se considera uma pluralidade de indivíduos, pois se eliminam trajetórias, interesses e valores centrais quando se fala em justiça. Como estrutura básica da sociedade, a justiça para Rawls só existe a partir desse público homogêneo, e como o autor considera o indivíduo como o princípio de uma sociedade justa, Young propõe uma abordagem que diverge desse conceitual e critica “(...) as teorias filosóficas da justiça têm operado com uma ontologia social em que não há espaço para uma concepção de grupos sociais” (Young, 1990, p. 3).

É importante destacar que Young propõe uma “teoria da diferença”, centrada numa justiça entendida pela eliminação dos padrões de opressão e dominação, opondo-se a modelos abstratos com base no indivíduo como a abordagens dentro da teoria da justiça, de Rawls, exposta de modo específico, e que não consegue dar conta dos padrões de opressão e dominação compreensíveis apenas por meio dos grupos sociais. Esses elementos teóricos formarão o entendimento de justiça baseada na diferença, proposta por Young. Anne Phillips, com sua crítica à visão liberal, reforça o argumento por uma política da diferença, deslocada do indivíduo e baseada em grupos. Para ela o liberalismo não pode ser enquadrado no individualismo porque isso minaria a escolha livre e autônoma tão importante para os liberais. Neste sentido, o liberalismo não pode insistir que as diferenças entre as pessoas não importam, contudo, em sociedades regidas por interesses de grupos, é problemático afirmar que todos são iguais (Phillips, 1991, p. 151).

É com base nisso que é central entender o conceito e lógica dos grupos sociais. A construção social das identidades constitui a concepção de grupos sociais. Para Young, os grupos sociais não estão baseados no modelo de agregação, onde as pessoas são meras unidades, pois elas estão mais fundamentalmente interligadas com identidades que as descrevem e as fazem pertencer a esses grupos. É um tipo específico de coletividade com conseqüências específicas no sentido de como as pessoas entendem umas as outras e elas mesmas. Um grupo não seria voluntário e nem arbitrário na medida em que as formas culturais, experiências, práticas e meios de vida são os elementos que diferenciam um grupo

de outro e, além disso, constituem as afinidades específicas de um membro de um dado grupo social com relação a outro (Young, 1990, p. 43).

Mas como caracterizar e identificar um grupo social? Young afirma que os grupos são a expressão de relações sociais e um existe apenas com relação a outro grupo. A identificação de um grupo existe a partir do encontro e interação entre coletividades sociais que experimentam suas diferenciações nos seus diversos modos de vida e formas de associação, até mesmo se eles pertencem a uma mesma sociedade. Um exemplo dado por Young são homens e mulheres, criados a partir da divisão sexual do trabalho em quase todas as sociedades existentes. Membros de cada gênero têm certa afinidade com outros por causa do que eles fazem ou possuem como experiência e se diferenciam dos de outro gênero até mesmo se se consideram que eles tenham muito em comum com outros membros e que pertençam a uma mesma sociedade (Young, 1990, p. 43). Deve-se atentar que essa experiência é relacionada a uma posição social estrutural relativa, ou seja, há uma identidade comum *em relação* a outros grupos. Além disso, essa posição social pode estar relacionada a padrões vigentes de opressão.

Como o ponto de partida de Young é a crítica aos teóricos da justiça presos a uma filosofia política de tradição atomista, ela analisa os grupos sociais se opondo às noções presentes nessa corrente, refutando a conceituação de grupos ligada a modelos de agregação ou de associação.

Num modelo de agregação, as pessoas seriam classificadas de acordo com um determinado número de atributos objetivos. “Mas grupos sociais ‘altamente visíveis’, como negros ou mulheres, são diferentes de agregados ou meras ‘combinações de pessoas’” (Young, 1990, p. 44). Para a autora isso não seria suficiente para expressar um grupo social, porque, mesmo admitindo que algumas vezes os atributos objetivos sejam necessários para a classificação, um grupo para ser definido como tal precisa considerar a identificação com um certo *status* social, uma história em comum que as relações sociais produziram e uma auto-identificação na relação de um grupo com outro.

Além disso, “grupos sociais não são entidades que existem fora dos indivíduos, nem classificações meramente arbitrárias de indivíduos de acordo com atributos que são externos ou acidentais às suas identidades” (Young, 1990, p. 44). O argumento de Young acerca da construção identitária como parte na definição de grupos sociais elimina a crença numa possibilidade isolada de classificações objetivas, já que atribuir critérios externos para classificar um grupo não constitui a complexidade que se tem nas relações sociais e formação da identidade. As identidades das pessoas são constituídas por formas culturais, situações

sociais e uma história que aquele grupo reconhece como sua e esses elementos lhe atribuem seu significado (Fiss apud Young, 1990, p. 44).

Em seu livro *Inclusion and democracy* (2000), Young traz uma discussão interessante a respeito da desconstrução de uma lógica substancialista, que trata a diferença social como identidade. Sob essa lógica o conceito de grupos está firmado num conjunto essencial de atributos que constituem a identidade do grupo enquanto tal, bem próximo à definição com base em um modelo agregativo. E a partir do instante que o indivíduo deixasse de atender a esses atributos, ele não mais pertenceria a esse grupo (2000, p. 87). Esse risco de uma aproximação essencialista congela a definição e experiências das relações fluidas dos grupos pela rigidez das distinções e definições.

Outra consequência da ideia de uma identidade de grupo que todos os membros compartilham é a aparente negação da diferença interna e entre os grupos. Young questiona que se a identidade de grupo constitui a identidade individual e se os indivíduos podem identificar um ao outro pela identidade de grupo, então como se pode lidar tanto na teoria como na prática com o fato do múltiplo posicionamento de grupo? A preocupação em definir uma identidade comum tende a normalizar a experiência e a perspectiva de alguns membros do grupo enquanto marginaliza e silencia outros (Spelman apud Young, 2000, p. 89).

De outro modo, na concepção de associações, os grupos são definidos por práticas específicas e associações formalmente organizadas, como corporações, clubes, partidos políticos, escolas, entre outros. Os indivíduos precedem existencial e substancialmente, tanto no modelo de agregação, que reduz o grupo social a um conjunto de determinadas características individuais, quanto no modelo de associação, por meio de uma concepção de indivíduos ontologicamente prioritária (Young, 1990, p. 44).

Ao colocar que o individualismo afirma a anterioridade ontológica do indivíduo em relação ao social, Young, afirma que ele se associa a uma concepção normativa do *self* como independente. Contudo, “o eu é um produto de processos sociais, não a sua origem” (1990, p. 44). A construção identitária na constituição dos grupos sociais oferece um arcabouço exploratório complexo para se entender a formação de afinidades. Esse processo não nasce de um *self* independente, pelo contrário, sua formação se dá a partir da interação em relações sociais específicas que ditam a maneira que o outro vê a sua constituição identitária e de formação social. Conforme indica Young, “(...) nossas identidades são definidas em relação a como os outros nos identificam e eles o fazem em termos de grupos que já são sempre associados com atributos, estereótipos e normas” (1990, p. 44).

É interessante notar como o processo de associação de atributos, estereótipos e normas está ligado a identificação do outro a partir de uma visão relacional. Em algumas situações nem mesmo o grupo se identifica de tal forma, mas o outro pode atribuir certas características que o delimitam como um grupo e os fazem vê-los como tal. Young utiliza um exemplo de Sartre, a saber, na França vitoriana os judeus estavam tão incorporados a cultura que eles não tinham uma identidade judaica específica, no entanto, passaram a se identificar como povo judaico a partir de um *status* social dado por outros. Assim, eles passaram a formar uma afinidade de grupo e uns com os outros, antes inexistente (Young, 1990, p. 46). Neste sentido, como coloca a própria autora, a identidade de grupo pode se tornar evidente somente em uma interação social, em um contexto específico.

Ainda na lógica de associação de atribuições, numa visão essencialista, tomando os grupos como ficções abstratas e essencializando arbitrariamente os seus atributos, pode-se cair numa visão preconceituosa, estereotipada, discriminatória e exclusivista, visto que, como alerta Young, “algumas pessoas acreditam erroneamente que a identificação de grupo faz a diferença para as capacidades, temperamento ou virtudes para os membros dos grupos” (1990, p. 46). Neste caso, uma concepção individualista tende a definir que a opressão acontece com as pessoas quando elas são classificadas em grupos. Nessa concepção, uma maneira de se livrar dessas classificações estereotípicas e normas de grupo é ter um entendimento a partir do indivíduo e não como membros de grupos (Young, 1990, p. 46-47), já que ao classificar as pessoas em grupos se está cometendo um ato arbitrário que as delimitam. E é contra essa visão que Young argumenta, já que para ela não é possível abstrair a realidade dos grupos. E, além disso, eles devem ser compreendidos no processo das relações sociais e das identidades que não os fazem estanques e sumariamente decisivos quanto à classificação de alguém.

Em primeiro lugar, seria ingênuo subtrair essa realidade, já que justiça social não requer a anulação das diferenças, mas instituições que promovam a reprodução e o respeito dessas diferenças, sem opressão. Segundo, a opressão tem se reproduzido em parte pela cristalização de uma concepção de grupo que, de outra maneira, não os permitem ser retirados de uma visão essencial formadora e por isso a necessidade de vê-los com um olhar relacional. “Para afirmar que é possível ter diferença de grupo social sem opressão, é necessário conceituar os grupos de uma forma muito mais relacional e fluida” (Young, 1990, p. 47). Em terceiro lugar, pondera Young que a diferenciação produz grupos mas não há uma essência naturalizada substantiva que os caracteriza, e nem um compartilhamento dessas características por todos seus membros. Por exemplo, as práticas homossexuais existiram em diversos períodos, mas só foram identificadas como pertencente a um grupo específico no século XX

(Young, 1990, p. 47-48). Por fim, grupos sociais não representam corpos homogêneos, especialmente em sociedades complexas, ademais eles influenciam as diferenciações de outros grupos. É o que autora denomina de uma visão de grupo diferenciada como múltipla, entrecruzada, fluida e não necessariamente coerente, constituindo uma crítica ao modelo de um *self* unificado e rígido.

Além da visão liberal, pode-se atentar para outro aspecto que vai de encontro à política da diferença. Segundo Phillips, ainda que reconheça a dimensão de identidades e como elas compõem as diferenças, uma ênfase demasiada nas diferenças de grupo pode significar uma restrição das pessoas com relação a ideias unificadoras, e conseqüentemente impedir a cooperação entre os grupos. Uma política que propõe um grande peso às diferenças pode impedir alianças necessárias para a mudança (Phillips, 2001, p. 287). Parte dessa crítica é respondida por Young ao afirmar que os grupos sociais precisam ser entendidos numa dimensão de interação social.

A proposta de Young é conceber a diferenciação de grupo de modo relacional, de modo a reter a descrição dessa diferenciação, mas sem fixar ou reificá-la, afinal, não há grupo à parte dos indivíduos pois um grupo é constituído pelos indivíduos e suas relações sociais (2000, p. 89-90). Neste sentido, um grupo social é “um coletivo de pessoas diferenciadas umas das outras por tipos culturais, práticas, necessidades ou capacidades específicas, estruturas de poder ou privilégio” portanto, não são explicitamente constituídos, mas emergem da maneira que as pessoas interagem (Young, 2000, p. 90). Num sentido relacional, as *relações sociais* são mais relevantes do que os *atributos* compartilhados entre os indivíduos e, desse modo, não ficam tão claras e absolutas as fronteiras que distinguem os membros de um grupo definitivamente com relação a outros.

Young também ressalta que é importante considerar a dimensão estrutural, mais do que cultural. A cultura coloca as relações sociais constituídas sobre e com a interseção de diferenças culturais, enquanto que as relações de gênero, raça, classe, entre outras, são melhores entendidas de maneira estrutural (2000, p. 92). As estruturas sociais consistem em determinadas posições sociais que as pessoas ocupam, as quais condicionam suas oportunidades e chances na vida (Young, 2000, p. 94). Para citar um exemplo prático no Brasil, considerando alguns mecanismos políticos para mudança das estruturas sociais, as políticas afirmativas, dentre elas a política de cotas para afrodescendentes onde há uma reserva formal de espaço para este grupo com base no critério racial, passaram a ser amplamente debatidas (Guimarães, 1999; Bitar et al. 2006; Zoninsein e Feres Júnior, 2008) e ainda as cotas partidárias para mulheres (Miguel, 2000). Esses exemplos são propícios quando

se fala do enfrentamento de uma perspectiva neutra das políticas universalistas, como discutido anteriormente. Além disso, exemplificam como as políticas empreendidas no país buscaram modificar a estrutura social marcada por um pensamento centrado principalmente num entendimento cultural especificamente pacífico e neutro quanto à ocupação dos espaços sociais.

Neste sentido, entender os grupos sociais com base em uma concepção estrutural é constituir-los relacionalmente de modo que uma posição estrutural não existe a parte de uma relação diferenciada com outras posições (Young, 2000, p. 94). Além disso, a partir de uma ótica estrutural dos grupos sociais consideram-se as relações que condicionam suas oportunidades e projeções de vida, visto que as ações e interações condicionantes dessas posições reforçam regras e recursos disponíveis para outras ações e interações envolvendo as pessoas em suas posições estruturais (Young, 2000, p. 97). Portanto, falar em posição estrutural é falar em como as posições dos grupos remetem não apenas a diferenças, mas a diferenças *hierarquizadas*.

### 1.2. *Grupos sociais, distribuição e reconhecimento*

A afirmação numa teoria da diferença e numa demanda pelo reconhecimento por meio da diferença levantaram algumas críticas na teoria política. As posições de Iris Young, Nancy Fraser e Anne Phillips são críticas formuladas em debates internos a um campo de discussões, entre perspectivas que são semelhantes se considerada a visão acerca do universalismo. Uma delas é a empreendida por Fraser, num debate clássico sobre as soluções para injustiças sociais, baseadas na dualidade redistribuição e reconhecimento.

Segundo Fraser, a mobilização de grupos por meio de bandeiras específicas faz com que a identidade de grupo ponha abaixo o interesse de classe como um ponto central na política de mobilização. Se por um lado a dominação cultural subjuga a exploração como injustiça fundamental, de outro, o reconhecimento cultural desloca a redistribuição sócio-econômica como uma solução para injustiças e lutas políticas (1995, p. 68).

Neste sentido, Fraser coloca que para alcançar o enfrentamento de injustiças sociais, é necessário que se considere tanto a redistribuição como o reconhecimento. A primeira dimensão corresponde à injustiça sócio-econômica, ou seja, a exploração, marginalização e privação econômica. Com a redistribuição, seriam produzidas mudanças políticas e econômicas que resultariam numa igualdade econômica. Haveria também a injustiça cultural ou simbólica, arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação e que



condicionam a dominação cultural, o não reconhecimento e o desrespeito (Fraser, 1995, p. 71).

O posicionamento de Fraser gerou um debate na teoria e críticas por parte de Young e vice-versa. Young concorda com Fraser de que há tendências da política de reconhecimento que subjuga as preocupações com a justiça econômica. Contudo, discorda veemente da solução proposta por Fraser, que coloca a categoria de economia política inteiramente oposta à de cultura (Young, 2009, p. 195). A dicotomia de Fraser leva a distorção do sentido da luta de movimentos sociais que reivindicam o reconhecimento como um fim em si mesmo, quando o propósito está centrado no reconhecimento cultural como um meio para alcançar a justiça econômica e política. “Como Iris Young demonstrou, a preocupação com o resultado distributivo final tende a ignorar as relações de poder que embasam os arranjos decisórios” (Phillips, 2001, p. 285). Ainda segundo Young, Fraser acaba deixando de lado uma das conquistas da teoria de esquerda, que afirma que os efeitos materiais da economia política são inextricáveis a cultura (2009, p. 195). Para Young, “Ao invés de opor a economia política à cultura, argumentarei que tanto teoricamente quanto politicamente mais produtivo pluralizar as categorias e entendê-las como diferentemente relacionadas a grupos e questões sociais específicos” (2009, p. 195).

Young argumenta que todos os processos sociais que impactam em opressão podem ser concebidos por um lado ou outro da dicotomia entre redistribuição e reconhecimento e, até mesmo, serem compreendidas por meio da intersecção dessas categorias. Apesar de não negar a importância dos dois lados, Young afirma que ao tratá-las como uma dicotomia se perde na compreensão de que juntas são melhores aplicadas ao entendimento da opressão e justiça. A aquisição e manutenção de posições econômicas estão ligadas a fatores culturais como educação e conexões sociais. Da mesma maneira que o acesso a bens culturais depende de recursos econômicos (Bourdieu apud Young, 2009, p. 203).

Fraser se posiciona contra Young, refutando a visão de que economia e cultura constituem duas esferas separadas e mutuamente isoladas. Ao contrário, revelou seu intercruzamento, investigando os efeitos não-intencionais das demandas econômicas e culturais. A autora buscou demonstrar que demandas econômicas incluem reconhecimento e que reivindicações culturais têm implicações distributivas. Na verdade, o que Young rotula como dicotômica é uma perspectiva dualista (Fraser, 2009, p. 218).

A colocação desse ponto de vista de Fraser é importante neste estudo, visto que, traz uma contribuição no sentido de como refletir acerca das diferentes categorias que constroem os grupos sociais e entende-los tanto na ótica econômica, como cultural.

Particularmente por se tratar de um estudo do caso brasileiro, esse embate teórico oferece suporte para a percepção de um pensamento clássico acerca das questões raciais no Brasil. Em outras palavras, muitas das justificativas presentes para a opressão de negros(as) baseia-se em sobrepôr a exclusão por meio da classe, em detrimento de fatores raciais. Neste sentido, pensar em que medida as justificativas presentes nos mais diversos espaços sociais acerca da permissão ou restrição de grupos sociais baseados na raça pode suscitar tal ponto de vista.

Young não retira as injustiças ocasionadas pela dimensão econômica, contudo, propõe uma alternativa teórica que para se estudar a justiça social, deve-se entender que a opressão é a causa da injustiça e ela está ligada diretamente aos grupos sociais. Antes de traçar o caminho explicativo feito pela autora, é útil apontar porque motivo se um(a) político(a) é oprimido no campo político ou midiático por ser mulher ou negro(a), não se pode falar simplesmente em discriminação. A visão de Young é que devemos parar de assumir que as injustiças raciais e sexuais devem estar sob uma concepção de discriminação.

O entendimento crucial nesse argumento é partir do princípio de que os grupos não sofrem primeiro e unicamente a discriminação, mas sim a opressão (Young, 1990, p. 195). Ao assumir a discriminação como princípio, a compreensão dos processos de injustiça social se torna superficial, pois, poderia estar ligada a momentos históricos específicos e/ou contexto social. Já a opressão, segundo a autora, leva a uma dimensão muito mais complexa e profunda do entendimento das injustiças, visto que ela está ligada a práticas e valores estruturais. “Embora as políticas discriminatórias às vezes causam ou reforçam a opressão, a opressão envolve muitas ações, práticas e estruturas que têm pouco a ver com o privilegiar ou a excluir membros dos grupos na concessão de benefícios” (Young, 1990, p. 195).

Dessa maneira, é possível dizer que a opressão pode existir sem a discriminação. E se olharmos somente para as formas discriminatórias, os cerne do racismo e sexismo serão perdidos, já que ambos estão firmados na opressão. Essas formas não serão enfrentadas se o entendimento tanto teórico, como prático, permanecer no campo da discriminação. A discriminação é um agente orientado e foca no perpetuador da ação, particular ou política, mais do que nas vítimas e sua situação. Além disso, colocar a discriminação como central tende a apresentar a injustiça sofrida pelos grupos como uma situação excepcional, torna-se uma exceção, e não a regra (Young, 1990, p. 195-196).

Esse posicionamento se diferencia da visão rawlsioniana que coloca as injustiças sociais como um desvio social, já que numa sociedade bem ordenada, constituída por reuniões de cooperações com o intuito de obter vantagens, isso seria considerado uma exceção (Rawls, 1981, p. 27-30). Já em Young, a opressão é a regra no cotidiano das sociedades liberais e

conforma as relações de maneira estrutural, e também não pode ser tomada de maneira imparcial. A opressão está situada nos grupos sociais, compostos por membros com identidades específicas e interesses diversos, portanto, o problema não está focado em indivíduos. “Se o foco é no indivíduo, a concepção de discriminação obscurece e até mesmo tende a negar o marco estrutural e institucional da opressão” (Young, 1990, p. 196). Portanto, se o foco permanece na discriminação como fonte primária que subjuga os grupos, os mecanismos mais profundos que formam a opressão ficarão indiscutidos e encobertos (Young, 1990, p. 197). Neste sentido, segundo Young, a melhor estratégia para denominar a injustiça sofrida pelos grupos em desvantagem é restringir a concepção de discriminação a políticas explícitas de exclusão e preferência, pois a discriminação não é unicamente ou necessariamente o primeiro erro que mulheres e pessoas de cor sofrem, já que como grupos, o primeiro erro que sofrem é a opressão (1990, p. 196).

Como será visto a seguir, a opressão não é perpetrada por agentes específicos, aos quais seria possível apontar claramente a sua constituição e diferenciar opressor e vítima. Embora haja indivíduos agressores e grupos privilegiados, a opressão perde sua característica se se assume o princípio em indivíduos. A concepção da discriminação, com o seu foco em agentes individuais, não deixa claro e pode até negar um marco institucional e estrutural da opressão (Young, 1990, p. 196).

### *1.3. A opressão e suas faces*

A opressão refere-se a constrangimentos sociais com relação ao grupo e não está necessariamente ligada a uma ação intencional, em específico (Young, 1990, p. 41). Neste sentido, a opressão é estrutural, mais do que o resultado de escolhas ou políticas, e está imersa em normas inquestionáveis, hábitos e símbolos que condicionam as instituições e as conseqüências coletivas em que todos seguem tais normas e regras (Young, 1990, p. 41):

Neste senso estrutural estendido, opressão refere-se às vastas e profundas injustiças que alguns grupos sofrem como consequência das frequentes concepções inconscientes e reações de pessoas bem-intencionadas em interações comuns, mídia e estereótipos culturais e características estruturais de hierarquias burocráticas e mecanismos de mercado – em suma, no processo normal da vida cotidiana. (Young, 1990, p. 41)

Com base nisso, é interessante notar a saída de Young para tratar das injustiças sociais e o seu aprofundamento no conceito de opressão. O seu ponto inicial é que não é possível eliminar a opressão reformulando as leis e regras de convivência que regem a sociedade

porque tais práticas estão profundamente ligadas e são reproduzidas nas diversas instituições sociais. Partindo de um entendimento complexo, a autora propõe uma definição de opressão por meio de cinco categorias que juntas explicam melhor e de maneira mais profunda o princípio de injustiça dos grupos sociais, são elas: *exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência*.

No estudo aqui empreendido, é fundamental que se considere cada uma dessas faces porque os campos sociais, inclusive o político e midiático, são marcados pela opressão. Estudá-la como um fenômeno único, é desprezar as diferentes formas que negros(as) e mulheres, neste caso, são oprimidos. Portanto, para fugir de uma visão reducionista, e enunciar que diferentes formas de opressão se cruzam e condicionam constrangimentos, optou-se por trazer tal contribuição a fim de sustentar a análise.

A exploração, marginalização e impotência estão diretamente relacionadas à divisão social do trabalho, ou seja, referem-se às relações institucionais e estruturais que delimitam a vida material das pessoas, não apenas ao acesso que elas têm aos recursos, mas a um conjunto de oportunidades concretas e a capacidade de exercê-las. Dessa maneira, são dimensões da opressão que explicitam o poder concreto com relação ao outro, quem se beneficia e quem é privado desse benefício.

Primeira face da opressão, a exploração, no sentido apresentado por Young, está diretamente ligada à teoria marxista da divisão de classes, que busca explicar como a estrutura de classes existe sem as divisões de classe legalmente sancionadas (1990, p. 48). Tal divisão, segundo a autora, foi agravada pela sociedade capitalista, que removeu as distinções tradicionais de classes e estimulou uma crença na liberdade legal das pessoas. Neste sentido, a exploração é entendida como uma opressão ocasionada pela transferência de resultados de um trabalho de um grupo social em benefício de outro. Além disso, a centralidade da exploração não resiste somente na distribuição de riquezas, visto que essa face da opressão sustenta uma relação estrutural entre os grupos, na medida em que esta relação está imbricada por regras sociais. Tais regras acerca do que é o trabalho, quem faz o que e para quem, como o trabalho é remunerado, e o processo social em que os resultados do trabalho são apropriados operam a fim de fortalecer relações de poder e desigualdade (Young, 1990, p. 49-50). Neste contexto há relações que são produzidas e reproduzidas por meio de um processo em que as energias dos não detentores são continuamente despendidas para manter o poder, o *status* e a riqueza dos que possuem.

O marxismo, em sua análise da divisão do trabalho, retirou outras clivagens sociais que não estavam firmadas no campo econômico, dentre elas o gênero e a raça. Esse é o ponto

de partida para muitas críticas com relação à descentralização dessas categorias para análise das injustiças sociais. Tal posicionamento compõe parte do entendimento do estudo aqui empreendido, principalmente no caso brasileiro, visto que a classe foi utilizada como justificativa para entender, por exemplo, o contexto racial brasileiro. Segundo Guimarães, para dar um exemplo focado em práticas discriminatórias, o fundamento na categoria de classe legitimou, em muitos casos, a ideia de que a discriminação e o preconceito sofridos pelos negros no Brasil, bem como as desigualdades sociais entre esses e brancos, teriam fundamentos de ordem econômica, mais do que um caráter racial, como ele e outros tentaram demonstrar (Guimarães, 2002, p. 9).

Young ressalta que no caso das mulheres, grande parte da liberdade, poder, *status* e auto-realização masculina vêm justamente do trabalho realizado pelas mulheres, gerando dois aspectos na exploração de gênero, tanto a transferência dos resultados do trabalho material para o homem quanto as energias sexuais e de criação (1990, p.50). A socialização da mulher com base no gênero tende a fazê-las mais atentas às dinâmicas interativas e as fazem como apropriadas para prover o apoio aos sentimentos das pessoas, gerando uma expectativa positiva no cumprimento das satisfações masculinas e também femininas. Tais elementos acabam gerando uma exploração com base no gênero nos lugares de trabalho atuais e no Estado. Ao deixar de lado a responsabilidade com as crianças, por exemplo, o homem acaba submetendo a mulher a compartilhar com o Estado a responsabilidade na criação (Brown apud Young, 1990, p. 51). Há, portanto, a criação de um novo sistema de exploração do trabalho doméstico feminino mediado pelas instituições do estado, criando um patriarcado público segundo Brown (Young, 1990, p. 51).

Em resumo, a crítica de Young reside justamente no fato de que o marxismo trata as mulheres como mais uma camada de trabalhadores e deixa de lado essas características firmadas no gênero. Neste sentido, como grupo, as mulheres possuem formas específicas de exploração com base no gênero, de tal modo que as suas energias e/ou poder são dispensados, muitas vezes desconhecidamente, para beneficiar os homens, deixando-os com a parcela mais criativa e produtiva do trabalho (Young, 1990, p. 51).

Paralelamente, mas de modo diverso, a injustiça com base na categoria racial também forma esse contexto de exploração. Sabe-se que o mercado de trabalho é segmentado e tem submetido os negros a condições de exploração capitalista, deixando os empregos de maior qualificação, bem-pagos e formalizados aos brancos. Há uma forte discussão se esses benefícios recaem para os brancos enquanto grupo ou se beneficiam a classe capitalista (Reich apud Young, 1990, p.51). Tal discussão está firmada, sobretudo, na crença da classe como

motivadora inicial das injustiças raciais. Além disso, se há o racismo, há uma presunção de que os membros dos grupos raciais oprimidos são ou devem ser os serventes daqueles que, de alguma maneira, são os grupos privilegiados (Young, 1990, p. 52).

Young concorda com o argumento de que as injustiças com base na exploração não serão resolvidas por meio da redistribuição de bens enquanto as práticas institucionalizadas e relações estruturais permanecerem inalteradas. O caminho para a superação da exploração requer uma reorganização das instituições e práticas a fim de que alterem de maneira substantiva a divisão do trabalho (Young, 1990, p.53).

Outra face da opressão é a marginalização, vista como o processo de não utilização de pessoas pelo sistema de trabalho, tanto porque não podem, ou de fato, porque não são inseridas (Young, 1990, p.53). Young exemplifica com a situação dos negros nos Estados Unidos que fazem parte de um mercado racializado. No Brasil, a situação é parecida, que além de um mercado racializado, proporciona maior inserção dos brancos e homens no mercado de trabalho. Há tanto uma vertente numericamente, como uma dimensão qualitativa. Segundo dados do Retrato das Desigualdades, em 2009, a menor taxa de desemprego é para homens brancos (5,3%) e maior para mulheres negras (12,5%). Neste intervalo, mulheres brancas são 9% e homens negros 7%. Além disso, as mulheres negras apresentavam o pior índice de formalização, com 25% com carteira assinada, contra 43% dos homens brancos (Ipea, 2011, p. 27).

Para Young, a marginalização é uma forma muito perigosa de opressão, tendo em vista que uma categoria inteira de pessoas é retirada de sua participação na vida social e potencialmente sujeita à privação material, acentuada pelas exigências do capitalismo, e até mesmo extermínio (1990, p. 53). Young concentra as injustiças associadas à marginalização em dois aspectos. De um lado, a concepção de um Estado de bem estar social ocasionou novas injustiças, privando os seus dependentes de direitos e liberdades que outros já têm. Além disso, até mesmo quando a privação material é abrandada pelo Estado de bem estar social, a marginalização torna-se injusta porque bloqueia a possibilidade de exercício das capacidades de uma maneira reconhecida e socialmente definidas (Young, 1990, p. 54). Neste sentido, mesmo que ela concorde que o Estado de bem estar tenha trabalhado por uma política redistributivista, ele ainda não dá conta da dimensão do reconhecimento.

Já a impotência é a terceira face da opressão. Young enuncia mais uma vez a importância da ideia de classes no marxismo porque ela explicita uma estrutura de exploração, o poder e riqueza de uns são alimentados pelo trabalho de outros. Dessa maneira, a opressão deve abranger também as classificações do mundo do trabalho entre profissionais e

não-profissionais, visto que os primeiros são mais bem posicionados na estrutura de divisão social do trabalho, enquanto os não profissionais, além da exploração, sofrem uma opressão adicional, a impotência (Young, 1990, p. 56).

De acordo com a autora, os impotentes são aquelas pessoas que lhe faltam autoridade e poder, aquelas que o poder é exercido sem que elas o exercem, ou seja, os impotentes acatam ordens, mas raramente possuem o direito de exercê-las. Além disso, a impotência também é uma posição que impede que a pessoa tenha oportunidade de desenvolver e exercer suas habilidades, considerando que não possuem ou tenham pouca autonomia no trabalho, exercem uma pequena criatividade ou julgamento e não possuem um conhecimento técnico ou autoridade (Young, 1990, p. 56).

Por outro lado, ser profissional possui elementos de expansão e progressão na forma em que é caracterizado na sociedade. Tal condição exige maior educação e um conhecimento especializado, que proporciona o trabalho com símbolos e conceitos. Outra característica é que o profissional possui autoridade sobre os outros e não é privado da falta de autonomia. Por fim, os privilégios de sua vida profissional são estendidos para a vida como um todo. É que o Young denomina de conquista de “respeito”, visto que as pessoas ouvem o que eles dizem ou fazem o que lhes é pedido porque há autoridade, conhecimento especializado e influência (1990, p. 57).

Com essa explicação das três faces da opressão diretamente relacionadas à divisão social do trabalho, as duas próximas referem-se a outras dimensões da vida social. O imperialismo cultural é um entendimento central para se entender o estudo aqui proposto, considerando as categorias de gênero e raça e sua compressão na vida social, como a mídia. De acordo com Young, “experenciar o imperialismo cultural significa experenciar como os significados dominantes de uma sociedade tornam invisível uma perspectiva particular de alguém de um dado grupo e ao mesmo tempo estereotipa esse dado alguém e o marca como o Outro” (1990, p. 58-59).

Neste sentido, o imperialismo cultural é a formação de concepções, valores e normas dominantes que reduzem determinados grupos à invisibilidade ou a caracterizações específicas negativas. O imperialismo cultural passa pela universalização da perspectiva do grupo dominante, formando expressões de dominação cultural que disseminam, ressaltam a experiência, os valores, as metas e conquistas de um determinado grupo (Young, 1990, p. 59). Tal contexto normatiza o entendimento das classificações e posicionamento sociais, torna-o como representativo da humanidade e elegendo uma forma específica de interpretação de um grupo acerca dos eventos e elementos numa sociedade.

No entendimento deste estudo, tomando a mídia como a principal detentora do controle sobre a produção das representações sociais, ela é um campo propício para que o imperialismo cultural esteja normatizando as perspectivas, valores e padrões dos grupos dominantes. Os produtos culturais também expressam a perspectiva do grupo dominante acerca da interpretação dos eventos e elementos de uma sociedade, incluindo outros grupos ao invés de como eles estão atados a um *status* cultural como um todo (Fraser apud Young, 1990, p. 59). Assim, há uma produção hierarquizada das representações difundidas, calcada, sobretudo, neste mecanismo social de opressão.

Ainda que Fraser tenha feito ponderações ao seu modelo de redistribuição e reconhecimento, é interessante notar que em trabalhos posteriores, ela tenta explicitar melhor a vertente do reconhecimento cultural. Assim como Young, na tentativa de demonstrar as injustiças sociais, Fraser enuncia o “*status model*”. Neste caso em específico, a autora está preocupada com o não reconhecimento de grupos e a sua subordinação social, no sentido da não participação como igual na vida social. Quando os membros de determinados grupos são considerados “como inferiores, excluídos, totalmente outros, ou simplesmente invisíveis – em outras palavras, como menos que parceiros completos numa interação social – então nós podemos falar em não reconhecimento e subordinação por *status*” (Fraser, 2000, p. 113). Neste sentido, a não inserção desses grupos está ligada a uma relação institucionalizada de subordinação social. A negação não está relacionada apenas ao descrédito de determinados membros de um grupo quanto às suas atitudes, crenças e representações, mas ao *status* como parceiro pleno da interação social, como uma consequência de uma comparação com parceiros plenos que possuem dignidade, respeito ou estima.

Dessa forma, o modelo não está ligado meramente a representações culturais e discursivas, mas está perpetrado por parceiros institucionalizados, ou seja, por meio de instituições sociais de trabalho que regulam a interação de acordo com as normas culturais. As práticas policiais são um exemplo, que por serem guiadas por um perfil racial, associam pessoas de cor com a criminalidade. Neste caso, a interação social é mediada por um parceiro institucionalizado de valor cultural que constitui algumas categorias dos atores sociais como normativas e outras como deficientes ou inferiores. Se o negro é considerado perigoso, isso resulta numa negação do *status* daqueles membros da sociedade como parceiros plenos na interação, capazes de participarem por igual com o resto. Fraser diminui a centralidade da identidade de grupo neste contexto de subordinação social, “objetivando não a valorização da identidade de grupo mas ao invés disso a superação da subordinação, as reivindicações por



reconhecimento nessa abordagem busca estabelecer o grupo subordinado como parceiro completo na vida social, pronto para interagir com outros como igual” (2000, p. 114).

A concepção de Fraser com *status model* parece eliminar uma interação social marcada pela diferença e isso é problemático, visto que, por mais que os membros de determinados grupos tenham plenas capacidades de participar da vida social, a sua inserção será necessariamente diferenciada. Os valores, padrões e expressões culturais de cada grupo estão baseados em identidades que conformam a maneira que serão vistos na sociedade e como será a sua participação. Ainda que Fraser concorde com a inferioridade, exclusão e invisibilidade de certos grupos nas interações sociais, é difícil conceber tal contexto apenas com o *status* social, visto que os constrangimentos sociais podem estar ligados a processos muito mais profundos que reproduzem regras, práticas, ações e imagens.

No entendimento do imperialismo cultural podemos avaliar algumas conseqüências: o paradoxo da invisibilidade e estereotipia; a formação de uma dupla consciência de cultura dominante e cultura subordinada; e, o conhecimento do outro por caminhos marginalizados. Quanto à primeira dimensão, há o exercício paralelo tanto por meio da invisibilidade daqueles que são culturalmente oprimidos, quanto por meio da caracterização estereotipada. Assim, o silenciamento das perspectivas sociais provoca a invisibilidade e os estereótipos, na lógica dos grupos, relacionam de algum modo os corpos à natureza dessa opressão (Young apud Biroli, 2011a, p. 79). O imperialismo cultural submete, portanto, certos grupos a uma formação da imagem estereotipada e inferiorizada que a torna representativa da forma que a sociedade os definem e os posicionam.

Quando se pensa a ocupação das mulheres no campo político, por exemplo, pode-se atribuir estereótipos que as relacionam a determinadas aptidões, direcionando-as a áreas específicas de atuação. É o que Carol Gilligan e Nancy Chodorow denominam de política do desvelo ou do cuidado (Gilligan e Chodorow apud Miguel, 2001, p. 259). Segundo elas, as mulheres trariam diferenças expressivas com relação aos homens no modo que se faz a política. Com a presença feminina nas esferas de poder, devido ao seu costume em cuidar dos outros, as mulheres trariam maior cuidado e solidariedade para a política. A política de interesses por sua natureza egoísta e masculina seria abrandada pelo modo menos competitivo da mulher fazer a política. Contudo, como alerta Miguel, deve-se problematizar a predominância da ocupação de mulheres levando em consideração os limites institucionais de escolhas no campo político (Miguel, 2001).

Já a definição de um grupo pela sociedade como o Outro é culturalmente diferente do grupo dominante, visto que a condição da alteridade cria experiências específicas que não são

compartilhadas pelo grupo dominante, além disso, os grupos oprimidos culturalmente são muitas vezes segregados socialmente e ocupam posições específicas na divisão social do trabalho (Young, 1990, p. 60). A noção de uma dupla consciência surge quando alguém se encontra definido entre duas culturas, a dominante e a subordinada. Como numa cultura marcada pelo imperialismo cultural as pessoas podem afirmar e reconhecer uma a outra compartilhando experiências e perspectivas de vida, mantém-se um senso de subjetividade positiva (Young, 1990, p. 60). Cabe ressaltar que há um entendimento da diferença como hierarquia e estigma, que é a presença marginal dos grupos na ocupação de lugares desvantajosos socialmente e a diferença como especificidade e compartilhamento de interesses, que corresponde ao senso positivo apontado por Young. Essa dimensão colocada por Young parece tender para a unilateralidade, ou seja, ainda que se esteja focando nas conseqüências para os grupos oprimidos, deve-se ponderar que alteridade também pode criar experiências específicas para grupos oprimidos.

Por fim, a imperialismo cultural provoca outro paradoxo na experiência das pessoas que sofrem essa face da opressão, o de serem ao mesmo tempo invisíveis e marcadas como diferentes. A primeira dimensão surge quando os grupos dominantes não consideram que a perspectiva incorporada nas suas expressões culturais corresponde, de fato, a uma perspectiva social. Na maioria das vezes em que essas expressões culturais se abrem para a experiência de outros grupos, as menções ao outro são feitas de modo marginalizado, estereotipado. Nesta dinâmica, Young enuncia a injustiça do imperialismo cultural: “a experiência e a interpretação da vida social do grupo oprimido tem pouca expressão que atinge a cultura dominante, enquanto esta mesma cultura impõe sua experiência e interpretação da vida social sobre o grupo oprimido” (1990, p. 60).

A quinta e última face da opressão é a violência. No sentido aqui colocado, trata-se de violência física sofrida por muitos grupos oprimidos. Os dados do último Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil apontam que, entre os anos de 2006 e 2007, do total de homicídios cometidos no país contra homens, 57,9% eram pretos e pardos e 28% brancos. Já entre as mulheres, 3,2% eram brancas contra 4,3% pretas e pardas. Fica evidente, portanto, a vitimização da população masculina negra, e os dados também apontam uma concentração na população jovem, especialmente entre 15 e 24 anos (Paixão *et al*, 2010, p. 251-59).

O que caracteriza a violência como tal é menos os atos em particular, embora sejam condenáveis, do que o contexto que cerca tal prática, que os fazem possíveis e até aceitáveis. Neste sentido, a violência torna-se uma face da opressão não meramente por ser um erro moral individual, mas por existir como uma prática social (Young, 1990, p. 61-62).

Ao entender a violência como uma prática social, nota-se que é um fenômeno direcionado a membros de certo grupo simplesmente por serem membros desses grupos. Portanto, acrescenta-se a isso o conhecimento compartilhado e diário de que os membros desses grupos oprimidos são suscetíveis a tal violação, devido a sua identidade de grupo (Young, 1990, p. 62). Por ser uma prática cotidiana, a violência representa parte da opressão sofrida por certos grupos e os seus atos estão diretamente relacionados ao modo que é formada a construção identitária do outro. Baseada, sobretudo, numa dada expressão de perspectiva social compartilhada e definidora dos grupos violentados, tais práticas estão permeadas pela caracterização marcada e marginalizada, que os torna facilmente identificáveis e vistos como vulneráveis à violência. A preocupação de Young constitui, dessa forma, nesse entendimento compartilhado que torna a violência a dados grupos como uma prática conhecida e direcionada.

Sendo assim, se algum grupo é atingido por alguma dessas injustiças, pode-se dizer que ele sofre opressão. Vale ressaltar que essas faces da opressão podem estar associadas e oprimirem um grupo em diferentes medidas. No caso dos(as) políticos(as), os grupos a que pertencem certamente sofrem todas essas injustiças e por isso, a importância em pensar tais práticas em conformidade com a noção de justiça e com base na diferença, marcada pela identidade.

Tendo em vista que as suposições, valores e padrões são influenciados em sua formação por mecanismos de opressão, a mídia, como uma instância representativa, filtra as notícias e seus atores com base nesse contexto de referências socialmente ativas. A sua relação com o campo político não escapa deste contexto de referências e, como colocado no início do capítulo, *o que* forma a notícia e *quem* fala sobre determinados assuntos está ligado a essa formação opressiva, que influencia não só a entrada, mas o posicionamento hierarquizado de atores políticos e notícias no campo midiático, que por sua vez, contribui na formação da política.

No próximo capítulo, será discutido o papel da mídia e sua relação com a perpetuação da opressão e em que medida ela participa na formulação de valores, normas e padrões de referência com relação às categorias aqui mobilizadas, o gênero e a raça. Associada a essa discussão, também está a formação da imagem pública e dos padrões normativos de referência dos grupos, os estereótipos.

## CAPÍTULO 2 - Mídia, imagem pública e estereótipos

Este capítulo tem como objetivo discutir o entendimento dos meios de comunicação de massa como uma instância representativa para avançar na compreensão da relação entre a mídia, os estigmas e estereótipos. Cabe ressaltar que as marcas estereotípicas estão calcadas sobretudo na maneira que as faces da opressão, discutidos no capítulo anterior, afetam os grupos sociais aqui elencados a partir de uma ótica racial e de gênero marginalizadas e que estão presentes na mídia. De maneira especial, ao falarmos do campo midiático, pretende-se avançar no entendimento da imagem pública e sua relação com as representações sociais, visto que a visibilidade na mídia é crucial para o posicionamento dos atores no campo político.

### 2.1. *Mídia: conceitos e funcionamento*

Grande parte das pessoas tem o seu conhecimento, para além dos fatos que acontecem em seu meio social próximo, derivado da recepção de formas simbólicas presentes na mídia (Thompson, 2009, p. 285). As visões que se têm das pessoas, inclusive de políticos(as), são derivadas em grande parte da cobertura de veículos de comunicação de massa que afetam o conhecimento formulado a partir dessa mediação feita pela mídia. Além disso, o alcance da mídia é muito mais complexo e substancial do que uma distribuidora de notícias, ela molda *o que e como* as pessoas pensam sobre dadas questões (McCombs, 2004).

John Thompson conceitua a comunicação de massa “como formas simbólicas mercantilizadas e reproduzíveis que se tornam disponíveis, em amplas abrangências de tempo e espaço, para a pública circulação e recepção” (2009, p. 287). Ainda que esse conceito não abranja a complexidade que os meios de comunicação oferecem na mediação simbólica aos seus receptores e como influenciam as suas experiências cotidianas de interação social, ele permite-nos uma orientação inicial do entendimento da mídia. Segundo o autor é importante destacar que os produtos midiáticos estão disponíveis a uma pluralidade de receptores e que a comunicação de massa é um processo de mão única, em que as mensagens são conduzidas do transmissor para o receptor. É neste sentido que constitui uma ruptura fundamental entre o produtor e receptor da notícia, visto que esse último tem pouca chance de interferir no curso e conteúdo do processo de comunicação (Thompson, 2009, p. 287-288).

Thompson caracteriza mais detidamente a comunicação de massa. A primeira característica é “a produção e difusão institucionalizadas de bens simbólicos” (Thompson, 2009, p. 289). Para isso é necessário que haja instituições interessadas na produção e difusão generalizada de bens simbólicos, e, além disso, são em larga escala porque produzem e difundem para numerosos receptores. O autor fala, portanto, em *fixação*, essas formas simbólicas são fixadas num meio específico sofrendo processos de codificação social; em *reprodução*, que é a capacidade dos meios de comunicação de massa de produzir cópias e torná-las acessíveis a um grande público; e, *mercantilizáveis*, ou seja, são objetos tratados numa lógica comercial, com serviços que podem ser pagos ou meios que facilitam a compra e venda (Thompson, 2009, p. 289).

A segunda característica é que a comunicação de massa “institui uma ruptura fundamental entre a produção e a recepção de bens simbólicos” (Thompson, 2009, p. 289). Isso porque em grande parte a produção de bens é feita para receptores que não estão fisicamente no lugar de produção, transmissão e difusão. Além disso, o seu resultado é *indeterminado* visto que as formas simbólicas são produzidas e transmitidas para audiências e sem um monitoramento contínuo de resposta dessas audiências (Thompson, 2009, p. 290).

Meyrowitz aponta a descontinuidade da produção e recepção por atores distantes fazendo uma análise do impacto da mídia eletrônica na identidade de grupos. Essa descontinuidade da localização física e o acesso à informação proporcionou que a naturalização de posições de certos atores fosse revista. Se antes os grupos eram isolados e juntos nos mesmos locais, a mídia eletrônica rompe essa distância do tempo e do espaço e com isso modifica identidades e a coesão social (Meyrowitz, 1985, p.143). Ainda segundo o autor, a mídia torna os lugares homogêneos porque permite que as pessoas interajam com as outras, ao contrário do que ocorreria no isolamento físico, ocorrendo, portanto, um único sistema de informação (Meyrowitz, 1985, p.143). Ao apresentar essa visão, há um primeiro rompimento ocasionado pela mídia correspondendo a uma quebra no isolamento de grupos. E antes papéis, valores e normas, que caíam somente numa naturalização, têm uma possibilidade, ainda que em potencial, de serem quebrados e partirem para uma construção diferenciada por meio das visões e conhecimentos agora trazidos pela mídia.

Retomando a caracterização feita por Thompson, a terceira delas é que a comunicação de massa “aumenta a acessibilidade das formas simbólicas no tempo e no espaço” (2009, p. 290). Neste sentido, aos meios de comunicação implicam um alto grau de distanciamento no tempo e no espaço, desvinculando-se do transporte físico das formas simbólicas (Thompson, 2009, p. 291). Por fim, a quarta característica é que ela “implica a circulação pública das

formas simbólicas”, considerando que os produtos atingem uma pluralidade de receptores e estão acessíveis a qualquer um que tenha os meios técnicos, as habilidades e os recursos para adquiri-los (Thompson, 2009, p. 292).

Segundo Meyrowitz, tomando a terceira característica colocada por Thompson, essa acessibilidade no tempo e no espaço tem um grande impacto na identidade de grupos porque desfaz a necessidade de presença física e acesso à informação. Muitos grupos antes naturalmente restritos em lugares específicos puderam ter uma experiência diferenciada e interagirem com outros, sem que o isolamento físico fosse um impedimento para esse tipo de relação como colocado anteriormente. Dessa maneira, a mídia eletrônica oferece a esses grupos anteriormente isolados “uma nova forma de acesso social e movimento” (Meyrowitz, 1985, p. 181). Isso porque com a mídia o acesso a vários lugares foi dado às pessoas, retirando-as social e psicologicamente de suas condições de localização (Meyrowitz, 1985, p. 182).

Com o acesso a esses lugares, a mídia proporcionou um conjunto de relações sociais distintas e comportamentos padrões antigos tornaram-se novos padrões de referência. A mudança nas regras de acesso a situações de exposição desenvolveu comportamentos a mais e diferenciados tanto de exposição como de bastidores da mídia. Tais mudanças tanto no acesso como no comportamento alteraram a concepção do comportamento apropriado e, portanto, alimentaram os temas do conteúdo midiático, constituindo um efeito em espiral (Meyrowitz, 1985, p. 182).

Cabe ressaltar que não se entende a mídia como a única responsável por moldar as mudanças de comportamento. “Velhas estruturas podem ser questionadas por novos modelos de fluxo de informação, mas as novas estruturas não podem ser criadas pela mídia, elas são criadas pelas pessoas” (Meyrowitz, 1985, p. 173). Os indivíduos ganham novas percepções de seus comportamentos quando eles veem a si mesmos como objetos sociais, isto é, quando eles próprios preveem como os outros os veriam (Cooley, Mead, Goffman apud Meyrowitz, 1985, p. 173). É o caso dos estereótipos, uma construção social de como os outros veem dados grupos. Os consumidores de informação são formados por pessoas e o comportamento ainda é *socialmente* definido. A mídia pode questionar a viabilidade de velhas formas de comportamento, mas novos papéis tomam forma na interação e resposta humanas (Meyrowitz, 1985, p. 174). Assim, Meyrowitz fala da mídia atuando na desnaturalização de padrões e estereótipos, enquanto outros autores analisam o contrário, isto é, como a mídia colaboraria para homogeneizar padrões por meio das marcas estereotípicas (Biroli, 2011a, p. 84).

Meyrowitz coloca também que as mudanças nas estruturas dos sistemas de informações trazidas pela mídia eletrônica não só afetam o comportamento diretamente, mas também têm influência no conteúdo midiático. As mudanças no conteúdo da mídia e as mudanças no comportamento social podem ser às vezes correlatas, contudo, não necessariamente devido a uma ligação causal entre elas, mas porque são ambas influenciadas por um mesmo fator, a mudança estrutural das relações sociais (Meyrowitz, 1985, p. 175).

Ao considerar essas diversas transformações, a mídia é, neste sentido, um elemento da consciência pública moderna (Schudson, 2003, p. 2). Ela tem uma influência substancial nas pessoas e nas culturas a que elas pertencem. De acordo com Michael Schudson, podemos entendê-la se reconhecemos que ela produz uma forma de cultura, as notícias (2003, p. 3). Segundo o autor, a mídia é produzida por pessoas que lidam, às vezes inconscientemente, com o sistema cultural, um acumulado de significados culturais e padrões discursivos (Schudson, 2003, p. 14). O autor entende cultura como uma linguagem em que a ação é constituída mais do que a causa que gera a ação (Schudson, 2003, p. 18). A cultura não é ela mesma um poder, algo em que os eventos sociais, comportamentos, instituições e processos podem ser usualmente atribuídos, ao invés disso, é um contexto, algo em que isso tudo pode ser inteligivelmente descrito (Geertz apud Schudson, 2003, p. 18).

Ao colocarmos a mídia como uma forma de cultura, estamos excluindo o seu entendimento como apenas ideologia, informação ou uma força social. Entendida desta maneira, a mídia constitui um conjunto de ideias que compõe a construção da realidade social e, a partir de uma relação complexa entre esse conjunto e a estrutura material da sociedade, refletem posições diferenciadas e por vezes conflitantes das clivagens sociais. As notícias como uma forma de cultura incorporam concepções sobre *o que* importa e *quem* importa.

Segundo o autor as notícias são organizadas com base em convenções sobre as fontes, isto é, os fornecedores de informações legítimos. Já que o jornalismo vale-se de fontes consideradas legítimas, a escolha desses fornecedores de informações passa por um viés marcado pelo o que é aceito socialmente, ou pelo menos, no campo jornalístico. Isso certamente priva atores que poderiam sustentar a notícia e que acabam sendo excluídos desse círculo legítimo de fontes, fruto da escolha dos profissionais no campo. No caso de um político, ser uma fonte é obter um grau, ainda que em potencial, de influência na condução do noticiário (Miguel, 2002, p. 13).

Outra característica da mídia é que ela se baseia em pré-concepções implícitas sobre a audiência. De acordo com Schudson, “menos num modo de quem a audiência de fato pode ser do que uma projeção dos jornalistas sobre os seus próprios mundos sociais” (2003, p. 14). O

autor problematiza essa característica porque, ao considerar as notícias como uma forma de cultura exige questionar aos produtores de notícias quais elementos compõem as questões presentes em notícias, *quem, o que, quando, onde e por que*. Desse modo, as notícias incorporam certos modos de explicação e rejeitam outros (Carey apud Schudson, 2003, p. 14). Neste sentido, ainda que isso não seja feito com base em referências socialmente ativas, o que é colocado na mídia reflete posições, escolhas e valores de atores e instituições de um dado campo. A isso Schudson denomina de pressuposições culturais e com isso diz que a mídia forma no imaginário social uma entidade forte, uma espécie de “comunidade”. Desse modo, a mídia seria mais um conjunto de pressupostos compartilhados do que um fornecedor de mensagens autoconscientes.

Schudson considera a profissionalização da mídia, isto é, o jornalismo como parte da cultura contemporânea que trabalha simultaneamente “como um conjunto de instituições sociais concretas e um repertório de práticas de escrita e leitura (*literacy*) historicamente padronizadas” (2003, p. 2). Não cabe aqui retomar sua análise sobre os efeitos do jornalismo, mas cabe ressaltar a sua contribuição no entendimento de que esse corpo profissional está socialmente posicionado, isto é, ao produzirem as notícias, esses jornalistas refletem modos que representam massivamente uma sociedade baseada em clivagens sociais dominantes.

Ao falar sobre a importância da mídia, Schudson destaca a existência de pressupostos compartilhados que refletem, incorporam e reforçam a estrutura e os valores de um mundo social em particular de tal modo que atestam tanto uma estrutura, valores do próprio jornalismo e um “mundo” que ela presume cobrir. Os meios de comunicação formam um tipo de arcabouço por meio do qual e com o qual as pessoas pensam (Schudson, 2003, p. 15-16).

Além disso, a mídia tem o poder de amplificar as notícias. Segundo Schudson, ela confere legitimidade pública e traz os fatos para um fórum público de discussão. Não há apenas a distribuição de notícias a um dado público, a mídia tem o poder de amplificá-las (Schudson, 2003, p. 19). Segundo Schudson, essa amplificação produz um certificado de importância (dado também pelo público e considerado legítimo) que reforça a crença na mídia como responsável por uma organização moral dos fatos, por isso o seu papel em colocar as notícias numa forma cultural. O poder da mídia está em colocar e amplificar num lugar público que um dado evento é notável.

Contudo, ao pensar a mídia como produtora de uma forma cultural apenas, podemos superestimar o seu poder como formuladora de padrões e valores na sociedade ou até negligenciar a influência, no caso deste estudo, do campo político em sua própria formação e na atuação conjunta de formação desses valores compartilhados. Portanto, cabe ressaltar que



frequentemente há uma crença exagerada no poder da mídia. Como coloca Miguel, “decretar que a política ‘se curvou’ à mídia é tão estéril quanto negar a influência desta sobre a primeira” (Miguel, 2002, p. 15). A mídia não é um campo neutro que registra uma realidade externa e nem um elemento intruso que tumultua a atividade política, são “agentes políticos plenos”, e com a sua influência alteram o jogo político (Miguel, 2002, p. 15).

Além do entendimento do que é a mídia e o seu funcionamento, expostos em parte deste capítulo, compõem também esse conjunto o conceito de agendamento e enquadramento. Segundo Mauro Wolf, a hipótese do agendamento se refere a um conjunto estruturado de conhecimentos absorvidos dos meios de comunicação e na produção da informação, diversos fatores provocam as “distorções involuntárias” nas representações difundidas pela mídia (Wolf, 1995, p. 131). E isso é fundamental para se entender a discussão aqui pretendida pois na medida que o consumidor de informações é incapaz de controlar as representações sociais, tendo por base uma referência exterior aos meios de comunicação, a imagem que, por meio dessa representação ele forma, acaba sendo distorcida, estereotipada ou manipulada (Roberts apud Wolf, 1995, p. 131). Neste sentido, há uma dependência cognitiva, isto é um *continuum* em nível cognitivo entre as distorções geradas no processo de formação da notícia e os critérios de relevância e organização da informação, em que os consumidores deste conhecimento produzido absorvem e se apropriam (Wolf, 1995, p. 131).

Assim, as “distorções inconscientes” que se dão cotidianamente enfatizam uma certa representação da realidade social, priorizando alguns aspectos em detrimento de outros, e são elementos que entram na dinâmica da difusão dos efeitos cognitivos, ligados a uma imagem da realidade. Dessa maneira, dos meios de comunicação de massa, núcleo da produção simbólica nas sociedades atuais, “é necessário conhecer não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário coletivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações com que se realizam” (Wolf, 1995, p. 189).

Cabe ressaltar que Wolf tem uma visão de que a mídia, mesmo que detenha parte dessa responsabilidade, “distorce” ou manipula as representações sociais que formam os estereótipos. Sabe-se que a mídia detém o controle de boa parte da produção das representações sociais e uma visão, ao contrário de Wolf, é pensar os estereótipos numa relação com a homogeneização e a baixa pluralidade (Biroli, 2011a). A primeira pode se basear na homogeneidade tal como apontada por Meyrowitz no início do capítulo, visto que a mídia ao permitir que as pessoas, anteriormente isoladas, interajam propicia um único sistema de informações. Esse mesmo referencial acaba por contribuir para a formação padronizada e, portanto, de estereótipos. Já a baixa pluralidade, a ser discutida mais adiante, pode estar

relacionada à entrada e ao posicionamento hierarquizado de grupos nos diferentes espaços sociais.

Acerca das rotinas produtivas e os critérios de relevância, nos termos utilizados por Shaw, há uma “lista” apresentada pela mídia daquilo que é necessário ter opinião ou colocar em discussão (Wolf, 1995, p. 131). Esse conjunto de temas, assuntos e discussões elencados pela mídia forma “um quadro interpretativo da realidade, um esquema de conhecimentos, um *frame*, que se aplica (mais ou menos conscientemente) para dar um sentido aquilo que observamos” (Wolf, 1995, p. 131). A mídia contribui no processo de hierarquização dos acontecimentos ao agendar as questões a serem pensadas e discutidas, e pelo fato de que as pessoas tenham contato com aspectos da realidade social apenas pela mídia, coloca os agentes numa relação de dependência cognitiva.

É neste sentido que o conceito de enquadramento, advindo do pensador Erving Goffman, é entendido como “marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e situações sociais” (Porto, 2004, p. 78). Considerando que a mídia, de acordo com o agenda-*setting*, seleciona os temas que o público pode pensar, ela assim o faz de acordo com um dado enfoque e influencia como o público pode interpretar esses temas, correspondendo ao *frame* ou enquadramento.

Como complemento à hipótese do agenda-*setting*, o conceito de *frame* ou enquadramento é fonte de crítica ao “paradigma da objetividade” (Porto, 2004, p. 77). Esse paradigma está relacionado ao papel da mídia que seria transmitir as informações de forma objetiva e imparcial para o público, isto é, sem interferir no relato dos fatos ou favorecer um dado grupo ou indivíduo. Devido a uma mudança na concepção de como transmitir e processar as informações advindas dos meios de comunicação, o paradigma de uma informação objetiva e imparcial foi tomado por uma concepção voltada para a relação da mídia com a realidade social. Os meios de comunicação não estão isolados da realidade social e não seriam meros transmissores de informações, mas são agentes formadores das percepções e valores dos indivíduos e contribuem para a construção da realidade social (Hackett apud Porto, 2004, p. 75). Segundo Hackett, a mídia pode desempenhar um papel político e ideológico e o que rege a produção do que seria a notícia é o “enquadramento” utilizado pelos seus agentes.

Essa elaboração de como o público pode pensar sobre uma dada questão afeta diretamente as suas escolhas de acordo com o enquadramento dos temas (Porto, 2004, p. 75). Há uma formulação prévia das preferências pela mídia que ordenam as escolhas do público e tornam-se “importantes instrumentos de poder” (Porto, 2004, p. 75), pois ao selecionar e

hierarquizar o que e como algo pode ser pensado, ela constrói a realidade social de acordo com um quadro interpretativo, diante das várias opções possíveis. Há uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá predominar (Porto, 2004, p. 81). Neste sentido, na maneira que a mídia interpreta uma dada questão, hierarquiza os fatos e seleciona *quem* e *o que* será a notícia, há um jogo de posições sociais em conflito ou de interesses em disputa que dispõe os agentes e afeta as suas posições tanto no campo midiático como no político. Mesmo com lógicas distintas, esses dois campos se interferem e operam na atribuição de capital político aos seus agentes.

O acesso ao campo da mídia é “condicionado pelas percepções dos agentes do campo jornalístico sobre o *que é* notícia e *quem* está dotado de autoridade para falar sobre determinadas questões” (Miguel e Biroli, 2008, p. 4). Os meios de comunicação selecionam as notícias a serem transmitidas aos agentes e essas escolhas muitas vezes afetam o posicionamento dos indivíduos dentro do campo político, alterando o seu capital. Como efeito, produzem uma “credibilidade”, mediada e vista pelos agentes como legítima, distinguindo os indivíduos “capazes” e os “incapazes” para falar sobre dadas questões, ou mesmo aparecer ligados a elas. Neste sentido, a mídia também é responsável pela produção, alteração ou reafirmação do capital político que um agente possui ao ocupar um cargo público.

## 2.2. *Os impactos da mídia no contexto deste estudo*

Considerando o agendamento e o enquadramento como dois elementos da mídia que dispõem sobre o que e quem se envolve na condução do noticiário, há de se considerar alguns de seus impactos centrais para o estudo aqui proposto. Segundo Thompson, os meios de comunicação de massa reconstituem os limites entre a vida pública e a vida privada. Isso porque as vidas privadas das pessoas podem ser veiculadas na mídia e se tornarem acontecimentos públicos e da mesma maneira o contrário, os acontecimentos públicos podem ser vivenciados em situações privadas (Thompson, 2009, p. 311). Com a mídia há, portanto, uma mudança do que define as fronteiras entre o público e o privado.

Partindo dessa noção do público e privado, uma caracterização fundamental a ser considerada neste estudo, que analisa personagens políticos e a interferência do campo midiático em suas imagens públicas, é pensar no que Goffman coloca em alusão a dois tipos de espaços, o de cena e bastidores. Nas palavras do autor, as “regiões posteriores” em relação

às “regiões anteriores” do referencial interativo primário (Goffman apud Thompson, 2009, p. 302). A mídia entraria, portanto, em parte dessa definição do referencial primário, e as divisões de cena e bastidores. Neste sentido, “as pessoas acabam adaptando o seu comportamento comunicativo para corresponder às oportunidades oferecidas pela mídia”, visto que, há uma separação do local físico onde ocorre a interação social que modifica as maneiras que as pessoas gerenciam sua auto-representação. Há um referencial interativo onde estão os pressupostos, as convenções e os pontos de referência da interação social. Portanto, o indivíduo adaptará em parte o seu comportamento para que sua autoimagem seja compatível com esse referencial (Thompson, 2009, p. 301-302).

Ao pensarmos no objeto de estudo dessa pesquisa, notamos que isso acontece principalmente com os(as) políticos(as) visto que condicionam os seus modos de agir com base nos referenciais socialmente ativos do campo midiático e do campo político. Esse contexto de exposição influencia os seus comportamentos e funcionam como referência para a visão que os outros têm sobre eles(as), por exemplo, nas competições internas político-partidárias, nos seus posicionamentos dentro do campo e como suas imagens são formadas, bem como com relação ao eleitorado – esse que pode ser de civis como de semelhantes. No caso dos(as) ministros(as) aqui analisados, mesmo ocupando um cargo de indicação, a sua relação com a mídia é construída em parte com referência à cobertura dos meios de comunicação e isso influencia a construção de suas carreiras políticas. Assim, o avanço na carreira política depende tanto da popularidade, conquistando adeptos externos ao campo político, como do reconhecimento dos pares, garantindo apoio às candidaturas e nomeações (Miguel, 2003b, p. 118). A cobertura midiática é uma espécie de “*looking glass*”, que permite aos políticos(as) verem como eles(as) aparecem para o público (Lang e Lang apud Just e Crigler, 2000, p. 181). Dessa maneira, o comportamento do(a) político(a) está voltando em grande parte para as preocupações levantadas pela mídia com relação a sua trajetória, e esses indivíduos valem-se, portanto, desse referencial interativo.

A preocupação com a exposição da mídia desses(as) políticos(as) contribui negativamente para as suas imagens se pensarmos na exposição de características que se distanciam do que é considerado positivamente para um bom político, por exemplo, a incompetência ou falta de informação e também aspectos da vida privada que serão julgados pela audiência (Thompson, 2009, p. 304). Além disso, há de se considerar a maneira que são processados os valores, padrões e comportamentos e como isso é enquadrado pela mídia. Ainda assim, há temas e aspectos da vida cotidiana desses homens e mulheres políticos(as) que são em parte levantados pelo campo midiático como legítimos de discussão pública. Com

o foco no advento da mídia eletrônica, Meyrowitz fala do papel da televisão onde “estranhos são tidos como íntimos”. Os líderes, portanto, precisam saber lidar com um jogo delicado de tentarem se mostrar abertos enquanto detêm o controle sobre a informação (Meyrowitz, 1985, p. 166).

Segundo Meyrowitz a exposição dos bastidores, principalmente na televisão, afeta os estágios de socialização e identidade pessoal (1985, p. 156). Isso porque as pessoas costumam se distanciar dos papéis que assumem quando estão na primeira região de exposição, isto é, em cena. A exposição dos bastidores retira, no entanto, a mitificação dos papéis, e expõe pessoas e/ou situações que afetam tanto a audiência como o autor da ação. Neste sentido, essa exposição tem provocado um movimento mais frequente e flexível de alterações dentro e fora dos estágios de socialização e papéis assumidos. Essa mudança possibilitou que as pessoas conhecessem muito mais sobre outros papéis, níveis e tipos de socialização, “(...) Papéis são vistos mais como fases temporárias escolhidas por um indivíduo do que como desenvolvimentos naturais” (Meyrowitz, 1985, p. 156).

Com a mídia eletrônica, além da mudança ocasionada nos comportamentos e percepções daqueles que são a ela expostos, como anteriormente colocado, alterou-se também a noção geral do comportamento apropriado entre muitos daqueles que veem a televisão. Apesar deste estudo não ter como foco o impacto da mídia eletrônica, esse impacto não está desvinculado do que se acompanha na mídia impressa cotidianamente. É interessante considerar essa alteração da visão que se tem dos atores presentes no campo midiático e o que define a noção do comportamento apropriado (Meyrowitz, 1985, p. 174).

Considerando que essa noção está colocada numa interação entre a mídia e as relações formadas na estrutura social que não dizem respeito somente ao campo, cabe pensar como isso se processa na formação de valores, padrões e comportamentos na sociedade. Portanto, para além do campo midiático, na forma como os(as) ministros(as) aqui escolhidos são retratados na mídia, há um vínculo maior entre a maneira que a mídia os(as) noticia e a formação social do que Meyrowitz chama de comportamento apropriado.

Cabe ressaltar que essa noção não é feita de maneira automática pela mídia, mas ela suscita a construção de um pensamento padronizado e homogêneo, reforçado e desenvolvido, claro, pelas relações interpessoais no cotidiano. Meyrowitz vai além ao colocar que a mídia não afeta unicamente o modo que as pessoas se comportam, mas pode afetar também a maneira como as pessoas sentem que deveriam se comportar (1985, p. 175).

O autor também estuda o impacto dos meios de difusão massiva no comportamento dos indivíduos e grupos. Considerando o entendimento de grupos sociais tratados no capítulo

anterior e suas relações com a mídia, segundo o autor, há distintos grupos na sociedade que não apenas compartilham informações similares sobre a sociedade em geral, como também acerca de cada um, que os distinguem em “insiders” e “outsiders” (Meyrowitz, 1985, p. 131). Ao falar em minorias baseadas na exclusão, por exemplo, a racial, o entendimento não se refere a um pequeno grupo de pessoas na sociedade mas ao grau limitado de acesso que os membros desses grupos sentem ter com relação à sociedade como um todo.

Neste sentido, os membros de grupos minoritários são unidos num sentimento de *restrição* de certos direitos e experiências. As pessoas fazem parte de um grupo minoritário quando se sentem excluídas do grupo maior de referência. Um exemplo dado por Meyrowitz é quando o conceito de minorias é aplicado às mulheres, que podem ser a maioria numérica da população, mas o seu significado é atribuído em outro sentido (1985, p. 132). Segundo Meyrowitz, a integração da informação por meio da mídia faz a integração social parecer mais desejável e possível, portanto, quanto mais pessoas compartilham sistemas de informações similares, maior a demanda pela consistência de tratamento. A mídia eletrônica propiciou uma rede de informações homogeneizada e um resultado disso foi que essa perspectiva compartilhada dos diferentes grupos, que antes estavam formalmente isolados, começaram a demandar direitos e tratamentos iguais (Meyrowitz, 1985, p. 132).

Assim, antes o que era vivenciado como experiências de vida e de localidade compartilhadas, com o advento da mídia eletrônica, passou a ser desconsiderado como uma experiência estritamente pessoal. A mídia possibilitou o que Meyrowitz denomina como uma “visão de cima”, ou seja, uma experiência que agora é compartilhada em nível social e isso redefine muitos problemas como questões sociais, isto é, agora alguns temas são levados para discussão e enfrentamento na esfera pública, que antes não ocorria. Um exemplo do autor é que quando uma promoção num emprego é negada pode ser entendida, por influência da mídia, como ligada ao racismo ou sexismo e não somente a uma característica ou ação da pessoa a que foi negada. Assim, o entendimento da negação do cargo passa a ser ligado a uma questão social mais abrangente, o racismo e/ou sexismo.

Se para Meyrowitz a mídia representa mudanças, algumas abordagens se diferenciam desta visto que o impacto da mídia pode colaborar para conservar um estado de coisas, inclusive no que diz respeito à baixa pluralidade e permeabilidade do campo político aos estereótipos. No capítulo anterior vimos como a opressão cria e reforça valores, normas e padrões no entendimento de pessoas e grupos sociais, tendo como referência as categorias de gênero e raça. Entender a mídia “como um espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos de grupos em conflito na sociedade” é tomá-la como uma esfera de

representação política (Miguel, 2003a). Ela é um instrumento em potencial para a difusão das diferentes perspectivas sociais, visões e projetos políticos, associados a determinados grupos e interesses. Além disso, há a tomada de decisão em nome dos outros, a função da representação política também passa pela elaboração da agenda e do debate público em nome dos outros. É neste sentido que a mídia recorta os fatos relevantes, as interpretações desses fatos e as alternativas possíveis (Miguel, 2003a, p. 133), o que constitui o enquadramento como anteriormente colocado.

Miguel coloca a necessidade de um pluralismo político e social. O primeiro baseia-se na exposição de vozes dos vários agrupamentos políticos como uma das condições para que se tenha um bom funcionamento das instituições representativas. E, dessa forma, o cidadão chegue a valores, argumentos e fatos que compõem as diferentes correntes políticas e façam parte da formação de sua opinião política. Aliado a isso também está “a disseminação das visões de mundo associadas às diferentes posições no espaço social, que são a matéria-prima na construção das identidades coletivas – que, por sua vez, fundam as opções políticas”. A isso, o autor denomina de pluralismo social. (Miguel, 2003a, p. 133).

O autor ressalta as diferenças entre as dimensões da representação em fóruns decisórios formais, que explicita a formalidade entre representantes e representados, mas é aprisionada pelo momento das eleições e a representação no debate público e formação da agenda, que se realiza em grande parte por intermédio da mídia, e se caracteriza, portanto, por uma fluidez e multiplicidade de espaços (Miguel, 2003a, p. 133). O autor conclui essa tomada da mídia como esfera de representação política, colocando-a como uma esfera que atualmente desempenha mal a incorporação do pluralismo político e social. Ocasionalmente, primeiro, por uma manipulação consciente, gerada por interesses de mercado na comunicação, da posição comum de profissionais e disputa por público. E, em segundo lugar, uma incorporação inconsciente de uma dada visão de mundo, que seleciona e posiciona temas, valores e enfoques, o que envia uma imagem da sociedade (Miguel, 2003a, p. 133).

Tanto a homogeneidade como a baixa pluralidade, apresentada por Miguel, contribuem para a formação de representações sociais estereotípicas visto que os valores, normas e padrões são constantemente reforçados e/ou formados a partir de um entendimento semelhante baseado em referenciais socialmente ativos acerca das pessoas e acontecimentos. Esse contexto contribui para a formação de uma imagem específica e padronizada de grupos sociais, que estão marcados anteriormente por um referencial externo de opressão. Segundo Biroli, o entendimento da definição, circulação e produção dos estereótipos está ligado à compreensão do funcionamento dos meios de comunicação. Caso os meios de comunicação

criem um ambiente rico, no sentido de um pluralismo político e social circundante, a mídia trabalha contra a manutenção de estereótipos. Do contrário, caso colaborem para uma ordem social desigual, a mídia estaria propagando os estereótipos (Biroli, 2011a, p. 71). Baseando-se no diagnóstico feito por Miguel, a formação de estereótipos está próxima da segunda condição colocada por Biroli, como será analisado mais adiante.

Dessa maneira, entendendo a mídia como uma esfera de representação política, pode-se apontar a presença crescente da mídia como fonte de capital político (Miguel, 2003b, p.115). Num dado campo os seus agentes estão diferentemente posicionados de acordo com o capital simbólico que possuem. “O capital político é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que lhes reconhecem” (Bourdieu, 2007, p. 187-8). Segundo Miguel, “cada vez mais a geração de capital político parece depender da visibilidade nos meios de comunicação” (2003b, p. 119), assim, a mídia é uma das principais difusoras desse prestígio e de reconhecimento social (Miguel, 2002, p.162). Portanto, os agentes mais centrais ao campo tendem a ser noticiados pela mídia mais facilmente do que aqueles que estão em sua periferia. É importante notar que os efeitos da mídia sobre os agentes políticos são diferenciados e estão ligados a uma relação complexa do posicionamento destes no campo político e midiático e do volume de capital político que esses agentes possuem (Miguel, 2002, p. 180), como será analisado no próximo capítulo. E é neste ponto que as marcas de gênero e raça são um dos fatores centrais para se entender a posição diferenciada de homens e mulheres, brancos e não brancos.

### 2.3. *A imagem pública*

Na luta pela obtenção e construção de capital político, os atores do campo político valem-se do fato de os meios de comunicação terem se tornado instrumentos onde e por onde se concretiza a visibilidade social. A disputa política, a fim de buscar essa centralidade no campo, está vinculada a uma competição pela “construção, controle e determinação da imagem dos indivíduos, grupos e instituições participantes do jogo político” (Gomes, 2004). Tomar essa discussão da construção da imagem é fundamental no entendimento que esse estudo pretende avançar.

De maneira mais específica, o problema da imagem pública é que a etapa mais próxima de sua recepção e produção efetiva não está sob o domínio do campo político, mas dos meios de comunicação de massa (Gomes, 2004, p. 286). Isso porque as notícias sobre o



mundo vêm primariamente por meio da mídia (Gilens, 1996, p. 516) e conseqüentemente participam da formação da imagem pública de instituições, fatos e pessoas.

As imagens, principalmente de lideranças políticas, são construídas coletivamente pelos próprios líderes e seus eleitores, que podem ser atribuídos tanto à mídia quanto ao público. Para este estudo, considerando os(as) ministros(as) como parte dos agentes centrais no campo político por estarem em cargos de grande visibilidade, ainda que se considere os diferentes pesos de seus ministérios, entende-se que o processo de construção da imagem de uma liderança é complexo e dinâmico. E num processo recíproco, essas lideranças também encontram nos meios de comunicação e no público representações formuladas de sua imagem (Just and Crigler, 2000, p. 179-80).

A respeito do entendimento de imagem pública, de acordo com Rubim (1992), a imagem pública necessita do suporte da imagem visual para se sustentar e transitar na dimensão pública, “só enquanto imagem composta, visual e social, pode-se habitar esta dimensão pública da sociabilidade contemporânea” (Rubim *apud* Gomes, 1999, p.7). Considerando que essa noção de processo de construção da imagem pública defendida por Rubim dá ênfase à importância do imagético, ela não é o suficiente para sustentar a noção de imagem pública a ser considerada aqui. De maneira mais reveladora, Gomes afirma que a imagem pública “não designa um fato plástico ou visual, mas um fato cognitivo, conceitual”. Ainda sim, o autor considera que a visualidade da imagem é decisiva na construção e representação da imagem pública, seja por seus aspectos visuais, seja por suas qualidades e potencialidades para acionar representações mentais (Gomes, 2004, p. 247).

Segundo Gomes a imagem se divide em dois gêneros, havendo, portanto, uma imagem visual e uma imagem social ou pública, ambas sendo espécies de representação ou apresentação de algo da ordem da realidade (2004, p. 245). Olhando dessa maneira é possível utilizar o termo “imagem” para falar de algo que não é imagem, mas que partilha de pelos menos um aspecto de seu significado, a capacidade de representar algo (Gomes, 2004, p. 246). Em suma, “a imagem pública não é um tipo de imagem em sentido próprio, nem guarda qualquer relação com a imagem plástica ou configuração visual exceto por analogia com o fato da representação” (Gomes, 2004, p. 246).

No sentido considerado neste estudo as imagens são compostas por ações e discursos e, além disso, com configurações expressivas que incluem também elementos visuais. Não é pura e simplesmente a imagem de alguém ou algo sustentada numa configuração visual e ele atribuída (Gomes, 2004, p. 251-2). De acordo com o autor e como veremos na análise do próximo capítulo, a imagem pública de um sujeito é “um complexo de informações, noções,

conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam” (Gomes, 2004, p. 251-2). Dessa maneira, um primeiro ponto é que essas concepções coletivas contêm noções que se referem a propriedades estáveis que configuram o entendimento do sujeito, isto é, são marcas duradouras que o estruturam. Um segundo ponto é que essas noções são propriedades representacionais, no sentido de que não constituem apenas a identidade moral do sujeito, mas também a identidade psicológica do sujeito como ator, formando sua personalidade (Gomes, 2004, p. 254).

Imagem pública não é sinônimo de opinião pública. Enquanto a primeira pode ser utilizada para concepções sobre a natureza das instituições, pessoas e produtos bem como de julgamentos intelectuais acerca das propriedades estáveis de sujeitos e instituições, já a opinião pública não implica a caracterização da personalidade. A opinião pública é mais complexa e pode ser usada para se referir a qualquer objeto, inclusive a respeito das propriedades características das pessoas e instituições, sendo a imagem pública uma espécie da opinião pública (Gomes, 2004, p. 255-256).

Avançando no problema da imagem pública inicialmente colocado devemos considerar alguns aspectos ligados a ele. Primeiro, é que ao lidar com a imagem pública, estamos lidando não com a pessoa, mas com a sua atuação no campo midiático (Gomes, 2004, p. 258). O recebimento está calcado no processo psicológico e social dessa caracterização, que ocorre tanto pela maneira que a mídia se organiza como pelo modo que se dá a contribuição da construção social dessa imagem, no sentido de oferecer elementos que iniciam e/ou reforçam dado posicionamento do ator político, bem como por receber a imagem desse ator político e concebê-lo como uma dada caracterização.

Gomes chama a atenção para outro aspecto que é a efemeridade da imagem pública, correspondendo à dificuldade de se paralisar ou fixar a imagem de um ator social visto que este “é constante produtor de atos e expressões que sempre podem ser lidos de modo diferente do que costumava ser, gerando, portanto, uma outra imagem” (2004, p. 258). Neste sentido, o contexto pode alterar a maneira que as pessoas enxergam dado ator político e a mídia, também baseada nas circunstâncias tanto pelo posicionamento do público como por suas próprias escolhas, podem contribuir de maneira conjunta para a formação de novas imagens e oferecimento de novas condições interpretativas.

Há de se considerar também a dificuldade da inclusão ou exclusão de propriedades da imagem pública de um dado alguém. Há muitas vezes uma exposição linear desde aspecto quando na verdade há hierarquizações de aspectos dessa imagem. Muitas vezes o limite entre aparência e essência acabam por se confundir, ainda mais por mediação dos meios de

comunicação que produzem uma flexibilização mental, suspendendo ou reafirmando convicções sobre uma pessoa ou situação (Gomes, 2004, p. 258-259). Assim, a concepção de imagem de uma liderança é diferente de uma avaliação de características por parte do público. Claro que a imagem integra as características de um personagem, tanto que avaliações positivas ou depreciativas com relação à competência política como serão vistas no próximo capítulo, podem influenciar a caracterização do que geralmente é considerado como qualidades pessoais (Just e Crigler, 2000, p. 182).

Por último, há o problema de se lidar com a espontaneidade/artificialidade da imagem pública, que entra num entendimento circular se a imagem pública é um fenômeno primário ou de desenvolvimento próprio e aferição posterior (Gomes, 2004, p. 260). Existe uma indefinição sobre se o jornalismo reflete ou constrói a imagem pública. O autor explica, dessa maneira, que as dificuldades surgem porque enquanto sujeitos mentais os nossos processos mentais são íntimos e singulares. Neste sentido é que advém a publicidade, quando as concepções tornam-se públicas e comuns, formando uma comunidade de concepções compartilhadas (Gomes, 2004, p. 261).

De acordo com Lippmann, “o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não experiencia é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento. Isso se deve, pois, até que nós saibamos o que os outros pensam conhecer, nós não podemos verdadeiramente entender os seus atos” (Lippmann, 2008, p. 13). Isso ressalta o quanto as opiniões e comportamentos são responsáveis pelas percepções das pessoas a respeito do mundo. São imagens formadas que moldam os sentimentos e ações e refletem de maneira imperfeita o mundo circundante. A mídia, portanto, contribui para essa formação de concepções a respeito do mundo (Gilens, 1996, p. 515).

Desse modo, fica evidente que a imagem pública de um(a) político(a) é central na disputa política atualmente, portanto, a utilização da mídia é indispensável para um avanço a pontos mais centrais do campo político. “A visibilidade nos meios de comunicação é uma condição importante para o reconhecimento público, em qualquer área de atividade, nas sociedades contemporâneas” sendo que a mídia também é responsável para estruturar a carreira política (Miguel, 2003b, p. 116). Particularmente voltado para esse estudo, a própria hierarquização dos cargos não se deve somente ao poder efetivo de cada um, mas também à visibilidade que dispõem (Miguel, 2003b, p. 116). Baseando-se nisso que há uma luta pela imposição da imagem pública dos atores políticos e, ainda segundo Gomes, “uma competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões que se apresentam na cena política” (2003, p. 239).

A disputa política dessa maneira vem se delimitando em grande parte por uma competição baseada na construção, controle e determinação da imagem dos indivíduos, grupos e instituições (Gomes, 2003, p. 239). Deve-se atentar que umas das consequências disso, e firmada no problema central inicialmente proposto, é que os meios de comunicação de massa têm controle sobre parte importante do processo de construção das imagens a respeito dos atores políticos. É o “controle de imagens” que reflete boa parte de pensamentos baseados em clivagens de gênero e raça, distorcendo as identidades de grupos subjugados (Collins apud Richards, 2007, p. 555), contribuindo, portanto, para a formação de representações da realidade social e fomentando a produção de estereótipos, como será discutido mais adiante.

Gomes destaca que a disputa política está contida, nesse aspecto, na existência de uma arena política constituída pela disputa da imagem ao mesmo tempo em que há uma falta de controle por parte do ator político tanto com relação à construção como à administração de sua imagem pública (2004, p. 240).

Sobre esse segundo aspecto, o autor expõe que a primeira dificuldade em lidar com o controle da imagem pública são os atores adversários do próprio campo político que podem alterá-la ao exaltar suas qualidades e prejudicar a do outro (Gomes 2004, p. 287). A segunda dificuldade, e mais próxima do foco deste estudo, é que os agentes do campo midiático podem optar por incluir aspectos baseados em concepções socialmente ativas na construção de uma imagem pública de um dado personagem do campo político, o que pode tanto favorecê-lo como desfavorecê-lo no que tange a sua progressão neste campo. E, por fim, o controle também esbarra numa imagem pública que já esteja previamente consolidada, considerando que uma pessoa já tenha estima o bastante que o público prefere ficar com um conjunto de informações anteriores dessa dada pessoa do que aceitar os novos discursos caracterizadores oferecidos também pela mídia (Gomes, 2004, p. 288-289).

Neste sentido, segundo o autor, a imagem pública não é uma entidade imóvel, definitiva e assegurada por todos. A sua existência real não é garantia para sua continuidade, pois imagens podem deixar de existir sem que ocorra o mesmo com as pessoas a que pertençam. Além disso, as imagens podem se alterar para melhor ou pior com relação àqueles a quem pertençam ou de forma independente destes, sendo um processo contínuo de construção, destruição e reconstrução (Gomes, 2004, p. 265).

Gilens (1996, p. 528) ressalta que estudos recentes têm demonstrado o poder da mídia no que se refere a modelar as percepções públicas e as preferências políticas. O conteúdo da mídia pode afetar visões importantes relacionadas a diferentes assuntos políticos (Iyengar e

Kinder, 1987; Rogers e Dealing, 1988 apud Gilens, 1996), os padrões empregados ao se fazer avaliações políticas (Iyengar e Kinder, 1987; Krosnick e Kinder, 1990 apud Gilens, 1996), as causas atribuídas a problemas nacionais (Iyengar 1989, 1991, apud Gilens, 1996) e as posições e percepções a respeito de candidatos políticos (Bartels, 1993 apud Gilens, 1996).

Por ser o intermediário cognitivo entre a pessoa e aquilo que ela quer conhecer (Gomes, 2004, p. 266), a imagem está ligada a uma representação social concebida de um dado ator ou fato. Com relação ao campo midiático, os jornalistas não podem exercitar novos julgamentos com relação à veracidade ou objetividade de um dado fato ou pessoa sem dispensar o seu próprio conjunto de julgamentos da realidade (Gans *apud* Gilens, 1996, p. 534). Esses julgamentos estão baseados no entendimento do contexto social onde os acontecimentos são construídos, assim, os esforços jornalísticos em retratar a realidade são compostos tanto pelas informações coletadas para a notícia, mas também por um inescapável entendimento prévio da realidade social. “Enquanto os entendimentos dos jornalistas sobre a sociedade derivam em parte do seu trabalho profissional, eles inevitavelmente compartilham da mesma forma os entendimentos populares – e desentendimentos – sustentados por grande parte da sociedade em que vivem” (Gilens, 1996, p. 534).

#### 2.4. *Os estereótipos e a mídia*

A construção social da imagem, longe de estar restrita somente à formulação e desenho feito por jornalistas no campo midiático, é um fenômeno que deve ser considerado tomando também outros aspectos. Para fins do que se pretende alcançar neste trabalho, será focada mais detidamente a estereotipia, pois envolve a saliência de atributos (McCombs, 2009, p. 135), como um componente da formulação de uma imagem pública.

Em seus estudos sobre categorização de indivíduos e atribuição de características, Goffman desenvolve uma base conceitual para o entendimento dos estereótipos. Segundo o autor, a sociedade possui meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma das categorias formadas. Os ambientes permeados pelas rotinas de relação social permite um relacionamento com outras pessoas sem uma reflexão particular, o que se altera quando um “estranho” entra num desses ambientes, mudando a aferição de atributos, sejam de ordem identitária ou estrutural. É com base nessas pré-concepções que as pessoas as transformam em “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso” (Goffman, 1982 [1963], p. 11-2).

Goffman fala em estigma como a atribuição específica para caracterizar esse estranho. É neste sentido que o estigma é “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 1982 [1963], p. 13). E ressalta que a manipulação do estigma é ramificação de algo básico da sociedade, a estereotipia, ou seja, “o ‘perfil’ de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter” (Goffman, 1982 [1963], p. 61).

Tendo como base a obra de Goffman, Link e Phelan fazem algumas colocações a respeito de como as pessoas constroem categorias cognitivas e as relacionam com crenças estereotípicas, portanto, analisam a ocorrência conjunta de alguns componentes para o entendimento de estigma. O primeiro componente neste processo está firmado na distinção e rotulação das diferenças, “há uma seleção social das diferenças humanas quando se trata de identificar diferenças que importarão socialmente” (Link e Phelan, 2001, p. 367-368). Isso ocorre porque, primeiro, há uma substancial simplificação quando se categorizam os grupos, no sentido de que quase sempre se cai numa dualidade quando há uma demarcação pouco clara e que fomente a diversidade de caracterizações. Segundo, os atributos julgados salientes diferem de acordo com o tempo e lugar.

O segundo componente ocorre quando as diferenças que foram rotuladas são ligadas a estereótipos. Dessa maneira, este aspecto envolve um rótulo ligando a pessoa a um conjunto de características indesejáveis que formam o estereótipo, este que se baseia numa “eficiência cognitiva”. O terceiro componente é a separação entre um “nós” e “eles” porque, na prática, tanto o processo de rotulação e estereotipia atribuem características ao outro, separando grupos e ressaltando suas diferenças. Por fim, as pessoas rotuladas têm como experiência a perda de *status*, baseada na criação de hierarquias e a discriminação de ordem individual e estrutural (Link e Phelan, 2001, p. 367-368).

Considerando uma crítica à compreensão de estereótipo como uma distorção da realidade somente, Biroli problematiza essa corrente que coloca de forma simplificadora uma definição que reduz a estereotipia a uma distorção, falsidade ou irrealidade (2011a, p. 75). Dessa maneira, a autora problematiza a compreensão dos estereótipos como esquemas simplificadores e representações falsas da realidade. Ao pressupor que haja distorção e falsidade, os estereótipos cairiam num delimitação bem marcada entre eles e a própria realidade. Os estereótipos formam as representações da vida social que são internalizadas pelos indivíduos, ainda que sejam considerados desvantajosos de um ponto de vista normativo, aos indivíduos não lhes escapa sua vivência concreta. Assim, “os estereótipos têm um caráter produtivo, naturalizando e realizando valores e julgamentos” (Biroli, 2011a, p. 76).

A autora pondera que com os estereótipos não é possível dar sentido a todas as experiências vivenciadas mas que eles atuam como uma “interpelação concreta”, a fim de que os indivíduos e grupos orientem o comportamento de acordo os padrões e afirmem as habilidades ali envolvidas. Assim, as imagens estereotípicas, quando internalizadas, geram “padrões reais de comportamento que confirmam, potencialmente, os estereótipos” (Biroli, 2011a, p. 78).

Neste sentido, os estereótipos estão inseridos numa lógica de poder que hierarquiza e limita certos grupos na esfera social, colocando-os em uma posição desvantajosa, como discutido no capítulo anterior. É neste sentido que aqueles grupos dominados estão numa posição ao mesmo tempo de invisibilidade e marcados por estereótipos (Young, 1990, p. 59). Os estereótipos funcionam de tal modo que permeiam a sociedade e se tornam praticamente incontestáveis. Um exemplo é que as mulheres são consideradas boas com as crianças, enquanto os homens brancos escapam dessa marca de grupo e podem se apresentar como indivíduos. As imagens inferiorizadas e estereotipadas dos grupos construídas neste contexto de dominação cultural podem ser internalizadas por seus membros de tal maneira que eles são interpelados a terem um comportamento com relação aos outros influenciados por essas imagens (Young, 1990, p. 59-60). Como ficou claro neste capítulo, a mídia como difusora de informações em escala industrial tem grande impacto nesse processo de compreensão da realidade pelo público. A mídia não é a responsável por originar os estereótipos, mas pode colaborar para o seu impacto e permanência, pois se transformam em referências compartilhadas no âmbito individual e social (Biroli, 2011a, p. 84).

Como colocado anteriormente, a mídia é responsável pela disseminação das representações do mundo social. Já ressaltado por Meyrowitz (1985), as interações sociais foram alteradas porque as referências das pessoas foram confrontadas com sua realidade social e o que lhes foram apresentadas por meio da mídia eletrônica. Contudo, a distância física não é a causa para que os estereótipos se reproduzam, ao lidar com as imagens estereotipadas deve-se considerar que há “um *continuum* entre o desempenho cotidiano dos papéis atribuídos aos grupos sociais e os padrões que definem valores e expectativas que estão na base da avaliação desse desempenho” (Biroli, 2011a, p. 85).

Um aspecto neste processo de formação dos estereótipos é a naturalização de características das coisas e indivíduos (Biroli, 2011a, p. 86). Como foi visto, a mídia torna-se parte deste processo porque é a responsável por mediar as experiências cotidianas visto que difunde os conteúdos de forma massiva. É preciso considerar, no entanto, que o conteúdo oferecido pela mídia ganha sentido se relacionado a um acúmulo gerado pela trajetória dos

indivíduos, são “decodificados em seu ambiente próximo, em processos cognitivos que são marcados por sua posição social” (Biroli, 2011a, p. 87). Além disso, ainda que o discurso midiático seja compatível com um sistema homogêneo (Meyrowitz, 1985, p.143), não é ordenado de modo coerente. É preciso considerar que os meios de comunicação de massa não formam um bloco indistinto e os seus efeitos dependem dos segmentos do público, baseado nas diversas clivagens sociais (Biroli, 2011a, p. 88).

Segundo Kahn (1996), com foco numa análise estereotípica com base no gênero em contextos eleitorais, os estereótipos são capazes de definir o comportamento de políticos(as), bem como a forma que será realizada a cobertura midiática e a visão do público. O processo cognitivo do uso de estereótipos pode funcionar como um recurso facilitador da percepção e torna-se central porque pode ser reforçado pelo comportamento que políticos(as) assumem e pela mídia (Kahn, 1996, p. 4). Assim como Young, Kahn se preocupa com a influência do estereótipo sobre a vida do estereotipado, por reforçar potencialmente uma característica atribuída, gerando um comportamento baseado em pré-conceitos (Kahn, 1996, p. 7). Na análise da autora, os estereótipos são considerados pelos(as) candidatos(as) como elementos de suas estratégias políticas, podendo influenciar o comportamento desses atores (Kahn, 1996, p. 10).

Neste sentido, para essa análise, deve-se considerar no processo de construção da imagem pública de agentes do campo político, a associação entre as imagens desses atores sociais e os papéis que a eles estão atribuídos. E, a partir disso, avaliar em que medida as caracterizações são desvantajosas ou não e como contribuem para a posição social desses atores no campo político e midiático. Ao conceber esse processo complexo de formação estereotípica e como isso se conforma na mídia e no campo político, deve-se pensar como as relações se organizam em termos de poder e com base na opressão, que conforma grupos em posições subalternas e legitima outros em posições vantajosas deste ponto de vista.

No próximo capítulo será feita a análise do caso aqui escolhido, a representação dos(as) ministros(as) negros(as) nos governos Lula, tendo como arcabouço teórico o que foi discutido nos dois primeiros capítulos. Antes de adentrar na análise mais focada sobre eles(as), a pesquisa será situada diante de outras pesquisas feitas na área de ciências humanas por pesquisadores dentro e fora do Brasil, bem como o contexto originário deste estudo.



## CAPÍTULO 3 - Raça, mídia e política

A representação de homens e mulheres negros(as) na política e sua relação com a visibilidade midiática tem se mostrado complexa e com poucos estudos que explorem essas áreas em conjunto: mídia, raça/gênero e política. A proposta deste capítulo é justamente dar um panorama mais próximo ao que vem sendo estudado sobre o assunto e depois partir para a análise do caso dos ministros(as) negros(as) nos governos Lula. Esta pesquisa indica alguns padrões na reprodução de estereótipos de raça e gênero em contextos nos quais as relações entre mídia e política são o âmbito em que a imagem pública dos indivíduos se define. Os estudos aqui apresentados não são uniformes ou com o mesmo foco, tratam dos estereótipos na mídia em contextos históricos anteriores, em campanhas eleitorais e em noticiários diversos. Contudo, ainda sim, podem indicar padrões e reflexões que dialogam com a pesquisa, a qual pretende colaborar para a ampliação desses estudos e reflexões.

As representações presentes na mídia têm impacto sobre outros campos e podem reforçar, mesmo no âmbito da própria mídia, estereótipos. Ao se apresentar como uma instância desse debate, onde há exposição de ideias, argumentos e troca de informações, a mídia influencia a formação da agenda pública e representa opiniões, interesses e valores de dados grupos na sociedade. Neste sentido, é necessário considerar no estudo de carreiras políticas o papel da mídia ao tratar de políticos(as) negros(as) e como ela atua no processo de reafirmação de ideias e valores concebidos na sociedade, constituindo as expectativas normativas que se tem em relação a esses(as) políticos(as) na formação de uma representação estereotipada.

### *3.1. Um panorama sobre as pesquisas em raça/gênero, mídia e política*

A fim de situar essa pesquisa, é necessário apontar alguns estudos que vêm sendo desenvolvidos nessas grandes áreas, priorizando aqueles que as desenvolvem de maneira conjunta. Cabe ressaltar, que poucos estudos trazem uma análise conjunta de mídia, raça/gênero e política, sendo, portanto, uma das contribuições deste trabalho.

Nos estudos de mídia, principalmente no que se refere à imagem pública, Martin Gilens estuda a maneira que negros urbanos pobres têm representado imagens públicas dominantes da pobreza nas últimas décadas. Apesar do autor não estudar diretamente o caso de políticos(as) e suas imagens, ele traz abordagens interessantes em sua pesquisa a respeito

de como se formam as percepções do mundo político e social das pessoas e qual o papel da mídia em moldar essas percepções.

No seu caso de análise em específico, os resultados mostraram que os americanos, isto é, os estadunidenses, exageram substancialmente o grau com que os negros compõem a camada pobre (Gilens, 1996, p. 516). Um resultado como este é interessante para este estudo visto que faz pensar como as informações ativas no pensamento social processam a formação de uma imagem pública, que pode tanto corresponder à realidade, como ser marcada por uma imprecisão. De qualquer modo, esse processo está ligado de maneira complexa a como os estereótipos estão na base das representações sociais da realidade e como são interpelados pelos indivíduos.

Além disso, o autor explora como a mídia interfere neste processo. O seu estudo investiga o retrato da pobreza nas notícias nos Estados Unidos e compara essas imagens com a realidade da pobreza na América, oferecendo algumas evidências preliminares de como a cobertura midiática da pobreza molda as percepções públicas a respeito das pessoas pobres (Gilens, 1996, p. 516). O autor examina notícias de revistas semanais e de televisão e constata que as distorções encontradas na mídia coincidem com as imprecisões nas percepções acerca da raça e pobreza do público e ambas são baseadas em modos que refletem negativamente os pobres em geral e os pobres afro americanos em particular (Gilens, 1996, p. 516).

Para este estudo, essa constatação das distorções encontradas na mídia e no público faz parte do entendimento de que a representação social de um personagem político está ligada a uma conformação social mais ampla em que tanto a mídia como o público estão inseridos. Não se parte, portanto, de uma visão em que a mídia sozinha gera a formação de uma imagem pública ou o contrário de que o público seria capaz de colocar isso à mídia. Ambos estão imersos num ambiente de formação conjunta e influenciável da representação social da realidade a respeito de atores e/ou fatos políticos.

Neste sentido, Gilens pondera colocando que as correspondências das imprecisões perceptivas do público e da mídia a respeito da pobreza refletem a influência de um sobre o outro (1996, p. 516). Isso porque a mídia está sujeita aos mesmos padrões e impercepções que afligem a sociedade americana em grande parte e, portanto, reproduzem esses padrões em seus retratos das condições sociais. Além disso, as pessoas contam grandemente com as informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa acerca da sociedade em que vivem e desse modo a mídia molda as percepções sociais e as atitudes políticas de maneira considerável. Em suas conclusões, o autor coloca que as distorções da mídia a respeito das

condições sociais são, portanto, como as impercepções do público que reforçam a existência de padrões e estereótipos (Gilens, 1996, p. 516).

Cabe ressaltar que uma abordagem como essa recai no entendimento da formulação de estereótipos como resultado de impercepção, manipulação, etc. Esse ponto de vista é instigante pois ajuda a refletir acerca do entendimento dos estereótipos e a realidade social. Ainda que as marcas estereotípicas sejam internalizadas pelos indivíduos, elas formam as representações da vida social e, mesmo que sejam consideradas negativas, não escapa de uma vivência concreta (Biroli, 2011a), conforme discutido no capítulo anterior. Essa última abordagem se aproxima do entendimento deste estudo, visto que as representações sociais, que podem até ser desvantajosas de um ponto de vista normativo, estão sob influência de formas opressivas de formulação da realidade social, conforme discutido no primeiro capítulo.

Tomando a mídia como uma esfera de representações da realidade social, Humprey e Schuman estudam o retrato dos negros em anúncios de revista nas décadas de 1950 a 1980. É um estudo que compara a frequência e características sociais de negros e brancos em anúncios de revistas de circulação estadunidense (Humprey e Schuman, 1984, p. 551). O estudo aponta que os negros foram mostrados em outras posições ao longo daqueles anos, reduzindo o seu retrato como ligados à pobreza e subserviência. Contudo, figuras brancas de autoridade foram frequentemente mostradas como ajudando negros pobres ou supervisionando crianças negras (Humprey e Schuman, 1984, p. 551).

Também utilizando o mesmo veículo, a mídia impressa, Colfax e Sternberg constataram que de diversas maneiras, em quatro revistas de grande circulação nos Estados Unidos, entre os anos de 65 e 70, a mídia estaria contribuindo mais para a perpetuação de estereótipos raciais do que a sua erradicação (Colfax e Sternberg, 1972). Dentre alguns exemplos citados pelos autores, está o estereótipo da afinidade do negro com a música. Segundo os autores, os anúncios pesquisados seguindo essa tendência de relacionar o negro a certas habilidades que lhe seriam naturais acabam por aprisionar a sua imagem a papéis simbolicamente fechados. O exemplo da música é interessante visto que colocado dessa maneira acaba por demonstrar que o talento musical não pode ser alcançado porque seria natural. O fato de esse talento musical ser a característica predominante relacionada aos negros nos dados levantados pelos autores serve unicamente para reforçar o estereótipo cultural e neutralizar qualquer tratamento que deveria ser implícito quando negros estão em papéis considerados convencionais para os brancos (Colfax e Sternberg, 1972, p. 12).

Outra constatação feita pelos autores nessa amostra de anúncios foi que as mulheres negras, assim como as crianças negras, apareciam mais do que outras categorias sociais. Essa

foi uma estratégia baseada numa leitura que seria mais aceita pelo público masculino adulto e branco (Colfax e Sternberg, 1972, p. 14). Por isso, a imagem do negro foi representada ou numa mulher ou criança negras. Sendo que em um terço dos anúncios que continham negros, estes foram mostrados como crianças, ao passo que em dois terços dos anúncios que continham brancos, estes eram todos adultos e em posições de comando caso houvesse crianças negras (Colfax e Sternberg, 1972, p. 15).

Ainda que não se possa transpor as representações de negros(as) em anúncios daqueles anos e naquele contexto para o que é retratado atualmente e principalmente no campo político, estudos como este mostram os primeiros avanços no entendimento da relação da mídia e raça e como se daria a formação das imagens de negros. Além disso, o seu grau histórico, revela a mudança de padrões e estereótipos, que como serão analisados a seguir, não estão imersos num só referencial. Dessa maneira, não é uma relação estanque, visto que os estereótipos sofrem mudanças ao longo do tempo e, no caso dos personagens políticos, variam de acordo com o capital político adquirido.

No Brasil, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães faz um levantamento junto ao banco de dados sobre queixas de discriminação racial registradas na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo e investiga o insulto racial como forma de construção de uma identidade social estigmatizada (Guimarães, 2006, p. 169). O autor agrupa essas caracterizações em categorias como de animalização, incivilidade, anomia, condição social, defeito, e outros. Um olhar a partir desses dados permite pensar a respeito dos estereótipos socialmente aceitos, e como eles estão sempre ligadas a relações de poder.

Este estudo torna possível uma aproximação com o processo formativo dos estereótipos, bem como contribui para a constatação de uma legitimação e reprodução de ordem moral. A pesquisa demonstrou também a legitimação de uma hierarquia entre os grupos sociais, no sentido tratado neste trabalho, bem como no interior desses grupos. Os dados constataram que as maiores vítimas são as mulheres.<sup>1</sup> Por fim, a formação desses estereótipos relaciona-se ao entendimento da própria socialização dos indivíduos.

McIlwain e Caliendo (2004), em seu estudo sobre candidatos negros em corridas eleitorais e a percepção dos votantes, apontam diversos estudiosos que constataram que a mediação de formas de comunicação pela mídia tem influência direta nas atitudes raciais, particularmente nas percepções com relação às pessoas de cor (Cottle; Hall; Kamalipour e

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes com dados e percentuais, ver capítulo 6 do livro “Classes, raça e democracia” de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2006).

Carilli; Rodriguez apud McIlwain e Caliendo, 2004, p. 3). E no geral, chegou-se à conclusão de que a maioria da comunicação mediada sobre minorias raciais apresenta tais indivíduos e grupos de maneira estereotipada (Chilsen apud McIlwain e Caliendo, 2004, p. 3) desde associações com o comportamento criminoso (Drago; Gibbons; Gray apud McIlwain e Caliendo, 2004) até caricaturas simplificadoras (Cose; Gandy apud McIlwain e Caliendo, 2004).

A visibilidade de personagens negros na mídia, portanto, dentro do processo de formação de suas imagens, está ligada a percepções de ordem estereotipada, tais como as pesquisas acima apontam. Contudo, essa relação se torna mais complexa na medida em que não seja entendida apenas como uma ligação direta entre as imagens presentes na mídia e os seus efeitos nas percepções a respeito dos personagens midiáticos. Outras pesquisas têm demonstrado que as percepções de pessoas brancas a respeito de candidatos(as) negros(as) na política refletem muito dos estereótipos mobilizados pela mídia (McIlwain e Caliendo, 2004, p. 3).

Um exemplo é que num estudo entre brancos e negros acerca de suas percepções sobre políticos(as) negros(as) foram encontradas caracterizações consideradas positivas num(a) candidato(a), como inteligência, liderança, conhecimento, responsabilidade, experiência e confiabilidade, mais em candidatos brancos do que negros (Williams apud McIlwain e Caliendo, 2004, p. 3). Os brancos, particularmente aqueles que nutrem algum tipo de preconceito racial, tendem a avaliar os candidatos negros mais negativamente do que candidatos brancos. Desse modo, a cor da pele de um político tem efeito significativo na avaliação da competência de uma pessoa a um dado cargo político, tanto que candidatos de pele mais escura tendem a ser avaliados de modo mais preconceituoso (Terkildsen apud McIlwain e Caliendo, 2004, p. 3).

Já a corrida eleitoral de mulheres foi explorada por Iyengar et al (1997) ao estudar como os estereótipos de gênero influenciam os votantes. Os americanos de uma maneira geral tendem a ver as mulheres como relativamente liberais numa variedade de temas (Shapiro apud Iyengar, 1997, p. 77). O avanço da pesquisa permitiu dizer que a ênfase em estereótipos considerados positivos numa candidatura feminina não desaparece quando as mulheres são eleitas e assumem seus postos (Thomas apud Iyengar, 1997, p. 77).

Dentre as pesquisas que abordam corrida eleitoral, a mídia e clivagens sociais, está a de Oliveira (2007), que compara as campanhas eleitorais de dois candidatos negros, Celso Pitta e Benedita da Silva, à prefeitura de São Paulo e Rio de Janeiro. A pesquisa buscou analisar a influência das representações raciais e de gênero no desenvolvimento destas

campanhas, tendo como foco a cobertura da imprensa e Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (Oliveira, 2007, p. ix). “O dado mais relevante que foi observado sobre o uso da imagem dos negros nas propagandas é que essa permite a redefinição das imagens dos atores políticos, seja ele um candidato ou um partido, conferindo-lhe um tom democrático” (Oliveira, 2007, p. 428).

Uma pesquisa como essa demonstra, portanto, a mobilização da raça e a formação da imagem pública de um candidato. Essas pesquisas conseguem relacionar bem as três dimensões gerais de análise aqui proposta, a mídia, a política e as clivagens com base na raça e no gênero. Por um certo ângulo, os(as) ministros(as) analisados sofreram em dado momento, mesmo tendo sido indicados, uma disputa por ocupação de um cargo público central no campo político brasileiro e, por serem personagens políticos, estão numa disputa em potencial aos olhos do público e dos seus pares dentro do campo político. A pesquisa aponta como estão marcados pelo fato de serem negros(as). As marcas estereotípicas, mesmo quando se considera positivamente a presença desses políticos em dadas disputas ou contexto de governo, são colocadas como políticos negros(as). Assim, a sua raça/cor e/ou gênero são marcas para diferenciá-los de outros não negros(as) ou homens, na medida em que esses últimos são simplesmente políticos e que se distinguem por suas diferenciações partidárias, carreiras política, etc.

Neste sentido, as pesquisas também elucidam o papel da mídia, no intrincado processo de formação da imagem pública e sua relação com os padrões normativos existentes na sociedade. Ainda que o foco da análise não seja a percepção da audiência midiática, é possível considerar a relação da cor de um(a) ocupante ou um(a) possível ocupante a um cargo público e a ativação de padrões sociais que os(as) caracterizam como pano de fundo para entender a relação entre a mídia e as clivagens de raça e gênero na política.

No que se refere à teoria feminista, há também muitas pesquisas que lidam com a estereotipia de mulheres e essa relação com a mídia. Norris critica a cobertura midiática das mulheres, que reforça mais do que contesta a cultura dominante, contribuindo para marginalização da mulher na esfera pública (1997, p. 1). O argumento central nas pesquisas realizadas pela autora é que os jornalistas trabalham frequentemente com enquadramentos baseados na divisão por gênero para simplificar, priorizar a estruturar a agenda quando realizam a cobertura de homens e mulheres na esfera pública. Neste sentido, o gênero torna-se um elemento central no que tange à forma que a notícia é apresentada e interpretada (Norris, 1997, p. 6).

Norris conceitua a estereotipia com a valorização dos indivíduos baseada em características assumidas para serem compartilhadas por grupos sociais, com respeito às qualidades individuais, habilidades e experiências. Desse modo, os estereótipos são ampliados para os indivíduos porque, segundo Norris, nós todos temos a visão sobre grupos mais do que uma informação adequada sobre os indivíduos (1997, p.8-9).

Neste sentido, segundo Norris, os estereótipos de gênero são relacionados tanto com assuntos políticos como com as características dos políticos. Algumas pesquisas (Iyengar, Kahn e Gordon apud Norris, 1997) apontaram que os estereótipos de gênero sobre a compaixão da mulher e a agressividade do homem têm levado as pessoas a esperarem que mulheres e homens tenham diferentes áreas de competência na esfera pública (Norris, 1997, p. 8). As mulheres ao mesmo tempo em que foram vistas com menos credibilidade pela mídia, especialmente em assuntos tradicionalmente divididos por um critério de gênero, como o crime e defesa, também foram vistas com mais credibilidade nos assuntos que exigiam compaixão, como a família e a educação (Huddy e Terkilsen apud Norris, 1997).

Nessa mesma linha de análise, Gilligan e Chodorow trazem a noção de política do desvelo ou do cuidado (Gilligan e Chodorow apud Miguel, 2001, p. 259). Segundo elas, as mulheres trariam diferenças expressivas com relação aos homens no modo que se faz a política. Com a presença feminina nas esferas de poder, devido ao seu papel de cuidadora nos arranjos convencionais, as mulheres trariam maior cuidado e solidariedade para a política. A política de interesses por sua natureza egoísta e masculina seria abrandada pelo modo menos competitivo da mulher fazer a política (Miguel, 2001, p. 260). Esse tipo de visão é bastante marcado quando se olha o modo que as mulheres são retratadas na mídia e oferece ferramentas de análise para se pensar de que maneira as ministras serão retratadas na amostra escolhida.

Ao trazer a contribuição dessas pesquisas para a análise aqui pretendida, forma-se um pano de fundo para questionar, ampliar ou rever as abordagens e análises já feitas por outros(as) pesquisadores(as) nos estudos de mídia, política e divisões com base na raça e no gênero. Pelas pesquisas apresentadas, constatou-se que poucas tratam de maneira inter-relacionada essas áreas, trazendo muitas vezes duas delas em conjunto. E quando abordam a política nesse contexto, essa é focada em disputas eleitorais ou cargos do legislativo, diferente de uma análise em momentos de mandato e em cargos do executivo.

É neste sentido que nasce esse trabalho, baseado numa ampla pesquisa em curso no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília nos anos 2000, realizada por Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, no âmbito do grupo de pesquisa Democracia e Democratização

(Demodê), formado por alunos(as) de graduação e pós-graduação. Dentre os vários eixos de análise propostos por essa pesquisa inédita no Brasil na medida em que realiza um estudo focado nas áreas anteriormente citadas, esteve a análise mais detida da presença de parlamentares nas revistas semanais brasileiras ao longo de vários anos, desde a Constituinte. Com essa pesquisa, constatou-se a sub-representação das mulheres no noticiário político visto que foi realizado um mapeamento amplo da presença feminina na mídia brasileira (Miguel e Biroli, 2005). De acordo com Biroli (2008), os dados produzidos pela pesquisa “Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil” (2005) mostram que:

as mulheres são apenas 10,1% das personagens citadas no noticiário político das revistas semanais brasileiras pesquisadas (Veja, Época e Carta Capital). O percentual de presença feminina cresce apenas entre os “populares”, pessoas anônimas que são entrevistadas para dar colorido às reportagens: alcançam, então, 37,8% das personagens citadas, enquanto são 6,9% das personagens ligadas ao executivo, 8,6% das personagens ligadas ao legislativo, 12,7% daquelas ligadas ao judiciário e apenas 9,9% das personagens que são apresentadas como vozes “técnicas”, ligadas a alguma competência específica e reconhecida (economistas, cientistas políticos, médicos, especialistas de áreas diversas). Entre os candidatos a deputado federal no período analisado, 5,1% são mulheres; entre os candidatos a senador, 7% são mulheres – nos dois casos, percentuais bastante reduzidos em relação à cota de 30% estabelecida pela legislação brasileira para as candidaturas femininas apresentadas pelos partidos políticos (Biroli, 2008, p. 2).

Para além da constatação de que as mulheres estão sub-representadas na política e no noticiário brasileiro, a pesquisa avançou ao longo dos anos na compreensão mais profunda de como se processa sua presença e ausência na mídia e na política (Miguel e Biroli, 2011). Analisou-se também como essa presença reduzida é acompanhada por estereótipos tradicionais e compreensões que reduzem a participação política feminina (Biroli, 2011b).

O problema analítico enfrentado pela pesquisa é, portanto, que a sub-representação de mulheres nos espaços de poder político formal está ligada à sub-representação na mídia, e principalmente no noticiário político. Dessa maneira, foi realizada uma ampla análise qualitativa da presença de parlamentares e ministras nos noticiários de revistas semanais de grande circulação ao longo de quase 30 anos. Esse levantamento permitiu a construção de uma série histórica sobre a presença de mulheres políticas na mídia brasileira, bem como uma análise que avançasse para marcas estereotípicas da presença dessas mulheres.

É neste arcabouço empírico que essa pesquisa se insere, contribuindo para o avanço desse eixo de pesquisa de mulheres no poder executivo e a cobertura midiática de revistas



semanais, bem como inserindo a questão racial como mais uma categoria analítica e ainda pouco explorada na pesquisa.

### 3.2. Representações na cobertura midiática

A pesquisa analisa a cobertura midiática de duas revistas semanais de grande circulação no país, *Época* e *Veja*<sup>2</sup>, dos ministros(as) negros(as) que o Brasil já teve entre os anos de 2003 e 2010. O período escolhido, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, justifica-se pelas ações governamentais voltadas para a população negra<sup>3</sup>, bem como uma grande indicação de homens e mulheres negros(as) em cargos no primeiro escalão em âmbito federal<sup>4</sup>, tornando a análise mais produtiva na medida em que possibilita uma abrangência maior de personagens e uma comparação entre eles. Além disso, nestes governos foram criadas as secretarias especiais com *status* ministerial, que também foram consideradas na pesquisa justamente por uma delas ter como marco ações voltadas para a população negra.<sup>5</sup>

A escolha dos(as) ministros(as) negros(as) foi feita a partir de características físicas. O “corpo é uma interface privilegiada para a veiculação de discursos”, pois ele é “intrinsecamente um lugar social, na medida em que as resoluções acerca dele e ele próprio se tornam visíveis a partir dos seus vínculos com a sociedade” (Pereira e Gomes apud Mendonça e Vaz, 2006, p. 3). Segundo Iris Young, muito da experiência opressiva do imperialismo cultural, como discutido no primeiro capítulo, ocorre em contextos cotidianos de interação e isso se faz por meio do corpo, por gestos, discursos, tom de voz, movimento e reação dos outros. Ainda segundo a autora, “impulsos de atração e aversão moldam todas as interações, com consequências específicas para a experiência com o corpo. Quando a cultura dominante define alguns grupos como diferentes, como o Outro, os membros daquele grupo estão aprisionados aos seus corpos” (Young, 1990, p. 123). É neste sentido que essa percepção do corpo negro na mídia é associada a um conjunto de significados sociais que moldam a

---

<sup>2</sup> A revista *Época* surgiu em 1998, da Editora Globo, tem uma tiragem semanal de aproximadamente 400 mil exemplares e disponibiliza suas edições on-line, com algumas seções disponíveis apenas para assinantes. Já a revista *Veja*, da Editora Abril, surgida em 1968, tem uma tiragem de mais de um milhão de exemplares por semana e possui todo o seu acervo digitalizado e com livre acesso.

<sup>3</sup> Uma análise acerca deste assunto está em Feres et al, 2011.

<sup>4</sup> No governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, que assim como Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para dois mandatos consecutivos, o único ministro negro indicado foi Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, para à época o Ministério Extraordinário dos Esportes, no período de 1995 a 1998.

<sup>5</sup> A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi criada pelo governo federal no dia 21 de março de 2003. <<http://www.seppir.gov.br/sobre/historico>>. Acessado em 28 de set. 2012.

construção de valores, percepções e julgamentos. Além disso, no Brasil, a classificação racial é feita a partir de critérios cromáticos, é uma classificação “de marca” e não “de origem” como nos Estados Unidos (Nogueira, 1985).

Definido isto, entende-se que os estereótipos raciais e/ou de gênero na mídia seriam produto tanto de um contexto social ampliado como dos meios de comunicação de massa e suas práticas, ambos contribuindo para a pouca pluralidade dos espaços sociais e para uma diferenciação hierarquizada. Como visto nos capítulos anteriores, o imperialismo cultural como um dos mecanismos de opressão subjuga negros(as) e mulheres na mídia e na política por ser um mecanismo que provoca tanto a invisibilidade dos grupos oprimidos como sua caracterização estereotipada. Devido aos meios de comunicação de massa terem um controle significativo sobre parte importante do processo de construção das imagens públicas, eles contribuem tanto para o silenciamento das perspectivas sociais como para a construção de noções estereotípicas que associam os personagens midiáticos a disposições consideradas naturais aqueles grupos sociais. Cabe ressaltar que a análise não considera a mídia como a responsável por produzir os estereótipos, mas sim por utilizar as referências compartilhadas de modo impactante e/ou que colabora para sua permanência.

A base de dados foi composta por duas amostras. Uma parte por matérias que citaram a personagem nos dois meses anteriores e nos dois posteriores à entrada e saída do cargo de ministro(a). E outra por matérias com base nas principais temáticas em que os(as) ministras(as) foram citados(as), abrangendo um período de 30 dias para verificação (15 dias antes e 15 dias após a data de citação na matéria).<sup>6</sup> No total foram analisados 6 ministros(as) negros(as), sendo 3 homens e 3 mulheres, e o mesmo número de ministros(as) brancos(as).<sup>7</sup> A seguir estão os quadros que indicam seus nomes, ministérios, períodos no cargo e temáticas:

---

<sup>6</sup> A partir de uma primeira verificação da presença de todos(as) os(as) ministros(as) na cobertura da imprensa no período, por meio de um piloto feito com a revista *Veja*, verificamos quais foram as temáticas predominantes, nas quais estiveram visíveis. Foram, então, selecionados temas (por serem aqueles em que a visibilidade dos ministros e ministras era maior) que então funcionaram como critério para a construção de uma das amostras da pesquisa para todas as revistas analisadas.

<sup>7</sup> Com o propósito de comparar a presença de personagens negros com os brancos, não se limitando somente à análise racial, mas também de gênero, foram inseridos(as) na amostra ministros(as) que ocuparam anteriormente ou posteriormente o cargo no mesmo ministério ou em ministérios de magnitude semelhante, como as secretarias especiais com *status* ministerial.

**Quadro 1: ministros(as) negros(as)**

| Ministros(as)            | Ministério         | Período    |            | Tempo no cargo    |
|--------------------------|--------------------|------------|------------|-------------------|
|                          |                    | Entrada    | Saída      |                   |
| <b>Benedita da Silva</b> | Assistência Social | 01/01/2003 | 01/02/2004 | 12 meses          |
| <b>Edson Santos</b>      | SEPPIR             | 20/02/2008 | 31/03/2010 | 2 anos e 1 mês    |
| <b>Gilberto Gil</b>      | Cultura            | 01/01/2003 | 30/07/2008 | 5 anos e 6 meses  |
| <b>Marina Silva</b>      | Meio Ambiente      | 01/01/2003 | 13/05/2008 | 5 anos e 4 meses  |
| <b>Matilde Ribeiro</b>   | SEPPIR             | 21/03/2003 | 06/02/2008 | 4 anos e 11 meses |
| <b>Orlando Silva</b>     | Esportes           | 03/04/2006 | 31/12/2010 | 4 anos e 9 meses  |

Fonte: elaboração própria

**Quadro 2: ministros(as) brancos(as)**

| Ministros(as)           | Ministério    | Período    |            | Tempo no cargo    |
|-------------------------|---------------|------------|------------|-------------------|
|                         |               | Entrada    | Saída      |                   |
| <b>Agnelo Queiroz</b>   | Esportes      | 01/01/2003 | 31/03/2006 | 7 anos e 2 meses  |
| <b>Carlos Minc</b>      | Meio Ambiente | 27/05/2008 | 31/03/2010 | 1 ano e 10 meses  |
| <b>Emília Fernandes</b> | SPM           | 01/01/2003 | 29/01/2004 | 1 ano e 1 mês     |
| <b>Juca Ferreira</b>    | Cultura       | 30/07/2008 | 31/12/2010 | 2 anos e 5 meses  |
| <b>Marta Suplicy</b>    | Turismo       | 23/03/2007 | 03/06/2008 | 1 ano e 2 meses   |
| <b>Nilcéa Freire</b>    | SPM           | 29/01/2004 | 31/12/2010 | 6 anos e 11 meses |

Fonte: elaboração própria

A pesquisa analisou 237 matérias (reportagens, artigos, editoriais, colunas, cartas de leitor, notas e entrevistas), que correspondem ao número total de matérias selecionadas, ou seja, todas as citações do(a) ministro(a) no período de entrada e saída do ministério mais as citações quando apareciam dentro das temáticas escolhidas, selecionadas de acordo com os critérios expostos. Abaixo o quadro:

**Quadro 3: número de matérias por revista**

| Revista      | Entradas   | Frequência  |
|--------------|------------|-------------|
| Veja         | 150        | 63,3%       |
| Época        | 87         | 36,7%       |
| <b>Total</b> | <b>237</b> | <b>100%</b> |

Fonte: elaboração própria

Para analisar a presença desses políticos(as) nas revistas semanais e detalhar as caracterizações atribuídas a esses personagens a metodologia empregada recorreu ao

preenchimento de uma ficha de leitura para cada matéria em que eles(as) foram citadas, de acordo com metodologia já testada anteriormente (Miguel e Biroli, 2005). Esses dados foram inseridos em *software* de tratamento estatístico *Sphinx Lexica*, que dentre as observações feitas, permitiu contabilizar o número de aparições, o tipo de matéria em que eles(as) foram citados(as), o motivo de serem citados(as), os aspectos de suas trajetórias políticas, se possuíam “voz”, as adjetivações relacionadas, referências a familiares ou vida privada, aparição em imagens, etc.

Os dados abaixo relevam o tipo de presença dessas personagens, segundo o tipo de “voz” que tiveram nas matérias. “Voz direta” se refere à transcrição direta da fala do(a) ministro(a), enquanto que, “voz indireta” é a paráfrase de sua fala. Essas qualificações de voz podem estar combinadas “com argumento”, que é a apresentação de justificativa e/ou explicação para dada colocação do(a) ministro(a) ou “sem argumento” que é a ausência dessas qualificações. De todas as matérias pesquisadas, em 78,5% delas não foi dado nenhum tipo de registro de suas falas, ou seja, as personagens foram apenas citadas, conforme aparece no quadro 4. Esse tipo de dado reforça uma constatação já feita na pesquisa “Determinantes de gênero e visibilidade midiática”, a de que em coberturas midiáticas de materiais impressos, o jornalismo tende a dar pouca voz e de maneira diferenciada aos personagens, concentrando-se em alguns deles (Miguel e Biroli, 2010).

**Quadro 4: voz das personagens**

| <b>Voz</b>                        | <b>Frequência</b> |
|-----------------------------------|-------------------|
| Voz direta com argumento          | 4,2%              |
| Voz direta sem argumento          | 13,5%             |
| Voz indireta com argumento        | 0,4%              |
| Voz indireta sem argumento        | 5,1%              |
| Não tem voz (é apenas mencionada) | 78,5%             |
| <b>TOTAL</b>                      | 100%<br>n=237     |

Fonte: elaboração própria

O quadro 5 indica o espaço ocupado por cada categoria<sup>8</sup> que apareceu nessa amostra. As ações ligadas a temas de sua própria gestão representam 35% da cobertura, seguido de

---

<sup>8</sup> A seguir a explicação da cada categoria retirada do livro *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*, de Miguel e Biroli (2011):

1. Cidades/cotidiano: trânsito, transporte coletivo, direito do consumidor, greves em serviços públicos (exceto educação e saúde que são outras categorias).
2. Ciência/tecnologia: novidades científicas, médicas e tecnológicas.

19% em escândalos e 16% em assuntos variados dentro da política. Por serem ministros(as), esperava-se que a cobertura fosse composta predominantemente por ações do poder executivo. Contudo, a temática de escândalos é a segunda mais predominante. Se observada por revista, a temática de escândalos é mais predominante na *Veja*, com 11% do que na *Época*, com 8%, uma constatação também já feita pela pesquisa anteriormente citada (Miguel e Biroli, 2008). Neste caso, a *Veja* concentrou 67% de reportagens sobre escândalos nos governos Lula, enquanto que a *Época* apresentou 8,7% das matérias sobre essa categoria. Um dado como esse reforça algo já esperado pela cobertura midiática. Segundo Schudson os meios de comunicação tendem a oferecer más notícias. Ainda que o autor não dê uma dimensão mais precisa desse tipo de notícia, ele coloca que as notícias tendem a enfatizar o conflito, o dissenso e a batalha (Schudson, 2003, p. 9).<sup>9</sup>

- 
3. Ecologia/meio-ambiente: espécies ameaçadas, áreas de preservação, aquecimento global, etc.
  4. Economia brasileira: inflação, desemprego, câmbio, dívida pública, balança comercial e de pagamentos, reajustes salariais etc. Todas as reportagens que envolvem decisões de política econômica são consideradas em “Política brasileira”.
  5. *Fait divers*/variedades: curiosidades, anúncios de programas da própria emissora, fofocas sobre celebridades, eventos da indústria cultural, “mundo animal” etc.
  6. Internacional: política externa brasileira, relações exteriores, política interna de outros países etc.
  7. Política brasileira – ações do poder executivo federal: lançamento de programas, preenchimento de cargos, liberação de recursos etc.
  8. Política brasileira – propostas legislativas e ações no Congresso: ações do e no Congresso; inclui o debate e tramitação de toda e qualquer proposta legislativa, inclusive quando de iniciativa do Poder Executivo.
  9. Política brasileira – escândalos: denúncias e investigações de atos ilícitos, improbidades e desvios de conduta em geral, envolvendo governantes, parlamentares, líderes partidários e ocupantes dos primeiros escalões das administrações municipais, estaduais e federal.
  10. Política brasileira – eleições (resultado de pesquisas): toda e qualquer divulgação de sondagens de intenções de voto, bem como de resultados eleitorais.
  11. Política brasileira – eleições (debate eleitoral): falas dos candidatos e de outros líderes políticos, programas de governo, eventos de campanha (passeatas, comícios etc.), denúncias contra candidatos.
  12. Política brasileira – movimentos sociais/sociedade civil: ação de movimentos sociais ou de entidades da sociedade civil.
  13. Política brasileira – história/curiosidades: lembrança de episódios passados da política nacional, motivadas por efemérides (por exemplo, 50 anos do suicídio de Vargas) ou falecimentos (por exemplo, a biografia de Leonel Brizola); curiosidades da política nacional.
  14. Política brasileira – outros/*mix*: reportagens de política brasileira que mesclam várias categorias anteriores, sem que seja possível indicar uma predominância.
  15. Outros: categoria residual para matérias que não se encaixam nas categorias descritas; no caso das revistas, inclui cartas dos leitores, seções de “frases da semana” e de notas variadas, etc.

<sup>9</sup> Esse posicionamento é problematizado em Biroli (2012), tendo em vista que determinados tipos de conflitos presentes na mídia são resultados de atores políticos posicionados dentro do próprio campo político.

**Quadro 5: número de matérias por categoria**

| <b>Categorias</b>  | <b>Entradas</b> | <b>Frequência</b> |
|--|-----------------|-------------------|
| Política brasileira: ações do poder executivo                      | 83              | 35%               |
| Política brasileira: escândalos                                    | 45              | 19%               |
| Política brasileira: outros/mix                                    | 38              | 16%               |
| <i>Fait-divers</i> /variedades                                     | 25              | 10,5%             |
| Política brasileira: eleições (debate eleitoral)                   | 18              | 7,6%              |
| Cidades/cotidiano  | 7               | 3%                |
| Ecologia/meio-ambiente   | 7               | 3%                |
| Política brasileira: eleições (resultado de pesquisas)             | 5               | 2,1%              |
| Política brasileira: propostas legislativas e ações no legislativo | 2               | 0,8%              |
| Economia brasileira  | 2               | 0,8%              |
| Ciência/tecnologia   | 1               | 0,4%              |
| Política brasileira: movimentos sociais/sociedade civil            | 1               | 0,4%              |
| Política brasileira: história                                      | 1               | 0,4%              |
| Internacional  | 1               | 0,4%              |
| Outros   | 1               | 0,4%              |
| <b>TOTAL</b>   | <b>237</b>      | <b>100%</b>       |

Fonte: elaboração própria

A hipótese central para esta análise é que a mídia, uma das principais responsáveis pela (re)produção das representações sociais, colabora para o impacto e permanência dos estereótipos raciais e/ou de gênero. Neste sentido, ela possui um papel na construção da imagem de políticos negros e isso afeta de maneira diferenciada o controle da visibilidade e a produção de capital político. Neste caso o noticiário repetitivo significou uma confirmação na maneira que o capital é distribuído e o reconhecimento tanto pela mídia como pela política de representações recorrentes dos(as) ministros(as).

Devido à amostra considerar também os períodos de entrada e saída, há uma grande quantidade de matérias relacionadas a ações do poder executivo, constituindo-se basicamente em nomeações, montagem e reforma ministerial. Retirando essa categoria temática, ou seja, ações relacionadas ao seu próprio ministério/trabalho, a temática de escândalos e variedades está entre as que mais têm a presença dos(as) ministros. Há uma concentração diferenciada dependendo do ministro, como Benedita da Silva, Matilde Ribeiro e Orlando Silva. Os três estiveram envolvidos em casos de escândalos semelhantes, envolvendo declarações polêmicas, devolução de diárias e uso indevido do cartão corporativo. Os quadros abaixo mostram as temáticas e a divisão das amostras por ministro(a):

**Quadro 6: ministros(as) negros(as) e temáticas**

| Ministros(as)            | Temática em destaque                                 | Nº de entradas por temática | Nº de entradas por entrada e saída | Total         |
|--------------------------|--|-----------------------------|------------------------------------|---------------|
| <b>Benedita da Silva</b> | viagem à Argentina (15/10/2003 a 15/11/2003)         | 28,6% (10)                  | 22,4% (24)                         | 23,9%         |
| <b>Edson Santos</b>      | estudo da AGU (maio de 2009)                         | 2,9 % (1)                   | 0                                  | 0,7%          |
| <b>Gilberto Gil</b>      | caso Secom (20/09/2009 a 20/10/2009)                 | 8,5% (3)                    | 29% (31)                           | 23,9%         |
| <b>Marina Silva</b>      | liberação dos transgênicos (29/09/2003 a 29/10/2003) | 20% (7)                     | 27,1% (29)                         | 25,3%         |
| <b>Matilde Ribeiro</b>   | declaração sobre racismo (abril de 2007)             | 22,8% (8)                   | 20,5% (22)                         | 21,1%         |
| <b>Orlando Silva</b>     | uso do cartão corporativo (fevereiro de 2008)        | 17,1% (6)                   | 0,9% (1)                           | 4,9%          |
| <b>Total</b>             |  | 100%<br>n=35                | 100%<br>n=107                      | 100%<br>n=142 |

Fonte: elaboração própria

Acerca das temáticas, as matérias de Benedita da Silva sobre “viagem à Argentina” se referem à viagem da ministra feita a Buenos Aires, de cunho pessoal e utilizando dinheiro público, para participação em um evento religioso e não para compromissos oficiais. O “estudo da AGU”, referindo-se a Edson Santos, é que o presidente Lula encomendou à Advocacia Geral da União (AGU) um estudo sobre a conversão das secretarias especiais de seu governo em ministérios. Já o “caso Secom” é que Gilberto Gil teve entrevista alterada pela Secretaria da Comunicação sobre o projeto de lei da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual. Por sua vez, com Marina Silva a “liberação dos transgênicos” se refere ao embate político acerca da liberação pelo governo do plantio de transgênicos, sendo que a ministra é contra. Matilde Ribeiro deu uma entrevista à BBC Brasil e expressou sua opinião, considerada polêmica, sobre o racismo entre brancos e negros no país, sendo a temática “declaração sobre racismo”. Por fim, o “uso do cartão corporativo”, referindo-se a Orlando Silva é o seu uso indevido do dinheiro público com cartão corporativo durante a sua gestão para pagamento de despesas pessoais.

**Quadro 7: ministros(as) brancos(as) e temáticas**

| Ministros(as)         | Temática em destaque                       | Nº de entradas por temática | Nº de entradas por entrada e saída | Total |
|-----------------------|--|-----------------------------|------------------------------------|-------|
| <b>Agnelo Queiroz</b> | gastos indevidos (20/10/2003 a 20/11/2003) | 7,6% (2)                    | 0                                  | 2,1%  |
| <b>Carlos Minc</b>    | operação boi-pirata (agosto de 2008)       | 19,2% (5)                   | 31,8% (22)                         | 28,4% |

|                         |  |              |              |              |
|-------------------------|--|--------------|--------------|--------------|
| <b>Emília Fernandes</b> | violência contra a mulher<br>(setembro de 2003)    | 3,8% (1)     | 5,7% (4)     | 5,2%         |
| <b>Juca Ferreira</b>    | Plano Nacional da Cultura<br>(janeiro de 2009)     | 3,8% (1)     | 5,7% (4)     | 5,2%         |
| <b>Marta Suplicy</b>    | declaração caos aéreo<br>(20/06/2007 a 20/07/2007) | 53,8% (14)   | 55% (38)     | 54,7%        |
| <b>Nilcéa Freire</b>    | Plano Nac. de Pol. Mulheres<br>(dezembro de 2004)  | 11,5% (3)    | 1,4% (1)     | 4,2%         |
| <b>Total</b>            |  | 100%<br>n=26 | 100%<br>n=69 | 100%<br>n=95 |

Fonte: elaboração própria

Sobre as temáticas, com Agnelo Silva, os “gastos indevidos” se referem à utilização de dinheiro público com diárias desnecessárias em viagem oficial do ministro, já que elas haviam sido pagas pelo Comitê Olímpico Brasileiro. Já a “operação boi-pirata”, de Carlos Minc, refere-se aos leilões para venda de boiada apreendida em área de preservação ambiental na Amazônia. A temática de “violência contra a mulher”, de Emília Fernandes, é acerca da repercussão de novela da *Rede Globo* e devido a isso a ministra almoça com os atores que lidavam com o tema na novela. Por sua vez, a temática do “Plano Nacional de Cultura”, de Juca Ferreira, é a criação de políticas públicas específicas voltadas para a área cultural. Com relação à “declaração sobre o caos aéreo”, Marta Suplicy fez uma declaração considerada polêmica sobre a situação de caos nos aeroportos, situação em que inúmeros problemas na área da aviação no país foram colocados em destaque pela mídia. Por fim, a temática do “Plano Nacional de Políticas para a Mulheres”, de Nilcéa Freire, refere-se à criação de políticas públicas específicas voltadas para a mulher no país.

Acerca dos padrões de construção da imagem foram constatadas duas tendências na pesquisa. A primeira é a contraposição entre políticos(as) “marcados(as)” e “não marcados(as)”. A mídia tende a retratar os(as) políticos(as) com base em referenciais que justifiquem as suas ações e, dessa maneira, formem a sua imagem. No caso de alguns(mas) ministros(as) em específico esse referencial está firmado em critérios raciais e/ou de gênero visto que as representações sociais que lhes são atribuídas estão ligadas a razões que (in)diretamente os(as) colocam como pessoas negras e/ou mulheres na política. Ao contrário da representação de outros(as) ministros(as), o fato de serem homens e/ou brancos os colocam em uma posição “pacífica” quanto ao seu posicionamento no campo midiático e político. Como discutido nos capítulos anteriores, a sua inserção enquanto grupo social dominante não os caracteriza de um ponto de vista desvantajoso, visto que o referencial para esses grupos estão firmados em características que lhe são comuns. As razões para as suas ações são justificadas com elementos trazidos de dentro do próprio campo político ao passo que as



pessoas ligadas aos grupos sociais subordinados têm sua imagem construída por marcas estereotípicas desvantajosas para suas carreiras na política.

A segunda tendência mais permanente da pesquisa é um desdobramento da primeira. A partir de uma cobertura que contrapõe “marcados” e “não marcados”, há um tratamento diferenciado com relação ao profissionalismo ou não para a política. Os políticos profissionais são aqueles não marcados e qualquer outro(a) político(a) que traga marcas de *outsider* contam com elementos para não serem adequados à política. A partir das marcas estereotípicas, a representação da mídia se fez de modo a elencar as características consideradas desfavoráveis para a política. Assim, recorreu-se a marcas de racialidade e de gênero para justificar uma trajetória não adequada para o exercício correto da política. Ao contrário de um *insider* ao campo da política, que tem seu processo de formação da imagem baseado em referenciais mais amplos ao entendimento sobre a política e, portanto, é visto como bem preparado e adaptado a este campo.

### 3.3. *O caso dos ministros(as) negros(as)*

Nesta análise um dos padrões de construção da imagem pela mídia é que os(as) ministros(as) negros(as), principalmente em situações de grande exposição, foram marcados pelo fato de serem negros(as). Neste sentido, mesmo quando se avalia positivamente a sua presença num contexto de disputas no campo político, no sentido de deslocar uma noção homogeneizante e de pouca pluralidade, são colocados como políticos negros ao passo que os brancos são trazidos estritamente como políticos, associados a distinções ligadas ao próprio campo político, seja por pertencimento a um partido político ou aspectos de sua carreira. O termo “brancos” foi mencionado de modo consciente porque essa distinção é semelhante no caso das mulheres, visto que elas também são apresentadas pela mídia com distinções que as remetem ao fato de serem mulheres.

Além disso, a representação midiática associa o(a) personagem negro(a) a temáticas, muitas vezes controversas, e a marcas estereotípicas circundantes e que contribuem para a formação de uma imagem que reforça sua caracterização enquanto negro(a). De outro modo, a mídia reúne um conjunto de elementos descritivos que ligam o grupo social oprimido a uma série de noções estereotípicas raciais socialmente ativas. Tendo em vista as análises das imagens que se seguirão, o objetivo é apresentá-las de modo a oferecer as muitas caracterizações midiáticas que formam uma noção ampla dos padrões de imagem dos(as) únicos(as) políticos negros ao longo de um período de governo. A caracterização dos(as)

ministros(as) negros(as) por meio de temas recorrentes ao universo das descrições raciais, como a música, a dança, o uso do corpo e a classe social desfavorecida, ainda que não seja feita de modo direto entre personagem e estereótipo racial, colabora para a formação de uma imagem recorrente do sujeito negro, ligada tanto ao campo político como midiático.

Esse processo é de especial importância quando se pensa na diferenciação racial porque é feito de modo hierarquizado e possui um impacto específico se comparado ao grupo social favorecido, o qual está baseado numa descrição com referenciais atrelados à noção de imparcialidade e universalidade. A representação para os grupos sociais oprimidos pode levar a uma caracterização desvantajosa bem como a uma generalização típica, gerando uma perpetuação de traços considerados como naturais. Por outro lado, a representação de grupos sociais favorecidos é vista como naturalmente diversa e uma imagem tendenciosa ou negativa está associada a um amplo espectro de representações justamente porque a sua posição é confortável dentro das marcas estereotípicas. Contudo, uma imagem negativa no que se refere ao outro grupo social pode estar fortemente marcada de significado baseado em referências socialmente ativas e, no caso do campo político, pode representar uma perda de capital político com relação às lideranças, cidadãos e seus pares.

Em 2003, ao ser indicada para o ministério da Assistência Social, hoje o da Ação Social, Benedita da Silva representou para a opinião pública um dos nomes de destaque dentro da proposta do primeiro governo Lula. Durante a sua gestão, a temática de maior destaque elencada pela mídia foi a viagem da ministra à Argentina, como colocada no quadro 6. O escândalo surgiu com a utilização pela ministra de dinheiro público para uma viagem à Argentina com fins pessoais, ou seja, a participação em um encontro religioso e não para compromissos oficiais. Segundo uma matéria do período, “na última hora, para emprestar um verniz oficial à visita à Argentina, e assim justificar o uso de dinheiro público, Benedita arranjou um compromisso oficial” (matéria não assinada, *Veja*, 29/10/2003, p. 49). De maneira exaustiva, esses veículos de mídia permaneceram várias semanas dando destaque ao escândalo e construindo a imagem de Benedita da Silva de forma taxativa, “[Benedita] ganhou relevância pelo atropelo ético” (Malu Gaspar, *Veja*, 8/10/2003, p. 50). E foi responsável pela criação do “compromisso-laranja” para ocultar o verdadeiro motivo da viagem (matéria não assinada, *Veja*, 29/10/2003, p. 49).

Ao questionar o caráter de Benedita, a cobertura retrata o caso confrontando-o à trajetória da personagem. Há um pré-conceito com relação ao seu caráter que busca uma explicação em sua origem, religiosidade e trajetória como mulher negra na política, trazendo um capital de outros campos. Essa tendência está firmada no que a pesquisa revela, ou seja, a

representação dos(as) ministros(as) negros pela mídia como marcados e não marcados. Ao falar de Benedita, a mídia justifica as suas ações na política com base em marcas pessoais e de superação de vida, edificando-a enquanto mulher negra que superou as dificuldades. A sua ética estaria firmada por sua trajetória de vida, e Malu Gaspar ressalta que “Benedita da Silva tem um currículo de vitórias estupendas. Uma entre quinze filhos, criada numa favela e estuprada na infância. (...) começou a vida como engraxate, camelô, doméstica e vendedora de pastel” (*Veja*, 8/10/2003, p. 51). E para finalizar coloca o orgulho da raça como parte desse pré-conceito: “foi a primeira negra a tomar posse como senadora, governadora e, agora, ministra” (Malu Gaspar, *Veja*, 8/10/2003, p. 51).

Já o caso de Matilde Ribeiro foi retratado aos leitores de maneira semelhante. Ao assumir o cargo como ministra da então Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial, em março de 2003. O escândalo da ministra consistiu em gastos indevidos com dinheiro público e de forma taxativa, afirma-se que a ministra gastou exageradamente com o cartão corporativo e “foi de longe a ministra mais perdulária da Esplanada”, em matéria de Fábio Portela (*Veja*, 23/1/2008, p. 47).

Com Orlando Silva, que assumiu o ministério dos Esportes em 2006, o escândalo também constituiu na utilização indevida do cartão corporativo. A cobertura midiática tendeu a ser mais branda, mas também taxativa, “fica demonstrado que não dá para confiar na ética pessoal de cada um” (Fábio Portela, *Veja*, 13/2/2008, p. 57). No caso dele não se recorreu a adjetivações depreciativas, como com Matilde Ribeiro, que na mesma matéria foi denominada “Matilde ‘Free shop’ Ribeiro” (*Veja*, 13/2/2008, p. 57) ou “musa do atual espetáculo estrelado pelos cartões de crédito” (J. R. Guzzo, *Veja*, 27/2/2008, p. 67).

Se analisarmos a cobertura do antecessor de Orlando Silva no Ministério dos Esportes, também envolvido com o uso indevido do dinheiro público, o caso de Agnelo Queiroz não foi transformado num escândalo propriamente dito se comparado às outras situações. O uso do cartão corporativo pelo ministro foi noticiado por uma matéria em cada revista e não mais retomado. Assim, a imagem de Agnelo foi apresentada tendo o fato como um ponto isolado em sua trajetória política, reforçado, sobretudo, por sua atuação quando deputado federal, “A devolução do dinheiro de Agnelo foi mais dura de assimilar” devido a sua atuação como deputado (Gustavo Krieger, *Época*, 27/10/2003, p. 39). “Distraído, hein? Justo ele que no governou anterior se celebrizou por fazer uma minuciosa fiscalização de gastos públicos de cuja ira moralizadora jamais escapavam justamente despesas com viagens ao exterior” (matéria não assinada, *Veja*, 29/10/2003, p. 49).

Uma das diferenças deste caso com relação aos dos outros ministros é que as revistas noticiaram o escândalo durante várias edições consecutivas, sendo que a cobertura das ministras perdurou ainda mais, como visto no quadro 5. E mesmo quando a cobertura noticiou a devolução do dinheiro utilizado por Agnelo, a revista ainda retoma o caso de Benedita: “Autoridade restitui dinheiro de viagem aos cofres públicos. Não, não é Benedita. É Agnelo Queiroz” (matéria não assinada, *Veja*, 29/10/2003, p. 49). Além disso, essa devolução do ministro não foi questionada pela revista ao contrário de Matilde Ribeiro, “Ao ter sua estripulia descoberta por *Veja*, Matilde disse ter cometido um equívoco e afirmou que já tinha devolvido o valor à União. Mas, até hoje, ninguém viu o recibo” (Fábio Portela, *Veja*, 6/2/2008, p. 39). Por fim, a justificativa para que Agnelo não praticasse tal ilegalidade foi reforçada por elementos do próprio campo político, retomando a sua posição como ex-deputado federal. Diferente de Benedita da Silva, que foi caracterizada por ser a primeira mulher negra a ocupar um cargo público de destaque e por isso seria reconhecida pela mídia como uma mulher negra na política. Agnelo, por sua vez, foi descrito apenas como político e com as marcas de distinção atreladas ao próprio campo político.

Em alguns momentos a mídia transfere uma opinião contrária ou diferente para pessoas em específico. Ao falar em racismo, por exemplo, a mídia o associa aos próprios negros, caracterizando essa discussão e os problemas criados a partir dela como algo originado pelo grupo social oprimido, dando à discussão uma dimensão isolada e resolvida. O foco não está em atribuir o racismo aos próprios negros, mas em atribuir os conflitos relativos a um suposto racismo aos negros, já que se entende que esses não são de fato conflitos sociais, visto que não haveria racismo. Isso se torna mais instigante se pensarmos como as narrativas sobre o negro no Brasil são tratadas pela mídia de modo geral, recaindo na sutileza e lógica pacificada e não hierarquizada das diferenças, baseada na discussão da introdução acerca da formação do pensamento racial no país, de modo que se os conflitos são gerados estão sob a responsabilidade, portanto, dos atores pertencentes ao grupo oprimido.

Na cobertura do escândalo envolvendo Benedita da Silva, em algumas matérias se tocou na temática racial e para isso foi apresentada as visões da própria ministra e do seu marido. Segundo Antônio Pitanga haveria um “complô racista que perseguiria sua mulher e demais políticos negros e de origem pobre (sejam eles honestos ou não)” (Daniela Pinheiro, *Veja*, 5/11/2003, p. 96). Benedita diz que “muitas críticas são movidas por preconceito e não por ideologia ou ética” (Malu Gaspar, *Veja*, 8/10/2003, p. 51). A ministra, que é evangélica, diz que desconfiar de sua conduta é “perseguição religiosa” (matéria não assinada, *Época*, 29/9/2003, p. 45; Malu Gaspar, *Veja*, 8/10/2003, p. 51). Ainda que essas visões sejam

propostas como uma forma de defesa da ministra, apresentá-las aos leitores como oriundas de pessoas diretamente ligadas ao caso e negras contribui para a construção de uma imagem da ministra como a acusadora de um suposto racismo. Assim, sendo ou não por motivações racistas a cobertura insistente do caso, essa discussão é trazida de modo específico, alimentando um tratamento recorrente da temática por vozes específicas, não representando uma visão capaz de ser compartilhada por mais pessoas e legítima. Neste caso, na mesma matéria a caracterização do marido da ministra como “escudeiro da mulher (...), o ator Antônio Pitanga é um dândi passional” (Daniela Pinheiro, *Veja*, 5/11/2003, p. 97), está ligada à proteção da esposa, ou seja, ao fazer essa associação pode-se levar a uma perda de confiança na opinião dele como legítima por ser parcial com relação à Benedita, bem como a uma posição da ministra como necessitando de proteção, portanto, um estereótipo persistente de a mulher ter a necessidade de cuidado.

No que diz respeito aos assuntos centrais ligadas à temática racial, a política de cotas nas universidades públicas federais está representada por visões recorrentes na mídia, segundo as quais beneficiam uma elite negra e reforçam uma demarcação racial no país (Guimarães, 2002). Somente neste caso, Edson Santos, apareceu como ocupante de um cargo de uma secretaria bem menos relevante, responsável por políticas de tal dimensão, como as cotas raciais. O presidente Lula encomendou a Advocacia Geral da União (AGU), um estudo sobre a conversão das secretarias especiais de seu governo em ministérios. Tal medida “beneficiaria as pastas menos conhecidas e relevantes do governo, como a de (...) Promoção da Igualdade Racial, de Edson Santos” (Felipe Patury, *Veja*, 6/5/2009, p. 46). A cargo de uma pasta como essa, Edson Santos, esteve ligado a uma secretaria quase invisível. Ainda segundo a matéria, a caracterização da secretaria racial também remete ao estereótipo do negro objeto de uma política pública menos relevante, específica e isolada.

Outro caso remete às colocações feitas à opinião de Matilde Ribeiro sobre o racismo no país e que, junto com outros elementos elencados pela mídia durante o seu mandato, constroem uma imagem de despreparo e incapacidade da ministra para ocupar o cargo, como será analisado mais adiante, e alimentam mais um escândalo em torno da ministra. O autor da matéria coloca, referindo-se à declaração de Matilde feita à BBC sobre se no Brasil, em comparação aos Estados Unidos, também haveria racismo de negro contra branco e que ao longo da entrevista disse à emissora que “não é racismo quando um negro se insurge contra um branco”, a ministra, a “maior autoridade oficial em questões raciais não sabe o que é racismo” (André Petry, *Veja*, 4/4/2007, p. 67). Ainda segundo o autor, a “visão da ministra é

um descalabro monumental, mas dá para até entender, pois se integra no projeto racial do governo Lula, que é forçar o Brasil a renunciar o orgulho da mestiçagem – fonte de nossa originalidade – para adotar uma versão americanizada do Brasil bicolor, preto e branco” (Veja, 4/4/2007, p. 67). Em outro momento, a revista afirma que “Matilde Ribeiro é ministra titular da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e promove a desigualdade racial” (Veja Essa, Veja, 4/4/2007, p. 53).

E sobre a política de cotas, “Uma de suas principais missões de Matilde (...) é dar apoio à implantação da política de cotas. (...) A política de cotas e as frases recentes da ministra injetam no debate um perigoso clima de conflito racial” (matéria não assinada, Época, 2/4/2007, p. 44).

A tarefa de Matilde Ribeiro guarda, no entanto, uma peculiaridade. Num país fortemente miscigenado, onde mazelas sociais se sobrepõem a diferenças raciais, é muito difícil, senão impossível, definir quem integra qual raça e quais etnias devem receber proteção do estado - prova disso é a polêmica ao redor das cotas raciais em universidades e escolas. (...). Desde seu início, o governo do PT alimenta a diferenciação racial no Brasil a pretexto de reforçar a identidade cultural dos negros e reparar injustiças históricas. A parte mais explosiva (...) não está nas cotas nem na declaração infeliz da ministra. Está na subordinação da reforma agrária a critérios étnicos e raciais. (Cíntia Borsato e José Edward, Veja, 4/4/2007, p. 60)

Uma das caracterizações feitas à Matilde Ribeiro foi associá-la a uma política vista como injusta. Como exemplo, um dos veículos dedica uma página de sua edição mais farta matéria sobre o assunto que tem como título “Ela incitou o racismo?”. Seguindo a matéria, o(a) leitor(a) chegará à conclusão que sim, reforçada sobretudo pelos maiores expoentes de uma visão específica do tema no país. “Segundo Demétrio Magnoli, ‘ela disse o que pensa e fez uma síntese da política que conduz’. Ainda segundo ele, os movimentos negros e a Secretaria tentam criar algo que não existe no Brasil: uma consciência negro militante”; Em seu livro ‘Não somos racistas’, Ali Kamel diz que os números do IBGE são manipulados para produzir provas da premissa de que há racismo; O Brasil tem uma das sociedades mais miscigenadas do mundo (...), é inegável a existência de preconceito, mas não existe conflito racial generalizado no país; Segundo o historiador José Roberto Góes (UERJ), “no Brasil nunca houve nenhuma lei segregacionista após a abolição da escravatura” (matéria não assinada, Época, 2/4/2007, p. 44).

Essa caracterização recorrente de Matilde demonstra como a ministra foi marcada por sua declaração em entrevista à BBC Brasil e que isso foge dos padrões de consensos demarcados (Biroli, 2012) sobre a política racial no país. A caracterização da ministra fica em torno, portanto, de sua opinião sobre a questão racial no país e o seu desempenho político é

julgado por essa declaração. Essa condição recai na segunda tendência constatada na pesquisa, a contraposição entre políticos profissionais e não profissionais. A opinião da ministra representa, segundo a mídia e as opiniões que por ela foram elencadas, uma distorção do que de fato acontece no país, visto que há um pensamento marcadamente influenciado por uma ótica de que não haveria racismo no país. Além disso, após a declaração, as políticas empreendidas pelo governo e que passam em parte pela responsabilidade da ministra entram pelo mesmo viés de explicação, o de que ela, por ter uma opinião contrária à referência considerada padrão do entendimento de raça no país, não está apta para ocupar o cargo.

Em outra caracterização a temática racial foi atrelada à de classe. Com um programa de governo voltado para as classes menos favorecidas, o governo Lula montou logo no início de seu mandato uma comitiva com o primeiro escalão para a visita a municípios da região nordeste do país. Com esse propósito foram convidados vários ministros e se olharmos a cobertura midiática deste período encontraremos uma foto-montagem da edição da *Época* do dia 13 de janeiro de 2003 em que Lula, Antônio Palocci e José Dirceu foram colocados na carga de um caminhão. Contudo, dentre todos os ministros que os acompanharam, a escolha foi pelos ministros negros mais emblemáticos, Benedita da Silva, Gilberto Gil e Marina Silva. Mesmo que não se faça uma ligação direta com raça e classe, a escolha desses ministros diz muito da construção da imagem do negro ligado à pobreza no país.

Nessa cobertura também foram constatadas caracterizações que se referiam à música.<sup>10</sup> Segundo Colfax, a mídia ao descrever os negros nesses papéis simbolicamente os “encapsula”, tanto ocupacionalmente como socialmente, retirando as rotas convencionais de mobilidade e ascensão social. E se o fato do talento musical for tomado como uma característica predominante para descrever os negros, serve unicamente para reforçar o estereótipo e neutralizar qualquer tratamento que seja implícito numa descrição em papéis mais convencionais de “colarinho branco” (Colfax, 1972, p. 12).

Os elementos que compõem a formação da imagem de Gilberto Gil tornam-se marcantes neste sentido. O ministro, devido a sua carreira como cantor, teve o seu capital

---

<sup>10</sup> Em levantamento anterior na revista *Veja* de todo o período que Orlando Silva ocupou o ministério da Cultura, das poucas aparições do ministro, escolheu-se falar sobre a sua proximidade com a música, “Orlando Silva não tem só em comum o nome com o ‘cantor das multidões’ nos anos 40, ele adora soltar a voz; ele cantou em Copenhague para festejar escolha do Rio como sede olímpica e repetiu a dose num bar em Brasília; ele gosta de música mineira, baiana e de samba; Orlando Silva cantou uma vez para o presidente mas ele disse para treinar mais. Segundo Orlando, ele levou o Troféu Abacaxi, igual aquele do Chacrinha.” (Felipe Patury, *Veja*, 21/10/2009, p. 63). Ainda que seja a visão de um único veículo, a escolha se insere num padrão de formação de imagem com base na associação de pessoas negras e música, não recorrendo a caracterizações em que o ministro esteja envolvido, ligadas ao campo político.

artístico utilizado pela mídia. Além disso, o próprio ministro, de acordo com a cobertura, utilizou o seu prestígio daquele campo e habilidades pessoais para atuar no campo político. Assim, as matérias a ele relacionadas destacaram mais o seu lado artista do que político, como ministro da Cultura. Numa matéria que se referia a uma entrevista alterada pela Secretaria de Comunicação, sobre o projeto de lei da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, o veículo insistiu em retratar Gilberto Gil ligado à música e colocou uma foto do ministro dançando para o presidente de Moçambique (foto recuperada de outro contexto), e a legenda: “tentação autoritária no interior do governo veio à tona mais uma vez no embate entre o ministro-artista e a Secretaria de Comunicação (matéria não assinada, *Veja*, 22/9/2004, p. 53). Em outros casos, “Gil sacou o violão para cantar em solenidades oficiais” (matéria não assinada, *Veja*, 6/8/2008, p. 72). O seu capital artístico inúmeras vezes foi retomado para falar de sua atuação como ministro da Cultura, por exemplo, o fato de ser um dos fundadores do movimento tropicalista (matéria não assinada, *Veja*, 8/1/2003, p. 25) ou de em reuniões ministeriais fazer apresentações musicais.

Na posse do presidente Lula, Gilberto Gil foi caracterizado dessa maneira, “Numa cerimônia descontraída, a estrela da música popular brasileira leu dez páginas de um discurso baiano-tropicalista-filosófico-onírico-imagético. (...) Foi uma festa recheada de expressões como ‘ouriçam planetariamente’, ‘transculturativas’ e ‘semiodiversidade’. Ninguém entendeu nada.” (matéria não assinada, *Veja*, 8/1/2003, p. 25). “Apesar das vantagens marqueteiras, Gil pode até se revelar um ministro inepto e breve, a exemplo de Pelé no governo Fernando Henrique Cardoso” (Delmo Moreira, *Época* 13/01/2003, p. 37). E já no comando do ministério, Gilberto Gil transformou a posse de seus secretários em show e na interinidade de José de Alencar como presidente fez uma canja homenageando Ary Barroso (Joyce Pascowitch, *Época*, 20/1/2003, p.88). Celso Masson o chama de ministro-cantor e diz que sua atuação como ministro caiu “mais para uma marcha-rancho do que para um samba-exaltação. (...) Gil não deixou uma marca criativa no ministério” (*Época*, 4/8/2008, p. 16) e o fim de seu mandato e avaliação de sua gestão pela mídia foram bem resumidos no título da matéria, “Fim do Carnaval” (matéria não assinada, *Veja*, 6/8/2008, p. 72). E na mesma matéria, o sucessor Juca Ferreira, ao contrário de Gilberto Gil, foi apresentado como tendo preparo, explicitando tanto a sua área de formação, sociólogo, como por ter acompanhado Gilberto Gil no período em que esteve no ministério.

A caracterização de Gilberto Gil como cantor e compositor em detrimento de sua atuação como político forma um conjunto de elementos que compõem a sua imagem apenas ligada ao mundo artístico. A sua descrição como ministro-artista demonstra um esforço em



deslegitimá-lo como político, portanto, ao mesmo tempo em que é marcado por essa caracterização é desmerecido politicamente. Ainda que seja impossível delimitar a fronteira de seu capital artístico e político na mídia, e que não seja feita uma referência direta à temática racial na cobertura deste personagem midiático, ao ser retratado apenas pela primeira condição, o do universo artístico, o ministro recai numa caracterização recorrente do negro e atrelado a uma estereotípia já marcada de que o seu mundo é a cultura e não a política, formando uma imagem negativa no que se refere ao campo político. Sua cobertura recai, portanto, em marcas estereotípicas que se referem a outros elementos externos à política e as justificativas ora apresentadas para a sua atuação não recorrem ao fato de ser um político, mas alguém “exótico” neste espaço. Sobre a não profissionalização para a política, essa tendência fica clara quando na entrada de seu sucessor que, ao contrário, tem sua imagem construída a partir de explicações reunidas dentro do próprio campo político.

#### *3.4. Um olhar sobre os estereótipos de gênero*

Quando a análise é voltada mais detidamente para os estereótipos de gênero, ainda que as mulheres negras guardem diferenças com relação às brancas, sendo que a principal delas já foi explicitada no início desta análise com a distinção das primeiras pelo fato de serem negras, elas estão sob um substrato comum baseado na condição feminina. Assim como na pesquisa “Gênero e política na mídia brasileira”, constata-se também nessa cobertura que os estereótipos estão dentro da oposição entre o público e o privado. A definição do feminino a partir de relações afetivas, emocionais e familiares continua sendo um tratamento dado pela mídia sobre suas trajetórias e construção da imagem pública, bem como a definição de papéis adequados para a política (Biroli, 2010). Alguns deslocamentos foram feitos com relação aos homens e serão apontados a seguir.

No que diz respeito à caracterização dos personagens por aspectos físicos, de personalidade e/ou emocionais a cobertura demonstra pouca variação com relação a pesquisas anteriores.<sup>11</sup> Nesta cobertura, Benedita da Silva quando no escândalo de sua viagem à Argentina com fins particulares utilizando dinheiro público, foi retratada de maneira a apresentar as suas condições físicas (perda de peso e abatimento). Joyce Pascowitch, em sua coluna Gente, descreve a aparência da ministra, “Afinou e muito a cintura da ministra

---

<sup>11</sup> Flávia Biroli, no âmbito da pesquisa “Gênero e política da mídia brasileira”, com todas as ministras brasileiras demonstra que o permanece o interesse da mídia pela aparência das mulheres na política (Biroli, 2011b, p. 16).

Benedita da Silva nos últimos tempos. Desde o episódio da viagem à Argentina, a ministra emagreceu 8 quilos. E anda muito abatida.” (*Época*, 3/11/2003, p. 86).

O processo de demissão da ministra também foi envolvido pela descrição de seu estado emocional, um foco diferenciado com relação a demissões de outros ministros na primeira reforma ministerial do governo Lula. Benedita da Silva foi chamada ao Planalto e “demitida em meio a assessores do presidente. Não pôde nem conversar com calma com Lula” (Diego Escosteguy, *Época*, 26/1/2004, p.41). “A ex-ministra Benedita da Silva também saiu magoada com Lula. (...) Ensaiou durante semanas um discurso para o momento da demissão (...) imaginava que seria um encontro emocionado, no qual poderia dizer a Lula que não teve apoio do governo e que nem sequer tinha orçamento próprio. Lula foi seco e direto. Ela saiu [do encontro com o presidente] de olhos marejados” (Alexandre Oltramari, *Veja*, 28/1/2004, p. 34). Da mesma maneira, esse padrão de descrição emocional também se repete com Marina Silva em sua demissão. “[tivemos] da parte do presidente as piada e costumeiras “apologias” (...) com o futebol. A única coisa séria era a cara da ministra demissionária. Marina Silva não ria das graças do ex-chefe” (Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 4/6/2008, p. 198). Ainda com relação ao seu estado emocional na discussão da medida provisória para liberação dos transgênicos. Marina Silva “está angustiada com a medida provisória dos transgênicos, mas, por enquanto, não vai deixar o governo, embora os seus amigos tenham confidenciado seu desconforto” (Gerson Camarotti, *Época*, 29/9/2003, p. 8).

As representações de Marta Suplicy continuam sendo as mais explícitas no que se refere aos estereótipos de gênero e marcadas por conotações sexuais e depreciativas sobre o seu trabalho, reforçando uma imagem de futilidade. O ponto polêmico no mandato de Marta Suplicy e de grande destaque midiático foi a sua declaração sobre o caos aéreo no país. E aproveitando a onda da conotação sexual da declaração e os dados negativos do turismo no Brasil, a “estrela petista” também ficou conhecida por ser a ministra do turismo “sexual”. “Relaxa e goza porque você esquece todos os transtornos depois (ao chegar ao destino), conselho da sexóloga e ministra do Turismo ‘sexual’” (*Veja Essa, Veja*, 20/6/2007, p. 52). E, negativamente, os leitores reforçam a situação, “Muitos voos devem sair da Europa para aproveitarem o momento-ministra, ‘relaxar e gozar em terras tupiniquins’”; “A frase não é surpreendente, vindo da ministra do Turismo ‘sexual’; “Os controladores de voo relaxam enquanto Marta Suplicy goza da nossa cara!” (cartas de leitores, *Veja*, 27/6/2007, p. 39). E mesmo com o passar do tempo, com Marta entrando no debate eleitoral como candidata à prefeitura de São Paulo, ela ainda é estigmatizada devido à declaração, “Ela assiste, relaxa e goza” (Felipe Patury, *Veja*, 14/5/2008, p. 76).

Quando inicia seu mandato como ministra do Turismo é alvo de críticas depreciativas. E com uma foto de pernas cruzadas, mostrando parte da coxa, a matéria brinda o seu objetivo com a citação, “depois de arrancar um ministeriozinho suado, ela quer dar o melhor de si” (matéria não assinada, *Veja*, 4/4/2007, p. 74). Suas roupas também merecem destaque na mesma matéria, “Aparece em público invariavelmente de *tailleur* ou vestido”. E num compromisso do governo com Benedita da Silva e Emília Fernandes, as roupas das três ministras também foram objeto de destaque e explicitamente ligada ao estereótipo de gênero, “Toda mulher sabe: é impossível passar despercebida de vermelho” (Gente, *Veja*, 14/1/2004, p. 56). A descrição física e sua personalidade também são alvos da mídia, “Loira, ativa e sempre elegante, a ministra do Turismo, Marta Suplicy (PT), dribla o assédio com a desenvoltura que só as mulheres habituadas a chamar a atenção desde a juventude têm” (Andréa Leal, *Época*, 21/4/2008, p. 44). A retomada de sua origem como fator de entrada na política continua sendo uma tendência, utilizada na mesma matéria, “De família nobre, de industriais, das roupas sofisticadas e da postura assertiva, ela é vista também como uma pessoa arrogante”.

A caracterização de Marta Suplicy também recai nas duas tendências apontadas pela pesquisa. A sua cobertura enquanto ministra está repleta de marcas estereotípicas de gênero, algo também constado na pesquisa anteriormente citada. A ministra é caracterizada pela maneira de se vestir e se comportar em público, tendo sua imagem formada constantemente por aspectos de sua vida privada para justificar suas ações ou simplesmente retratá-la na política. Ao mesmo tempo, essas marcas a deslegitimam enquanto ministra e o tom recai na depreciação e de pouca ou nenhuma capacidade para ocupar o ministério.

Com Marina Silva a mídia oscila entre fragilidade e firmeza para caracterizá-la. A primeira voltada para a aparência física de Marina e a segunda para a sua posição política. “O fiapo de corpinho, a saúde precária e a voz de criança são compensadas pelo discurso forte e, sobretudo, pela grandeza moral que irradia. Mas há mais... Repare-se nas sobrancelhas grossas, na cor da pele, no corpo miúdo, o rosto magro... Marina Silva tem traços que lembram Frida Kahlo!” (Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 15/1/2003, p. 98). E no trato com os seus opositores, “Marina aplicou no governo seu estilo de resistir aos adversários com suavidade, mas com firmeza” (Andrei Meireles e Ricardo Amaral, *Época*, 19/5/2008, p. 40). Ela também é envolvida por pureza e inspira confiança entre os elementos que formam a sua imagem: ela “irradia grandeza moral” (Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 15/1/2003, p. 98), “A ministra Marina Silva (...) saiu do cargo com odor de santidade” (J.R. Guzzo, *Veja*,

28/5/2008, p. 61) e Marina Silva tinha “boas intenções” (Caixa Postal, *Época*, 26/5/2008, p. 12).

Assim como com Benedita da Silva, algo semelhante ocorreu com a caracterização de Marina Silva, no sentido de retomar o seu capital externo ao do campo político para justificar e legitimar a sua atuação. É feita referência a sua trajetória de vida, sendo noticiada como um exemplo de superação e ativista na causa do meio-ambiente. Marina Silva “tem unanimidade da nação”; “é um símbolo ambulante da vitória sobre a adversidade social”, e mais, “sobre a adversidade em geral” (Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 15/1/2003, p. 98). Marina é “reconhecida internacionalmente por sua história pessoal (moça pobre da floresta, ex-seringueira e companheira de lutas de Chico Mendes (...))” (Andrei Meireles e Ricardo Amaral, *Época*, 19/5/2008, p. 40). Também é comparada sua biografia com a de Benedita da Silva, as quais “são personagens de histórias semelhantes”, pois Marina é “ex-empregada doméstica no Acre” (Tito Montenegro e Solange Azevedo, *Época*, 10/2/2003, p. 29). E, ainda, “no Brasil e no exterior (...) [ela] é vista como dona de uma biografia adequada para ocupar a pasta do Meio Ambiente” (Lucila Soares e Malu Gaspar, *Veja*, 18/12/2002, p. 37).

Se Marina é retratada com discrição, por outro lado, o seu sucessor no ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc, tende a ser colocado com bem adaptado à vida pública e bem menos convencional do que sua antecessora, chegando em alguns momentos a ser caricaturado pela mídia. “Mas não é o que pensa, nem o que pretende fazer, o que mais impressionou. Impressionou o estilo, um estilo em que se combinam um pará-tudo-que-cheguei e um às-favas-as-convenções (...). Ao se despedir, costuma sapear um ‘Saudações ecológicas e libertárias!’. Nas entrevistas, abusa do “o Lula me garantiu...” ou “a Dilma concordou...”. Não é “o presidente” Lula, nem “a ministra” Dilma. A intimidade do lar, ou do bar, contrapõe-se à carece de Brasília” (Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 28/5/2008, p. 118). “Carlos Minc mostrou ser um animador de auditório. Depois de cunhar frases como ‘precisei controlar minha ecoansiedade’ e ‘não adianta chorar a seiva derramada’” (Roberta de Abreu Lima, *Veja*, 11/6/2008, p. 81). E reforçado pelos leitores, “O talento dele é mesmo de animador de auditório e comediante” (carta de leitor, *Veja*, 18/6/2008, p. 46).

É interessante notar como a representação de Carlos Minc não segue as tendências das pesquisas anteriores<sup>12</sup>, revelando-se uma personagem masculina que desperta atenção sobre a sua personalidade e apresentação em público, o seu estilo está misturado “às poses

---

<sup>12</sup> Notou-se uma relação diferenciada entre estereótipos de gênero e corpo quando se trata de um homem ou uma mulher (Biroli, 2010).

desinibidas, as roupas, o corte do cabelo e os bordões altissonantes, ‘Tremei poluidores!’ disse” (Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 28/5/2008, p. 118). E ainda na mesma matéria, “‘Performático’ é o adjetivo que ele usa para qualificar seu modo de atuar. (...) Performático pode ser o político com o domínio de cena que ajuda a convencer e angariar adeptos, mas pode ser – ou melhor, é sempre – o bobo da corte” (Roberto Pompeu de Toledo, *Veja*, 28/5/2008, p. 118).

Carlos Minc é representado pela mídia de maneira caricaturada e mesmo não sendo negro ou mulher está inserido na segunda tendência mais permanente da pesquisa que é o contraponto entre políticos profissionais, como colocado inicialmente no capítulo, e qualquer outro político que traga marcas de *outsider*, sendo negro ou branco mas com outras razões para não serem adequados à política.

Além disso, essas caracterizações mostram como as marcas de estereotipia não são estanques e estão sujeitas a alterações ao longo do tempo. O mesmo acontece com a forma de se vestir do ministro. “Sua vestimenta alternativa é parte de um estilo que o acompanha há mais de 30 anos, diz sua mulher, Margarida Galamba, portuguesa de nascimento que ainda guarda um leve sotaque lusitano” (Isabel Clemente, *Época*, 9/6/2008, p. 48). Até a sua coleção de coletes foi algo trazido a público: “Em três ocasiões formais já como ministro, desfilou três modelos. Sua coleção, de quase 50, incha com presentes e compras feitas num brechó em Visconde de Mauá, reduto de gente alternativa na serra fluminense” (Isabel Clemente, *Época*, 9/6/2008, p. 48-49). E na mesma matéria, “Com seus cabelos compridos, Minc não pode ser acusado de ferir o protocolo. É raro vê-lo de terno, mas está sempre de gravata quando a ocasião requer, ainda que, às vezes, elas fujam do padrão” (Isabel Clemente, *Época*, 9/6/2008, p. 49).

No que se refere ao contraponto entre profissionais e não profissionais na política, o caso das mulheres em específico se exacerba quando a análise se detém em suas representações. Assim, mais uma vez as caracterizações de Benedita e Matilde recorrem a marcas de *outsiders* para a política, ou seja, é colocado em evidência o não-pertencimento ao padrão convencional da política. Nos parágrafos seguintes, fica demonstrado o “deslumbramento com o poder” baseado, sobretudo, em suas trajetórias de vida de origem pobre e, por serem mulheres e negras, são consideradas exceções ao referencial convencional de político.

Com Benedita da Silva, na maneira de condução do ministério, “Em nove meses no cargo, Benedita não mostrou talento para lidar com a assistência aos pobres, mas tem revelado tarimba extraordinário para trabalhar em favor de si e dos seus” (Malu Gaspar, *Veja*,

8/10/2003, p. 50). E a mesma matéria ressalta que a ministra “criou um grupo de trabalho para orientar entidades assistenciais (...) composto de quatro técnicos do governo e quinze evangélicos” (Malu Gaspar, *Veja*, 8/10/2003, p. 50-51) e o único escritório regional em funcionamento de seu ministério fica no Rio de Janeiro. No caso de Benedita, esse artifício foi utilizado para fazer críticas a sua gestão e construir uma imagem atrelada a uma incapacidade para o cargo, diferente de Orlando Silva ou Agnelo Queiroz, em que nenhum momento tiveram suas imagens atreladas a críticas e/ou fatos acerca da forma de condução do ministério.

Da mesma forma que a mídia enalteceu críticas à Benedita da Silva, o mesmo aconteceu com Matilde Ribeiro. Ela, quase invisível ao longo de sua ocupação no cargo<sup>13</sup>, após quatro anos de ministério, foi descrita como uma ministra de trajetória duvidosa, “Matilde está no governo desde 2003, mas passou incólume pelas páginas dos jornais. Só apareceu porque gastou 171.500 reais no cartão corporativo” (Fábio Portela, *Veja*, 6/2/2008, p. 39). Além disso, há um questionamento sobre a sua ocupação, reforçada uma caracterização duvidosa ou ineficiente de seu desempenho político, “Apesar de estar há tanto tempo no cargo, o que ela faz em Brasília ainda é um mistério” (Fábio Portela, *Veja*, 23/1/2008, p. 47). E na mesma matéria, Fábio Portela é assertivo ao caracterizar Matilde Ribeiro com base no escândalo em voga, “É possível traçar um retrato das ações e hábitos da ministra com base na fatura de seu cartão de crédito corporativo”.

Ao selecionar as cartas dos leitores, evidentemente há um posicionamento e escolhas pelas revistas que neste caso retrataram Matilde Ribeiro de forma depreciativa, contribuindo juntamente com as matérias publicadas para a formação de uma imagem negativa. Foi o caso da revista *Veja*, que com diversas cartas na edição do dia 30 de janeiro de 2008, apresentou a visão dos leitores também baseadas nas matérias que foram publicadas, a de aproximar o desvio ético e questionar a personalidade e a forma de gerenciamento da ministra, “O governo fica no débito com o procedimento vergonhoso de ‘autoridades’ do nível da assistente social Matilde Ribeiro” (carta de leitor, *Veja*, 30/1/2008, p. 30). E outra, “o que ela faz e por que um cartão corporativo com um limite tão grande para quem faz o mínimo?” (carta de leitor, *Veja*, 30/1/2008, p. 30).

---

<sup>13</sup> Afirmação com base no levantamento completo das matérias publicadas na revista *Veja* durante a sua gestão. O quase se deve a sua aparição no ano de 2003 em uma matéria de Alexandre Oltramari sobre ela ser uma das “ministras virtuais” no governo Lula, isto é, ocupar um ministério com pouca ou nenhuma visibilidade (*Veja*, 26/11/2003, p. 48). E em 2004, assim descrita por Tales de Alvarenga, “Quem é a ministra da Promoção da Igualdade Racial? Matilde Ribeiro. Quem?” (*Veja*, 5/5/2004, p. 47). A partir de 2007 passa a ser noticiada ligada a escândalos, como declarações polêmicas e uso irregular do cartão corporativo.

Especulações e pressão para demissão das duas ministras durante o escândalo do cartão corporativo também mereceram destaque na cobertura midiática, diferente de Orlando Silva e Agnelo Queiroz. Como os quatro personagens estiveram envolvidos em casos semelhantes de utilização indevida do dinheiro público, no caso de Benedita da Silva e Matilde Ribeiro, a mídia focou na possibilidade de demissões e na reunião de fatos para que se chegasse a tal, seja por julgamentos de seus governos ou incapacidade para exercer o poder. Com Benedita, “o nome de Benedita aparece em qualquer lista de demissíveis na reforma ministerial que virá” (Malu Gaspar, *Veja*, 8/10/2003, p. 51); ela “permanece no cargo mas não está valendo a pena a sua insistência em se pendurar no poder” (matéria não assinada, *Veja*, 29/10/2003, p. 49); “No Planalto, a avaliação é que ela sobrevive até a reforma ministerial do final do ano. Nenhum dia a mais” (Gustavo Krieger, *Época*, 27/10/2003, p. 39); “(...) esperava-se que Lula a afastasse do cargo. Ele preferiu rifá-la somente na reforma ministerial, meses depois” (Aluizio Falcão Filho, *Época*, 29/03/2004, p. 18).

“Situação bem mais delicada é a da ministra (...) Matilde Ribeiro. Ela fez uma farra tão grande com o cartão corporativo que o Planalto cogita demiti-la” (Fábio Portela, *Veja*, 6/2/2008, p. 39). E ainda que a construção da imagem de Matilde Ribeiro a tenha definido como uma péssima ministra, a opinião do governo é apresentada e destoa desse padrão quando na saída do cargo, “Matilde (...) foi demitida do cargo, o que faz supor que é culpada - mas sai com uma declaração de que é inocente, já que o governo e seu partido garantem que ela realizou um trabalho ‘brilhante’” (J. R. Guzzo, *Veja*, 27/2/2008, p. 67).

O questionamento sobre a condução do ministério é constantemente reforçado por caracterizações de incredulidade e desdém para a ocupação do cargo. No caso de Benedita da Silva, Malu Gaspar afirma que a ministra “não tem se destacado nas ideias em geral. Seu ministério está sendo esvaziado, perdendo dinheiro e programas (...). Nem suas opiniões têm sido ouvidas na hora de discutir a questão social” (*Veja*, 8/10/2003, p. 51). Enquanto isso, uma figura masculina se destaca: “Ricardo Henriques, apontado como o verdadeiro ministro da Assistência Social” (Malu Gaspar, *Veja*, 8/10/2003, p. 51). Sua caracterização às vezes esteve ligada a uma falta de competência ou incapacidade de governar: “Benedita da Silva não foi indicada para a área social em razão de sua capacidade de gerenciamento” (Alexandre Oltramari, *Veja*, 28/1/2004, p. 35). Com Matilde Ribeiro nas cartas de leitores (*Veja*, 30/1/2008, p. 30-31), “Até quando nós (...) teremos de bancar (...) mordomias desse bando de aloprados deslumbrados com o poder como a ministra, que até hoje não se sabe a que veio nem mesmo o que faz?”; “É absolutamente reprovável o péssimo exemplo dado pela ‘ministra’ Matilde Ribeiro” e “Através da ministra Matilde, titular de uma secretaria

absolutamente estéril, o governo Lula esbofeteia e cospe na cara dos, já exauridos, contribuintes brasileiros”.

Ainda com relação à Matilde Ribeiro, a interpretação de sua falta de capacidade foi atenuada pela declaração polêmica sobre racismo, “A declaração (...) mostra o despreparo da ministra para o exercício de seu cargo ou de qualquer outra função pública” (Cíntia Borsato e José Edward, *Veja*, 4/4/2007, p. 60). “Terrivelmente infeliz a declaração da ministra Matilde Ribeiro. Por ser ministra não se mostrou a altura do cargo” (carta de leitor, *Veja*, 11/4/2007, p. 37). Ainda sobre Matilde, “aloprada e deslumbrada com o poder” (carta de leitor, *Veja*, 30/1/2008, p. 31). Neste sentido, vê-se que a ministra foge dos padrões e, de maneira especial, o julgamento de sua conduta dentro da política está firmado numa fuga também dos padrões acerca do pensamento racial no país.

Já com Marina Silva, a sua autoridade foi contestada no embate no tema dos transgênicos, o que fez com que Marina declarasse: “Não estou aqui para ser ministra da jardinagem” (A Semana, *Época*, 27/10/2003, p. 14). “Marina Silva sempre foi festejada como símbolo da defesa da Amazônia. Em cinco anos no ministério, não reduziu um grau que fosse a miopia ambiental do governo. Era só símbolo” (André Petry, *Veja*, 21/5/2008, p. 66). “No cargo de ministra (...) mostrou pouca intimidade com a burocracia, a começar pela montagem da equipe” (Leonardo Coutinho e Otávio Cabral, *Veja*, 21/5/2008, p. 64).

Ao contrário de Marina Silva, o seu sucessor Carlos Minc é colocado como apto para o cargo, “Carlos Minc está se sentido muito confortável como ministro” (Lauro Jardim, *Veja*, 6/8/2008, p. 45), preparado, “o ministro Minc, antes mesmo de tomar posse, já tinha pelo menos uma dúzia de ideias para apresentar ao governo, da criação de uma Guarda Nacional Ambiental a um plano de ‘desmatamento zero’ em sete anos” (J. R. Guzzo, *Veja*, 28/5/2008, p. 61) e facilmente adaptável aos diversos atores e espaços de poder, “Minc (...) age rápido e negocia compensações que considera vantajosas para conceder licenças ambientais em projetos importantes. É um modelo que agrada aos empresários e ao presidente Lula, mas provoca polêmicas entre os ambientalistas. (...) Carlos Minc é um espírito cosmopolita” (Andrei Meireles e Ricardo Amaral, *Época*, 19/5/2008, p. 40-41).

No caso de Marta Suplicy, a sua posição como ministra foi desmerecida e tratada ironicamente, “Ficou tão visível o afastamento entre o governo e o PT na composição da nova equipe que para a maior estrela petista no ministério, a ex-prefeita Marta Suplicy, foi reservada a desimportante pasta do Turismo” (Otávio Cabral, *Veja*, 28/3/2007, p. 66). “Não se conhece nenhuma ideia, plano ou afinidade da ex-prefeita com o setor do turismo – a não ser suas frequentes viagens a locais como Paris.” (Andrei Meireles e Guilherme Evelin, *Época*,



19/3/2007, p. 39). E num tom de chacota, uma charge é publicada na revista *Veja* no dia na edição do dia 7/3/2007: “Escolha um ministério. Qualquer um. Faz um puxadinho nos fundos e bota lá a Marta Suplicy”. Por fim, Nelito Fernandes em sua matéria explicita marcações da política como um lugar masculinizado, reforçando um estereótipo da política como um universo de homens. ““Todos os homens do presidente””, com o subtítulo: “esse é o título que gostaríamos de dar para um artigo sobre a reforma ministerial. Mas o presidente Lula não está colaborando”. A matéria ainda lança a dúvida: “O que fazer com a ex-prefeita Marta Suplicy?” (*Época*, 26/2/2007, p. 40).

A mídia também retrata Emília Fernandes como uma ministra que fez um grande esforço para exercer a sua ocupação. “Em 11 meses de governo (Emília Fernandes) tem insistido para acompanhar Lula em viagens presidenciais”, em uma foto sentada, falando e a legenda: “sem estrutura, esforça-se para aparecer nas solenidades” (Alexandre Oltramari, *Veja*, 26/11/2003, p. 48).

Por fim, no caso de Nilcéa Freire, sucessora de Emília Fernandes na Secretaria de Políticas para Mulheres, a sua cobertura foge de uma tendência desvantajosa do ponto de vista para a sua atuação como ministra. Há uma ligeira crítica a sua atuação como ministra, superada por seu próprio desempenho como política. Quando na discussão do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a discussão sobre aborto ficou em evidência. “Mesmo atolado no atraso, o país acaba de ver uma luz tênue no fim do túnel: a ministra Nilcéa Freire, que cuida de políticas voltadas para as mulheres, anunciou que o governo vai instalar uma comissão encarregada de reavaliar a lei brasileira sobre o assunto [aborto] (...). A ministra demorou a dizer a que veio, mas, quando finalmente o fez, foi em noite de gala” (André Petry, *Veja* 15/12/2004, p. 58).

Diante dessas caracterizações pela mídia deve-se pensá-las como um conjunto de elementos que colaboram para a formação da imagem de negros(as) e mulheres na política, considerado uma cobertura ministerial relevante, com foco racial, durante os dois mandatos do governo Lula. O que quase uma década de cobertura midiática pode significar para a formação da imagem desses políticos e como influencia mudanças e/ou permanências de estereótipos a eles associados? Considerando a mídia como ator privilegiado na reprodução de representações sociais, o seu papel deve ser visto a partir do impacto, com deslocamentos e permanências, no campo político. A formação da imagem é relevante já que os estereótipos de raça e gênero estão atrelados a este processo. Este que contribui para a visibilidade e produção de capital político para negros(as) e mulheres tanto na mídia como no campo político. A seguir serão apresentadas algumas conclusões a este respeito.

## CONCLUSÃO

Essa pesquisa pretendeu colaborar com os estudos desenvolvidos conjuntamente nas áreas de raça, mídia e política. A mídia, como principal instância que detém o processo de formação das representações sociais, colabora para a formação dos estigmas e estereótipos. Esses padrões estão firmados, sobretudo, num referencial opressivo de diferenciação dos grupos sociais e estão imersos num contexto de baixa pluralidade e homogeneização. Dessa maneira, contribuem para a construção da imagem pública de políticos(as) negros(as) e os afetam de modo desvantajoso tanto no campo midiático como político.

Constatou-se que a cobertura midiática do período acerca dos(as) ministros(as) negros(as) sofreu algumas modificações pontuais se comparada a pesquisas anteriores. Contudo, ainda persiste uma formação da imagem baseada em estigmas e estereótipos. No caso dessa pesquisa, os dados e a análise sobre raça colaboram para novas reflexões acerca de como pensar os estudos raciais, o campo midiático e a política inter-relacionados.

Neste sentido, os padrões de construção da imagem permanecem relacionados com a caracterização dos(as) políticos(as) como marcados e não marcados, ou seja, há um contraponto na construção da imagem de políticos(as) com base em elementos comuns ao próprio campo político ou não. No primeiro caso buscam-se caracterizações originárias de uma atuação como político, e isso é predominante com personagens brancos e masculinos. Ao passo que no caso dos(as) políticos(as) negros(as), as razões estão baseadas no fato de serem negros(as) na política, de sua origem familiar ou pobre, numa trajetória de superação, etc.

Já outro padrão de construção da imagem também revelado pela pesquisa é a oposição entre o profissionalismo e não profissionalismo na política. A partir da diferenciação entre marcados e não marcados, o noticiário tende, com as justificativas baseadas em padrões convencionais, a julgar o(a) ministro(a) como apto ou não para a política. As ações baseadas em marcas estereotípicas com elementos que não são comuns ao campo político, revelam um(a) político(a) marcado e, portanto, que não atende ao profissionalismo exigido pela política.

Esses padrões, como desenvolvido ao longo da pesquisa, estão relacionados ao processo de formação dos estereótipos, que se baseiam nas representações sociais elencadas pela mídia numa concepção de baixa pluralidade e homogeneização, e partem de uma concepção opressiva acerca da diferenciação social dos grupos. Assim, há uma construção social baseada em profundas injustiças que moldam a interpretação do mundo e revelam

padrões que hierarquizam os grupos sociais, colocando alguns do ponto de vista desvantajoso, neste caso, homens e mulheres negros(as).

Pippa Norris coloca que a mídia deveria ser pluralista, refletindo a diversidade da sociedade, dando acesso a vários pontos de vista, e evitando ofender os grupos minoritários (Norris, 1997, p.1). Ainda que isso seja desejável de um ponto de vista social, sob o ponto de vista dessa análise, deve-se olhar a mídia imersa em padrões de referência mais amplos na formação de estigmas e estereótipos, portanto, um olhar sobre ela isoladamente não avança no entendimento das injustiças sociais. Neste sentido, uma reflexão baseada em padrões convencionais de formação da imagem deve considerar a opressão a que os grupos sociais estão submetidos.

Os estereótipos estão sempre ligados a relações de poder. Isso gera a legitimação e reprodução de uma ordem moral que naturaliza práticas e valores e subjulga determinados grupos em detrimento de outros. Além disso, isso hierarquiza os grupos sociais tanto com relações aos outros, como geram hierarquias dentro do próprio grupo. Ao serem retratados na mídia enquanto negros(as), os(as) políticos(as) são diferenciados(as) de outros(as) e dessa maneira isso se reflete nos seus posicionamentos dentro do campo político.

Neste ponto, é importante ressaltar que entre as mulheres, as negras são as que mais estão submetidas a formas profundas de injustiças sociais. O *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* (2011) revela o panorama das desigualdades sociais no Brasil, sob vários aspectos objetivos, e as mulheres negras formam o grupo social que acumula injustiças cumulativas e subsequentes. Na cobertura midiática, isso não se diferencia, e conforme analisado, as ministras negras além de estarem subjulgadas pelos estereótipos já comumente associados às mulheres, estão associadas a caracterizações que ressaltam sua raça/cor bem como seu desempenho na política é julgado por seus posicionamentos ou ligações não consensuais com o pensamento racial traçado no país.

O que essa pesquisa não permitiu aprofundar e que pode ser avançado em outras análises é a concepção dessas mulheres a partir de um olhar mais focado na intersseccionalidade. A crítica feminista negra tem ressaltado uma tendência da teoria em discutir as questões de raça e gênero com base num marco de eixo único (Crenshaw, 1998, p. 314). Segundo Crenshaw, a teoria feminista ou o discurso acerca das políticas anti-racistas não refletem com cuidado a interação entre raça e gênero. Portanto, uma reflexão como essa pode avançar para uma análise mais detida que ressalta a maneira particular que as mulheres negras são subordinadas.

Por fim, como ficou demonstrado nessa pesquisa, as representações sociais apresentadas passam por marcas estereotípicas que afetam de modo significativo a atuação recente de políticos(as) negros(as) em cargos de primeiro escalão na política brasileira. Os estereótipos devem ser compreendidos num referencial mais amplo de como suas relações se definem para a formação da imagem pública desses políticos. Os estereótipos passam, sobretudo, pela socialização dos indivíduos. A discussão sobre as relações raciais no Brasil sempre foi alvo de muita crítica e fontes instigantes de reflexão. O seu aprofundamento tem avançado ao longo dos anos, principalmente por questionar os consensos aceitos dentro da teoria (Guimarães, 2002) e avançar no discurso sobre políticas raciais (Feres et al, 2011). Por essa razão o estudo dos estereótipos em conjunto com a mídia e a política apresenta uma contribuição instigante para entender o campo das relações raciais no Brasil e, de maneira mais aprofundada, compreender a formação da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. *Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras*. 2008. Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, 2008.

———. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 34, p. 269-299, Jun. 2010.

———. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.2, p. 71-98, 2011a.

———. Mulheres e política na mídia brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do “feminino” na política. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cânone Editorial, 2011b, p. 129-160.

———. *O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia*. 2012. Trabalho apresentado na XXI COMPOS – Associação Nacional de Programas em Pós-Graduação em Comunicação, Juiz de Fora, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (re)sentimento*. São Paulo: Unicamp, 2001, p. 403-429.

COLFAX, J. David; STERNBERG, Susan F. The Perpetuation of Racial Stereotypes: Blacks in Mass Circulation Magazine Advertisements. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 1, p. 8-18, 1972.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. In: PHILLIPS, Anne. *Feminism and Politics*. New York: Oxford University Press, 1998, p. 314-343.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luiz A. Lula’s Approach to Affirmative Action and Race. *NACLA Report on the Americas* (1993). , v.44, p.34 – 37, 2011.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007 (1972).

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “post-socialist” age. *New Left Review*, n. 212, p. 68-93, Jul-Aug. 1995.

———. Rethinking recognition. *New Left Review*, n.3, May-Jun. 2000.

———. Uma réplica a Iris Young. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.2, p. 215-221, 2009.

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Aguilar, 40. ed., 2000 (1933).
- GILENS, Martin. Race and poverty in America: public misperceptions and the America news media. *Public Opinion Quarterly*, v.60, p. 515-541, 1996.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Zahar, 1982 [1963].
- GOMES, Wilson. *Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GUIMARÃES, Antônio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- . *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HUMPHREY, Ronald; SCHUMAN, Howard. The Portrayal of Blacks in Magazine Advertisements: 1950-1982. *Public Opinion Quarterly*, v. 48, n. 3, p. 551-563, 1984.
- IANNI, Octávio (org.). *Florestan Fernandes. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1986.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para o Empoderamento da Mulher), SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres) e SEPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.
- IYENGAR, Shanto *et al.* Running as a woman: gender stereotyping in political campaigns. In: NORRIS, Pippa (ed.). *Women, media and politics*. New York, Oxford: Oxford University Press, p. 77-98, 1997.
- JUST, Marion; CRIGLER, Ann. Leadership Image-Building: After Clinton and Watergate. *Political Psychology*, v. 21, n. 1, p. 179-198, 2000.
- KAHN, Kim Fridkin. *The political consequences of being a woman: how stereotypes influence the conduct and consequences of political campaigns*. New York: Columbia University Press, 1996.
- LINK, Bruce G.; PHELAN, Jo C. Conceptualizing Stigma. *Annual Review of Sociology*, v. 27, p. 363-385, 2001.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARQUES, Danusa. *Democracia e ciências sociais no Brasil (1985-2005)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2004.

MCILWAIN, Charlton D.; CALIENDO, Stephen Maynard. Frames of authenticity: news coverage of black candidates and their campaigns. 2004. Trabalho apresentado no 62<sup>nd</sup> Annual National Conference of the Midwest Political Science Association, Chicago, Illinois, 2004.

MENDONÇA, Ricardo F.; VAZ, Paulo. Só preto sem preconceito. *Intexto*, Porto Alegre, v. 1, n. 14, p. 1-15, jan.-jun. 2006.

MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place: the impact of electronic media on social behavior*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Política Feminista e Liberalismo: O caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

———. Política de interesses, política de desvelo: representação e ‘singularidade feminina’. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, Florianópolis, p. 253-267, 2001.

———. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p.155-84, 2002.

———. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 123-193, fev. 2003a.

———. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, p.115-134, jun. 2003b.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil*. Projeto de pesquisa, CNPq edital nº 45/2005, 2005.

———. *Gênero e Política no Jornalismo Brasileiro*, 2008. Trabalho apresentado na XVII COMPÓS – Associação Nacional de Programas em Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, 2008.

———. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Política*. Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NORRIS, Pippa. Introduction: Women, Media and Politics. In: \_\_\_\_\_ (ed.). *Women, media and politics*. New York, Oxford: Oxford University Press, p. 1-18, 1997.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. *A Inevitável Visibilidade da Cor: estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e Celso Pitta às prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M (orgs.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasi; 2007-2008*. Rio de Janeiro: LAESER/UFRJ, 2008.

PAIXÃO, Marcelo et al. (orgs.). *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasi; 2009-2010*. Rio de Janeiro: LAESER/UFRJ, 2010.

PHILLIPS, Anne. So what's wrong with liberal democracy?. In: ————. *Engendering democracy*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991.

———. De uma política de ideias a uma política de presença?. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n.1, p. 268-290, 2001.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antônio (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Editora UFBA, 2004, p. 73-104.

RAWLS, John. 1981. *Uma teoria da justiça*. Brasília: Universidade de Brasília.

REIS, Elisa. Modernization, citizenship and stratification: historical processes and recent changes in Brazil. Cambridge: MA, Daedalus, p. 171-194, 2000.

REIS, Fábio Wanderley. Mito e valor da democracia racial. In: SOUZA, Jessé. (org.). *Multiculturalismo e Racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 221-232.

RICHARDS, Patricia. Bravas, Permitidas, Obsoletas: Mapuche Women in the Chilean Print Media?. *Gender and Society*, v. 21, n. 4, p. 553-578, 2007.

SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 147-185.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2009.

WOLF, Mauro. O estudo dos efeitos a longo prazo. In: \_\_\_\_\_. *Teorias da comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 125-158.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

———. *Inclusion and democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.

———. Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 193-214, 2009.

ZONINSEIN, J. ; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.